

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE MORAR E A PRÁTICA
POLÍTICA**

Maria Conceição Sarmento Padial Machado

Goiânia
2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE MORAR E A PRÁTICA POLÍTICA

Aluna: Maria Conceição Sarmento Padial Machado
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Arlene Carvalho de Assis Clímaco

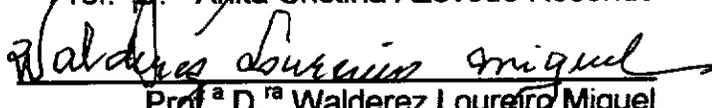
Dissertação a ser apresentada à
Faculdade de Educação da UFG
como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Educação
Escolar Brasileira.

Goiânia, de outubro de 2000

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof.^a D.^{ra} Arlene Carvalho de Assis Clímaco


Prof.^a D.^{ra} Anita Cristina Azevedo Resende


Prof.^a D.^{ra} Walderez Loureiro Miguel

Goiânia
2000

A teoria [...] é um instrumental que o pesquisador utiliza para desvendar a realidade. Para explicar o real, o pesquisador utiliza as teorias existentes, mas ao fazer a sua leitura do real, novas questões são colocadas e ele cria novas explicações que serão incorporadas às já existentes. Assim dá-se a elaboração do conhecimento, processo de tornar a explicação da realidade cada vez mais inteligível e adequada ao seu objeto.

Walderês Nunes Loureiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam na utopia de um mundo melhor com a conquista dos interesses coletivos, sem deixar de lado o atendimento às necessidades de cada um, e que traduzem essa crença com trabalho, organização e luta política. Algumas dessas pessoas fazem parte de meu convívio e contribuíram com a pesquisa.

Primeiramente, os funcionários e assistentes sociais da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Goiás (Procom), que me abriram as portas e as gavetas, disponibilizando todo o material necessário: Alustéria Margarida Lopes Moraes, Amadeus Alves Pinto, Beatriz Cristina de Almeida, Domingos Luiz Pereira, Eulina Almeida de Souza Coelho, Maísa Miralva da Silva, Edson Borges de Araújo, Maria José de Melo, Maria Odete Vasconcelos de Lima Magalhães, Edna das Graças Pereira, Wilma Sobrinho R. Alves.

Um destaque especial para Omarí Ludovico Martins, responsável, ou co-responsável, como ela mesma se intitula, pelo planejamento e desenvolvimento do Programa. Trata-se de uma pessoa que muito contribui para a minha formação e por quem alimento uma profunda admiração.

Na realização da pesquisa de campo, contei com a colaboração das alunas do Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, que realizaram estágio na Procom: Alessandra Aparecida da Silva, Gláucia Lelis Alves, Jaqueline Araújo de Oliveira, Milane Kayed Elias, Márcia Cristina R. Guimarães, Jane Dailha C Chaves, Vanessa Caldas Martins.

Fica, aqui, registrado a minha admiração e agradecimento a todos os associados do Programa que planejaram, sonharam e permanecem na luta e, em especial: José Vieira Visconde, Edson Borges de Araújo, Izabel Souza Silva, Examar Cardoso, Pedro Rodrigues Cruz, Divino Carlos da Silva, José Braz Bispo, Cleodetes Pereira Santos, Domingos Ferreira de Medeiros, Maria Lina Caetano, Natal Leite de Souza, Ozório Viana Manzi, Robson Bernassoli da Silva e Manoel Cândido de Melo Filho.

Para o processo de minha formação que propiciou a realização desta

pesquisa, contei com a contribuição, em discussões, debates, bibliografia, acompanhamento nas disciplinas e solidariedade, de colegas e professores da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: Carmem Regina Paró, Darci Costa, Darci Roldão, Eleusa Belenjian Ribeiro, Ildeu Moreira Coelho, Luís Dourado, Maurides B. Macêdo F. Oliveira, Marcos Corrêa da Silva Loureiro, Maria Hermínia, Maria Ana de Paula, Marilene Coelho, Maria José Faria Viana, Regina Sueli, Regina Clímaco, Walderez Nunes Loureiro. Destacando as professoras, Walderez Loureiro Miguel, Anita Cristina Azevedo Resende e Genilda D'arc Bernardes, que realizaram uma leitura crítica e muito contribuíram na concretização dessa dissertação.

Não posso deixar de mencionar as lideranças de movimentos sociais: Elza Rabelo, Ronnie Barbosa e Valdivina Nayá de Sá Arruda, as quais contribuíram com dados, relatos e experiências na atuação nos Movimentos Sociais, propiciando minha melhor compreensão sobre o processo organizativo dos trabalhadores. E, ainda, Eduardo Benfica e George Knaebel; o primeiro, diretor do museu Pedro Ludovico em Goiânia, contribuiu com dados e informações; o segundo, sociólogo do Institut d'Urbanisme de Paris/Université Paris XII/França, com leitura e discussão da dissertação.

Um agradecimento especial à orientadora desta dissertação, Arlene Carvalho de Assis Clímaco, que com paciência, persistência e dedicação, garantiu a realização deste trabalho.

Além da ajuda na pesquisa, contei com o apoio de pessoas muito próximas, que me ouviram e estimularam nos momentos mais difíceis; meus pais, Nilton e Yeda; o companheiro e interlocutor, Pedro Paulino; e as filhas, Jarina e Lívia.

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre o processo educativo presente no desenvolvimento de um programa de construção de moradias em regime de ajuda mútua: o Programa de Melhoria da Moradia (PMM), desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (Procom) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Criado em 1987, o PMM teve como principal realização, até então (2000), o Residencial Nossa Morada, cujo objetivo é propiciar o desenvolvimento do trabalho sócio-educativo na construção de melhoria das condições de moradia dos funcionários de baixa renda da UFG. O estudo evidencia como os trabalhadores, para atender a uma necessidade primária do ser humano – a moradia – podem alcançar uma dimensão maior de organização e exercício de cidadania, compreendendo que uma atividade de tal natureza pode interferir na formação da consciência e na prática política que permeiam a relação entre as famílias participantes do processo produtivo das moradias.

A necessidade de sobrevivência das camadas populares, ante as contradições existentes no sistema capitalista, em determinadas circunstâncias, favorece a organização de grupos sociais que apresentam interesses comuns. Com base na organização, o movimento legitima-se, torna-se coeso e, muitas vezes, extrapola a luta reivindicatória, desenvolvendo uma consciência política e de classe. No seio dessas organizações populares, surgem lideranças, os *intelectuais orgânicos* que contribuem na legitimação do caráter político destas. Em alguns casos, a cidadania organizada pode mitigar o domínio da classe dominante e do Estado e, muitas vezes, vencer alguns entraves provenientes da tecnocracia e a burocracia, mecanismos que podem contribuir para o distanciamento entre o Estado e a população.

SUMMARY

It is a study on the process educational present in a program of construction of homes in regime of collective effort: *the Programa de Melhoria da Moradia (PMM)*, developed by the *Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (Procom) da Universidade Federal de Goiás (UFG)*. That program, it was created in 1987 and he had as main accomplishment, until then (2000), *the Residencial Nossa Morada*, whose objective is to propitiate the development of the partner-educational work in the construction of improvement of the conditions of the employees' of low income of UFG home. The study evidences as the workers, to assist to a primary need of the human being - the home - they can reach a larger dimension of organization and citizenship exercise, understanding that an activity of such nature can in the formation of the conscience and in practice politics that they permeate the relationship among the participant families of the productive process of the homes.

The need of survival of the *popular* layers, in the face of the existent contradictions in the capitalist system, in certain circumstances, favors the organization of people's groups that they present common interests. With base in the organization, the movement is legitimated, he becomes united and, a lot of times, it extrapolates the fight, developing a political conscience and of class. In the middle of those organizations, leaderships appear, the organic intellectuals, legitimate leaderships that contribute for the political character of the organization. In some cases, the organized citizenship can mitigate the domain of the dominant class and of the State and, a lot of times, some coming fetter of the technocracy and the bureaucracy, mechanisms that can contribute to the estrangement between the State and the population to expire.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	
QUESTÃO HABITACIONAL	
NO BRASIL E EM GOIÁS NO FINAL DO SÉCULO XX.	14
A luta pela moradia e a organização social	19
A política habitacional	24
Abertura política, organização social e moradia	29
CAPÍTULO II	
A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	
URBANO E A QUESTÃO DA MORADIA POPULAR	36
A segregação residencial em Goiânia	40
CAPÍTULO III	
AJUDA MÚTUA NA CONSTRUÇÃO DE MORÁDIAS POPULARES: UMA	
ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO POPULAR	51
Programa Melhoria da Moradia (PMM): origem e objetivos	57
Os associados: caracterização sócio-econômica	77
Residencial Nossa Morada	83
Perfil sócio-econômico dos moradores do Residencial Nossa Morada	93
O trabalho sócio-educativo	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES	107
FONTES ORAIS	114
ANEXOS	115

INTRODUÇÃO

*quem sabe o que está buscando e onde quer chegar,
encontra os caminhos certos e o jeito de caminhar.*
Thiago de Mello

Este estudo tem como objeto o processo educativo presente no desenvolvimento de um programa de construção de moradias populares em regime de ajuda mútua. Estudamos como os trabalhadores, para atender a uma necessidade primária do ser humano – a moradia – podem alcançar uma dimensão maior de organização e exercício de cidadania, compreendendo que uma atividade de tal natureza pode interferir na formação da consciência e na prática política que permeiam as relações entre as famílias participantes do processo produtivo das moradias.

Nesta pesquisa, recorreremos à análise do Programa de Melhoria da Moradia (PMM), desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (Procom) da Universidade Federal de Goiás (UFG), juntamente com funcionários dessa instituição que precisavam de uma moradia. Esse programa, criado em 1987, teve como principal realização, até então (2000), o Residencial Nossa Morada, e, tem como objetivo o trabalho sócio-educativo desenvolvido no processo de melhoria das condições de moradia dos funcionários de baixa renda da UFG. A construção das casas acontece em regime de ajuda mútua, gestado pelos participantes do programa, com a assessoria da Coordenação de Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (Procom).

A construção de moradias, em regime de ajuda mútua, ocorre quando as famílias constroem suas próprias habitações sem contratar mão-de-obra especializada, valendo-se da ajuda de parentes, amigos e compadrios. No caso em estudo, a ajuda vem dos colegas de trabalho, também associados do PMM. Além dos termos ajuda mútua e construção mediante mutirão, podemos utilizar autoconstrução coletiva assistida, quando há intervenção de entidades governamentais ou não governamentais no tocante ao apoio financeiro, legal e técnico (Sachs 1999: 81).

Quando falamos em prática política, no caso específico, estamos nos referindo às relações sociais que permeiam a organização dos trabalhadores em torno de um objetivo comum, e ainda, ao trabalho sócio-educativo, presente no processo da construção coletiva de moradias populares, em regime de ajuda mútua, com assessoria técnica profissional do Serviço Social da Procom. Assim, a prática desvela-se, na perspectiva da assessoria técnica do Serviço Social, como uma estratégia da educação informal, em uma amplitude de conceito, segundo a qual, vê-se a educação como troca de experiências, modificando circunstâncias, em que o educador é também educado, em um constante aprender a aprender. No processo de modificação, as circunstâncias são “transformadas pelos homens e o próprio educador tem de ser educado” (Marx e Engels, 1984: 108-109).

Trata-se de um processo contraditório, pois, ao mesmo tempo que a autoconstrução representa uma dilapidação da força de trabalho, aparece também como um espaço de articulação política, em que a convivência entre os participantes é propícia à troca de experiências e conhecimentos, revelando assim um espaço educativo.

Para identificar as relações que permeiam um processo de autoconstrução coletiva de moradias populares, realizamos pesquisa bibliográfica, documental, aplicação de questionários e entrevistas. A documentação oral e escrita complementam-se, desde que utilizadas com o devido rigor metodológico (Montenegro, 1994).

Fomos ao residencial Nossa Morada, no período de agosto a dezembro de 1999, com estagiárias de Serviço social da UCG. Presenciamos a construção das casas, e aplicamos 42 questionários, o correspondente a 60% dos 70 moradores. Os questionários¹ apresentavam questões fechadas que identificavam a situação sócio-econômica do entrevistado, composição familiar, faixa salarial, cargo na UFG etc. E ainda, questões abertas que buscavam elementos para a análise da expectativa das pessoas em relação ao programa, participação em organizações populares fora do programa etc.

As entrevistas², além de fornecerem os dados que precisávamos, também propiciaram maior integração com os moradores, e pudemos

1 Ver anexo 1.

2 Ver anexo 2.

compreender melhor a história do programa e o processo organizativo do grupo sob diferentes olhares. Enquanto aplicávamos os questionários, identificamos as famílias mais antigas do programa e aquelas que tinham mais informações para nos fornecer, a fim de realizarmos as entrevistas.

Complementando e qualificando as informações colhidas com a aplicação dos questionários, utilizamos um depoimento e oito entrevistas, assim distribuídos:

- no depoimento, com três horas de duração, a assistente social (coordenadora do Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, responsável pela criação do PMM), faz um resgate da história do Programa;
- cinco entrevistas com moradores do Residencial Nossa Morada;
- duas entrevistas com mutirantes do PMM que ainda não haviam recebido a casa;
- entrevista com uma liderança do Movimento Social de Moradia em Goiânia que participa de encontros nacionais e internacionais³.

O depoimento consta de uma gravação na qual a assistente social relata a história do Programa, o início da organização, a necessidade da casa, o conceito de moradia que o grupo foi desenvolvendo, a construção da casa como estratégia de um trabalho sócio-educativo etc.

As entrevistas foram estruturadas com base em um roteiro com perguntas referentes à participação da pessoa no Programa, seus objetivos e suas expectativas. Explicamos, anteriormente, aos entrevistados o objetivo de nossa pesquisa e pedimos autorização para utilizá-las posteriormente.

Essas entrevistas foram realizadas com o auxílio de gravador e transcritas, resguardando fidelidade ao depoimento dos entrevistados. Segundo Thompson, as

entrevistas, como todo testemunho, contêm afirmações que podem ser avaliadas. Entrelaçam símbolos e mitos com informação, e podem fornecer-nos

3 A entrevista, com a liderança mencionada, se deve à necessidade que sentimos de compreender como tem sido a organização dos trabalhadores ante a demanda habitacional, e a relação dessa organização com um movimento social mais amplo. Complementamos as pesquisas bibliográficas com a vivência e conhecimento dos agentes dessa história e o movimento social visto de seu interior.

informações tão válidas quanto as que podemos obter de qualquer outra fonte humana. (1998: 315)

No momento das entrevistas, associados e associadas, revelaram expectativas e apreensões que não aparecem nos documentos escritos. Os relatos apresentados são subjetivos, pois dependem da apreensão de cada um, mas conforme Thompson (1998), a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade, resgatar acontecimentos perdidos na memória, e atingir a verdade não aparente.

Nesta pesquisa, a fonte oral ocupa um espaço próprio na apreensão da realidade, estando presente como um dos instrumentos utilizados para trabalhar a realidade, juntamente com outros, como observação e documentos escritos.

Para trabalhar a oralidade, deve-se considerar que a construção histórica passa pela memória, a qual não pode ser confundida com história, mas pode vir a ser história ou fazer parte dela. Os relatos expressam a realidade vivida, e, em determinados momentos, pode contestar a própria história apresentando enfoques de determinados agentes, até então não considerados. Nesse estudo, a memória pode revelar o que os documentos escritos não mostram, sobretudo por tratar-se de uma história recente, ainda em construção, permeada de aflições, sonhos, expectativas e frustrações dos mutirantes, agentes do processo de construção de moradias, estudados neste trabalho.

Sabe-se, pelos relatos e informações teóricas⁴, que as pessoas buscam a construção de moradias mediante ajuda mútua por falta de opção. Pretendemos saber mais, como essas pessoas, diante da necessidade, redimensionam as relações sociais nas quais se inserem. Existe consciência dos participantes quanto a esses redimensionamentos?

Realizamos o levantamento de todos os 319 funcionários que haviam participado do programa, em algum momento. Comparamos o quantitativo dos atuais participantes, 177 funcionários, com os 142 funcionários que deixaram o programa. Dentre esses últimos, contatamos 42 pessoas, que revelaram o motivo da desistência. Não realizamos entrevistas com os funcionários que deixaram o programa, pois não é esse o objeto de nosso estudo.

4 Ver obra de Ermínia Maricato: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial.

O trabalho é exposto em três capítulos. O primeiro faz uma breve referência à questão habitacional no Brasil e em Goiás, no final do século XX. Nesse momento enfocamos a luta pela moradia e os movimentos sociais, a política habitacional e a abertura política, e a questão da moradia. O segundo capítulo apresenta uma breve exposição sobre a ocupação do espaço urbano em Goiânia. E, finalmente, o último apresenta uma reflexão a respeito da construção de moradias populares, em regime de ajuda mútua, mediante mutirão, suas implicações sociais, políticas e educativas no comportamento dos mutirantes. Procuramos mostrar, nesse capítulo, com o levantamento sócio econômico, o perfil dos associados do Programa Melhoria da Moradia desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Goiás, e o trabalho sócio-educativo presente no Programa.

CAPÍTULO I
QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL E EM GOIÁS
NO FINAL DO SÉCULO XX

A polis é a expressão mais alta do processo de transformação consciente do ser social, ou "animal político". Adolfo Sánchez Vázquez

O crescimento urbano e a falta de moradias dignas para os trabalhadores aparecem como preocupação, no Brasil, ainda em 1886. Nesse período, São Paulo apresentava o índice de 10% de crescimento urbano anual e chegou a 12% em 1900. As habitações dos trabalhadores urbanos eram em grande parte, cômodos alugados em cortiços – construções improvisadas e insalubres. Com o intuito de amenizar essa situação, o Código de Posturas do Município de São Paulo (1886) proibiu a construção de novos cortiços no município. Em 1898, a Lei nº 375 do município de São Paulo determina a demolição dos cortiços insalubres, e, em 1901, a Lei nº 413 "isenta de impostos municipais as vilas operárias que fossem construídas conforme o padrão estabelecido pela Prefeitura e fora do perímetro central da cidade" (Silva, 1989: 35 – 36).

O agravamento da questão habitacional ocorre, a partir da segunda metade do século XX, com a criação e/ou urbanização aceleradas de várias cidades, e, ainda, com a constante migração interna e expansão do sistema de circulação entre núcleos populacionais, denominado rede urbana.

Qualquer aglomerado populacional em área rural urbaniza-se com a incorporação de equipamentos de uso social e coletivo – posto de saúde, escola, correio, estabelecimento comercial, agência bancária e posto telefônico – o que faz com que muitas áreas, consideradas rurais, passem para a categoria de urbanas quando conquistam essas atividades (Corrêa, 1989).

O crescimento da rede urbana, no Brasil, ocorrida na segunda metade do século XX, intensifica-se gradativamente a partir das décadas de 60 e 70, favorecendo a comunicação entre cidades, pequenos municípios e povoados. Até

então, a comunicação entre os pequenos municípios e os povoados era mediada pelas cidades maiores, pois, em geral, havia poucas estradas vicinais para que os pequenos municípios se comunicassem diretamente entre si. Até 1950, o número de cidades brasileiras, com mais de vinte mil habitantes em sua sede, era 96; em 1980, esse número chegou a 482 (Faria, 1984).

As questões sociais, presentes no meio urbano, apresentam especificidades, sem, entretanto, estarem dissociadas da realidade rural. Ao trabalharmos o espaço urbano, consideramos a sociedade na qual está inserido, pois as questões sociais não podem ser fragmentadas como rurais e urbanas; ambas interagem e possuem lutas comuns como melhoria na qualidade de vida, saúde, educação, emprego, moradia, que, entretanto, apresentam singularidades pertinentes a cada uma. A "problemática urbana se configura como crise da cidade capitalista, gerando um crescente processo de politização do cotidiano, em decorrência da ação contraditória do Estado" (Jacobi, 1993: 12).

Entende-se o déficit habitacional, no final do século XX, como parte de um processo histórico. O Brasil, até a década de 40, tinha dois terços de sua população vivendo na zona rural; na década de 60, a população urbana começa a superar a população rural, chegando a 56% na década de 70, como se observa na tabela 1:

TABELA 1
População rural e urbana no Brasil – 1940 a 1996

CENSO	BRASIL					
	Urbana		Rural		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1940	12.880.182	31,24	28.356.133	68,76	41.236.315	100,00
1950	18.782.891	36,16	33.161.506	63,84	51.944.397	100,00
1960	32.004.817	45,08	38.987.526	54,92	70.992.343	100,00
1970	52.904.744	55,98	41.603.839	44,02	94.508.583	100,00
1980	82.013.375	67,70	39.137.198	32,30	121.150.573	100,00
1991	110.875.826	75,47	36.041.633	24,53	146.917.452	100,00
1996	123.082.167	78,36	33.997.406	21,64	157.079.573	100,00

Fonte: tabela elaborada com dados fornecidos pelo IBGE (IBGE, 1997: 49-54)

Em Goiás, o registro da superação da população rural pela urbana aparece na década de 80. E, finalmente, nos anos 90, a população rural não chega a 20% do total no estado, conforme a tabela 2:

TABELA 2
População rural e urbana em Goiás – 1940 a 1996

CENSO	GOIÁS					
	Urbana		Rural		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1940	122.355	18,50	538.871	81,50	661.226	100,00
1950	219.370	21,70	791.510	78,30	1.010.880	100,00
1960	541.469	33,29	1.084.907	66,71	1.626.376	100,00
1970	1.134.242	46,11	1.325.765	53,89	2.460.007	100,00
1980	2.172.965	67,29	1.056.254	32,71	3.229.219	100,00
1991	3.241.119	80,77	771.443	19,23	4.012.562	100,00
1996	3.873.722	85,78	642.146	14,22	4.515.868	100,00

Fonte: tabela elaborada com dados fornecidos pelo IBGE (IBGE, 1997: 49-54).

O crescimento acelerado dos grandes centros urbanos não se deve a um único fator, mas a questões estruturais e conjunturais, fatores econômicos, sociais e políticos. A tendência geral, com o avanço da industrialização, é o aumento gradativo da população urbana, em detrimento da população rural. No Brasil, entretanto, o desequilíbrio populacional entre o campo e a cidade agrava-se, especialmente, graças à falta de uma política agrária capaz de garantir a subsistência do homem no campo. Os contrastes sociais e econômicos entre distintas regiões – sobretudo entre Norte, Nordeste e o Sul do país – revelam a falta de políticas industriais e agrícolas que visem o desenvolvimento integrado para todo o Brasil.

Por outro lado, a industrialização e a multiplicidade das atividades econômicas e sociais nas cidades com maior densidade populacional, e investimentos em equipamentos públicos de forma desordenada, privilegiando os grandes centros urbanos, contribuem para a migração de famílias, sobretudo as

de baixa renda, que deixam suas moradias no campo e vão para as cidades em busca de emprego, saúde e educação. A industrialização e a concentração de pessoas nas cidades provocam a diversificação e a multiplicação de atividades econômicas, não só a produção e circulação de mercadorias, mas também prestação de serviços e atividades administrativas.

No período de 1950 a 1980 "o PIB foi multiplicado por 8, e a renda *per capita* multiplicada por 3,4" (Sachs, 1999: 35). E, apesar do crescimento industrial ter sido, em média, 8,5%, chegando a 15,3% para os bens de consumo duráveis, a oferta de emprego não foi proporcional ao crescimento do PIB,

entre 1950 e 1980 o emprego foi multiplicado por mais ou menos 2,6, e em 1983 o desemprego e o subemprego aproximava-se dos 13 milhões de pessoas. A desigualdade na divisão da renda foi acentuada: a parte mais rica concentrava 39,6% da renda em 1960 e 47,7 em 1980, enquanto a parte da renda que cabia à metade pobre da população caía, no mesmo período, de 17,4% para 14,1%. (Sachs, 1999: 35)

No decorrer do século XX o país apresentou os seguintes índices de crescimento referentes ao PIB (Tabela 3):

TABELA 3

Índice de crescimento do produto interno bruto do Brasil no século XX

ANO	PIB
1900	4,3
1910	3,7
1920	5,7
1930	4,3
1940	5,1
1950	7,5
1960	6,1
1970	8,8
1980	2,9
1990	1,5

Fonte: IBGE, 1997.

Apesar do crescimento econômico do país, grande parte da população empobrece e a renda concentra-se ainda mais nas mãos de uma minoria, aumentando o grau de pobreza da maioria da população. A população com mais

de dez anos, de 36.557.990, em 1950, passou a 88.149.988, em 1980; houve um crescimento de 50 milhões de pessoas e 27 milhões de novos empregos, revelando um aumento do número de desempregados (Faria, 1984).

O descompasso entre crescimento econômico e subdesenvolvimento social provoca o crescimento da necessidade de que o Estado aumente os investimentos em políticas sociais; entretanto, no sistema capitalista, as políticas sociais não interferem nos fundamentos que reproduzem as desigualdades sociais (Silva, 1989).

A diferença entre crescimento populacional e oferta de emprego agrava ainda mais a situação sócio-econômica da população, além do que, durante o período do regime ditatorial, que se inicia em 1964 e perdura até 1985, o país passa por um retrocesso político no que diz respeito às políticas sociais, aos movimentos organizados e à participação popular.

Além da falta de emprego, o salário mínimo vigente no país não atende às necessidades do trabalhador, como deveria. Segundo o decreto de sua criação, o salário mínimo “será determinado pela soma das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, necessários à vida de um trabalhador adulto” (Decreto-lei nº 399/1938). Entretanto, as necessidades básicas não são atendidas e o grau de pauperização da classe trabalhadora cresce. E as políticas sociais desenvolvidas foram, antes de tudo, uma estratégia governamental para a manutenção da ordem existente, e não mecanismos reais para garantir as condições mínimas de sobrevivência da população brasileira.

Outra questão a considerar é a migração interna do país – pessoas, que ante as carências enfrentadas em seus locais de moradia, deslocam-se para os grandes centros industriais em busca de melhores condições de vida. Nas últimas décadas do século XX, o fluxo migratório, que privilegiava as capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, adquire novas características. Com o deslocamento de indústrias para as cidades de médio porte e para as regiões fora do eixo industrial de São Paulo – Rio de Janeiro, a migração, que era constante para as grandes metrópoles, transfere-se para essas regiões.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a média brasileira de crescimento populacional urbano é de 1,8%. As capitais das regiões do Nordeste e Centro-Oeste apresentam um crescimento superior à média

nacional. Os problemas ocasionados pelo fluxo migratório não são decorrentes do mero deslocamento das pessoas no sentido campo – cidade, que, em princípio, faz parte do processo de urbanização, mas a um desequilíbrio real entre o fluxo migratório e a capacidade de absorção da mão-de-obra excedente no espaço urbano (Singer, 1990).

A luta pela moradia e a organização social

Nas primeiras décadas do século XX, crescem no Brasil os movimentos operários, sucessivamente sob forte influência anarquista e comunista. No início da industrialização do país, grande parte da mão-de-obra utilizada nas indústrias era proveniente dos imigrantes europeus, sobretudo italianos e espanhóis. As idéias anarquistas, difundidas pelos imigrantes, predominavam entre os operários da época. Os operários, na primeira metade do século XX, além do descontentamento com as relações de trabalho, também, reivindicavam melhores condições de moradia, visto que, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, o crescimento da população era maior que a oferta de novos domicílios.

Nesse período os trabalhadores passam a ter maior consciência sobre o papel que deveriam atribuir ao Estado no que se refere a questões habitacionais, bem como ao direito dos trabalhadores e locatários. Até então, questões trabalhistas e de moradias ficavam a cargo do livre acordo entre os interessados. A preocupação com essas últimas, concretizou-se com a mobilização dos trabalhadores, que em 1920, por meio da Liga dos Inquilinos e Consumidores do Rio de Janeiro, em 1920, realizam manifestações. “Em 1922 é aprovada a primeira lei do inquilinato, uma das inúmeras medidas destinadas ao controle dos aluguéis” (Maricato, 1997:35).

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assume a presidência da República de 1930 a 1945. Conhecido como um líder populista, reconheceu as questões sociais e preocupou-se com os interesses nacionais. Empreendeu reformas que ora atendiam aos interesses dos trabalhadores, ora aos interesses dominantes, como a queima do café para atender às exigências do mercado.

A década de 30 marca-se por mudanças significativas no processo político e econômico da sociedade brasileira: o Estado passou a gerir diretamente as políticas públicas, instituiu a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criou o salário mínimo e os sindicatos oficiais. Implantou, ainda, os Institutos de Aposentadoria e Pensões, que no período de 1937 a 1964, foi responsável pela produção de 124.025 unidades habitacionais, das quais 25.428 localizaram-se no Estado de São Paulo. (Sachs, 1999)

Essa nova realidade fez surgir novas relações do poder público com as grandes massas de trabalhadores que se aglutinam nos grandes pólos industriais. O Estado passa a intervir na questão social para garantir a reprodução da mão-de-obra necessária às indústrias, sobretudo no que diz respeito à habitação, que era um problema revelador de outras debilidades governamentais.

Até meados de 1930, a solução para a falta de moradia nos grandes centros ficava a cargo da iniciativa privada. Proprietários, com o objetivo de investir capital e auferir lucro, construíam em um mesmo lote pequenas e inúmeras moradias para serem alugadas a trabalhadores. As relações sociais nesse setor caracterizavam-se, por exemplo, pelo preço dos aluguéis, decidido entre locador e locatário, assim como o valor dos salários, mediante a livre negociação entre patrão e empregado.

Até o início da década de 60, grandes empresas construíam, próximo ao local de trabalho, conjuntos de moradias destinados a seus operários, valendo lembrar que, nessa época, os meios de transportes eram escassos e precários. As famílias dos operários ficam dependentes da empresa no tocante à moradia (Maricato, 1997).

A política de Vargas, além das mudanças de âmbito nacional – com um acelerado crescimento econômico e transformações políticas –, foi responsável pelo desenvolvimento da região Centro-Oeste, com a Marcha para o Oeste e a mudança da capital do estado, de Goiás para Goiânia. Essa política,

estava centrada no desenvolvimento capitalista (via da industrialização), exigente, a princípio, de reformulações nas elites dirigentes estaduais, especialmente para lhe garantir sustentação política. Respondia também a interesses internos – oligarquias do sul e sudoeste – que requisitavam representação política por sentirem-se diretamente responsáveis pela incorporação de Goiás à economia nacional e, dessa forma, pela conseqüente dinamização da economia goiana. (Bernardes, 1989:13)

O primeiro período varguista foi marcado por forte influência da política internacional, em virtude dos efeitos da crise financeira internacional instalada a partir de 1929. Assim, ao mesmo tempo que o país apresentava um grande crescimento e desenvolvimento econômico, também sofria grave crise de abastecimento, reduzindo o poder de compra dos trabalhadores devido à carestia. Essa falta de abastecimento também atinge os materiais utilizados na construção civil, gerando um agravamento da escassez de habitações.

A partir de meados de 30, o processo inflacionário começa a desestimular a construção de casas para aluguel, e a especulação de terrenos e imóveis urbanos começa a se dar em ritmo acelerado. (Silva, 1989: 39)

No período de 1937 a 1942, houve um aumento do custo de vida e o valor gasto com a moradia sacrificava a alimentação das famílias assalariadas. Essa crise, associada ao congelamento dos aluguéis com a Lei do Inquilinato de 1942, fez com que as famílias buscassem alternativas como a ocupação de áreas e a autoconstrução, muitas vezes de forma improvisada favorecendo o crescimento das favelas, sobretudo em São Paulo (Silva, 1989).

A população passa a organizar-se com o intuito de mitigar as dificuldades tocantes às questões sócio-econômicas e assim, em meados do século XX, aumenta sua participação nos movimentos sociais. Nesse período, em São Paulo e Rio de Janeiro, inquilinos organizaram-se e passaram a cobrar do Estado a responsabilidade no que diz respeito à habitação. Esses movimentos contaram com o apoio dos Comitês Democráticos e Populares (CDPs), organismos de base do Partido Comunista do Brasil, durante o período de sua legalidade, de 1945 a 1947. As contradições na questão habitacional favoreceram a criação de movimentos sociais contra os despejos, e pela garantia de moradia para os trabalhadores de baixa renda.

A Fundação da Casa Popular (FCP), criada em 1946, já no governo Dutra (de 1946 a 1950), reforçou a proposta governamental de incentivo à habitação popular; entretanto, entre 1946 e 1960, produziu em todo o país apenas 16.960 unidades habitacionais, sendo 2.959 no estado de São Paulo. Apesar da carestia, nesse período, o custo com habitação permanece estável (Azevedo e Andrade, 1982).

Com a expansão da construção de moradias, por programas governamentais e mesmo por particulares – muitas vezes, de forma improvisada –, acompanhada da crise econômica e de medidas governamentais para controlar o preço dos aluguéis, a construção de casas de aluguel deixa de ser um negócio rentável, sobretudo no período de 1942 a 1964.

O período de 1940 a 1964, em São Paulo, pode ser caracterizado por um grande crescimento urbano com a participação do Estado, pois era necessário garantir a reprodução da força de trabalho que atendia às indústrias. O sistema de transporte coletivo, até então o bonde elétrico, foi gradativamente substituído pelo ônibus, além do que a implantação da indústria automobilística, em território nacional, aumentou a quantidade de transportes individuais. As edificações antigas, transformadas em cortiços, foram trocadas por novas construções verticalizadas.

A tentativa de agilizar o precário desempenho da Fundação da Casa Popular estimulou o surgimento das propostas de criação, em 1953, do Banco Hipotecário, do Plano de Assistência Habitacional e, mais tarde, da criação do Instituto Brasileiro de Habitação em 1961, os quais não chegaram a ser viabilizados.

A modernização do país, com base no Programa de Metas de Juscelino Kubitschek, acelerou o crescimento industrial, provocou relativa melhoria no poder aquisitivo do trabalhador e deu novo impulso ao processo de ocupação da região Centro-Oeste do país com a construção de Brasília. Esses acontecimentos repercutiram no crescimento do consumo de bens duráveis por uma significativa parcela da população e no aumento da inflação causando sofrimento ao conjunto da população brasileira.

No final da era Kubitschek, delineou-se um desenvolvimento expressivo das organizações sociais, com destaque para os sindicatos vinculados à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e à União Nacional dos Estudantes (UNE), os quais provocaram grande efervescência cultural, sobretudo mediante os Centros Populares de Cultura.

A CGT e várias organizações de esquerda tinham uma variedade de propostas de transformações econômicas, políticas e sociais. Dentre as bandeiras de lutas que, no governo João Goulart, de 1961 a 1964, foram expressas pelas

reivindicações populares, destacam-se as reformas de base, dentre as quais estavam as reforma bancárias, universitária, urbana e agrária, e ainda, a melhoria salarial, a lei de controle da remessa de lucro para o exterior etc.

Desde sua posse, João Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros (1960-1961) que renunciou em 1961, sofreu a rejeição das elites conservadoras e a reprovação militar, porém, governou até 1964, quando foi deposto por forças conservadoras da sociedade civil e pelos militares, com apoio incondicional dos Estados Unidos (Silva, 1989).

Herdeiro político de Getúlio Vargas, João Goulart sempre foi visto com desconfiança pelas elites e por alguns segmentos da esquerda, em razão do que enfrentou muitas dificuldades. Apesar de ter atendido a algumas reivindicações populares da União Nacional dos Estudantes, da Central Geral dos Trabalhadores e das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, João Goulart foi perdendo as forças que o apoiavam em razão das dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelo governo, enquanto os conservadores se aglutinavam e ganhavam espaço político, culminando com a deflagração do golpe militar, em 31 de março de 1964. A alegação dos golpistas, ao depor o governo constitucional de João Goulart, foi a de que ele representava – segundo os ideólogos anticomunistas apoiados pela embaixada americana – a incorporação das teses das entidades defensoras de um regime socialista para o Brasil.

Segundo Netto, o golpe derrotou uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político, a qual, apesar de não contemplar mudanças estruturais, constava de reformas que, paulatinamente, poderiam “romper com a heteronomia econômica do país e com a exclusão política da massa do povo” (Netto, 1996: 25).

Instaurado o regime militar, assumiu o comando do novo poder o Marechal Castelo Branco (1964-1967), que suspendeu uma série de garantias constitucionais por meio dos atos institucionais. Declara compromisso com a democracia, porém dissolve os partidos políticos existentes, criando o bipartidarismo; decreta eleições indiretas para presidente e governadores e cassa mandatos de parlamentares federais e estaduais que eram contrários ao regime. Exerceu controle sobre a população civil com a intervenção nos sindicatos e federações de trabalhadores, provocando a demissão das lideranças mais

combativas e neutralizando as demais. Reprimiu os movimentos estudantis e as organizações populares urbanas e rurais, suspendeu o direito político de centenas de cidadãos que se manifestaram contrários ao regime militar (Salles, 1999). Durante o regime militar, o período de maior repressão foi no governo do general Médici, de 1969 a 1974.

Para amenizar os conflitos decorrentes da falta de liberdade política, foi dada uma atenção à questão habitacional com a criação do Sistema Financeiro da Habitação e o Estatuto da Terra. O último, considerado avançado até hoje, no que diz respeito à questão fundiária, jamais foi implementado.

Em 1967, foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em substituição ao regime de estabilidade, o que aumentou a rotatividade de emprego, ocasionando um rebaixamento salarial. Entretanto, até 1980, "em decorrência das altas taxas de crescimento econômico e da expansão do emprego industrial, não era um grande problema arrumar nova ocupação" (Bonduki, 1992: 22).

A partir de 1964, com o fechamento de todos os meios legais de participação política, restou a possibilidade de organização dos moradores nos próprios bairros, impulsionada principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base, uma das principais alternativas de organização popular na década de 70. Na organização "as ações grupais desenvolvidas pela população passam a ser assumidas como elementos de força social para se contraporem aos seus problemas existenciais" (Souza, 1991: 133).

Nos governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) inicia-se e consolida-se a chamada distensão política. No governo desse último, em 1979, foi aprovada a Lei da Anistia, a volta do pluripartidarismo e a diminuição gradativa da censura. Essas mudanças expressaram a força aglutinadora da sociedade civil.

Política habitacional

Com a edição da Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o governo federal assume a responsabilidade de desenvolver a política habitacional a ser adotada nos estados e municípios, que se encarregavam de planejar e

operacionalizar a construção de habitações populares, e ainda, mediante alguns critérios, garantir crédito à população demandatária com o objetivo de privilegiar os segmentos sociais com baixo rendimento. A assistência técnica e financeira era dada aos estados pelo Serfhou (Sachs, 1999).

A edição dessa lei garantiu as bases institucionais para a criação do Sistema Financeiro de Habitação, Banco Nacional de Habitação e Serviço Federal da Habitação e do Urbanismo (Serfhou).

O BNH foi o órgão central do SFH até sua extinção, decidida em 1986, quando suas competências foram transferidas para a Caixa Econômica Federal. Ele também administrava, desde sua criação em 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e distribuía, por outros bancos, os créditos de financiamento de habitação e de infra-estruturas urbanas. (Sachs, 1999: 129-130)

Ao implementar a política nacional de habitação, o governo sustentou que, além de proporcionar moradia aos trabalhadores, também gerava empregos na área da construção civil. Entretanto, o Estado foi apenas mediador do financiamento, pois as verbas eram provenientes do FGTS e de cadernetas de poupanças particulares, muito estimuladas, pelo governo, na época. As mensalidades pagas pelos usuários submetiam-se a juros e a correção monetária, pois deveriam cobrir os empréstimos realizados pela população que guardava seu dinheiro mediante poupanças voluntárias (cadernetas de poupança) ou involuntárias (FGTS).

A tradução operacional da correção monetária para o Sistema Financeiro da Habitação é feita através da Unidade Padrão de Capital (UPC), uma unidade monetária de poder aquisitivo constante a cada trimestre civil, na mesma proporção da variação do Índice de Preços, apurado pela Fundação Getúlio Vargas. O processo é idêntico ao utilizado para calcular as chamadas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Uma UPC, a moeda oficial do BNH, equivale, em valor, a uma ORTN. (Azevedo e Andrade, 1982: 63)

Em plena ditadura, a proposta de amenizar o déficit habitacional pode ser vista como estratégia para atenuar os efeitos do arrocho salarial crescente e ajudar a formar um consenso para que a população beneficiária aceitasse o regime autoritário. Segundo Silva, essa estratégia aparece claramente em

depoimentos de alguns protagonistas da fase inicial do BNH, logo após o golpe militar de 64: a casa própria como um bálsamo para as feridas cívicas da nação (Sandra Cavalcanti); o proprietário da casa como um aliado da ordem (Roberto Campos); e o estímulo à construção civil como estratégia para atenuar crises localizadas (Mário Trindade). (Silva, 1992:15)

O Censo de 1970 (IBGE, 1970) identificou que 70% da população apresentava um rendimento mensal inferior a um salário mínimo. Portanto, apesar do grande déficit habitacional dos segmentos sociais de menor renda, até dezembro de 1980, 65% das casas financiadas pelo programa destinavam-se às camadas de renda média e alta da população. Esse tipo de financiamento impossibilitava que o trabalhador de baixa renda tivesse acesso ao crédito oferecido.

Inicialmente, em 1964, o número dos empréstimos era de 8.618; chegou a 135.571 em 1979, e diminuiu para 7.328 em 1985 (Sachs, 1999). Os investimentos em habitação foram reduzidos até a extinção do BNH, após o que seus programas passaram a ser geridos pela Caixa Econômica Federal (CEF), que se limitou a financiar casas para famílias da classe média. Para serem atendidos pelos programas as pessoas teriam que ter um emprego fixo e um rendimento compatível com o financiamento proposto. Esses programas excluíam, pois, grande parte das famílias cujos membros viviam de empregos esporádicos e não podiam comprovar a renda mínima exigida.

A partir da segunda metade da década de 70, configura-se o processo de abertura política do regime militar por meio da chamada distensão lenta, gradual e segura, iniciada no governo Ernesto Geisel e, em seguida, já no fim da década, é aprovada a lei da anistia, no governo João Figueiredo. A passagem da década de 70 para a de 80, é marcada pela reimplantação do multipartidarismo, com possibilidade, também, para a criação e legalização de partidos de esquerda. Em 1982, são realizadas eleições diretas para governadores, até então indicados pelo governo federal e referendados pelas assembleias legislativas. Finalmente, em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves para presidente, mesmo que indiretamente – pelo colégio eleitoral – encerra-se o regime militar. O período ditatorial chega a termo com a promulgação da nova Constituição de 1988 e com a eleição direta para presidente da república em 1989.

A década de 80 foi marcada pelo aumento da crise econômica, pelo crescimento vertiginoso da inflação, pela queda no crescimento econômico e pelo aumento do desemprego.

Do ponto de vista econômico, podemos dizer que, grosso modo, o modelo implementado no Brasil pelos militares depois de 1964 continuou o mesmo nos

anos 80: concentrador de renda, excludente, voltado para o mercado externo. (Gohn, 1991: 10)

A organização da classe trabalhadora, sobretudo em sindicatos e associações, aumentou desde o final da década de 70, estimulada não só pelas dificuldades econômicas pelas quais o país atravessava, mas também pelo amadurecimento político pelo qual o país passou, relacionado ao processo de abertura política que vinha se consolidando. Inicialmente, o governo garantia, com algumas restrições, o direito de organização e de manifestação da classe trabalhadora, fortalecendo a conquista pela democracia. Havia desconfiança do regime militar de que as organizações populares fossem instrumentos de combate ao sistema vigente.

No âmbito da rearticulação da sociedade civil, o movimento popular por moradia e o movimento sindical saem da clandestinidade para lutar por questões reivindicativas básicas face a deterioração das condições da vida e para contestar a política econômica e o regime político instituído pelos militares, destacando-se o movimento pela anistia política. (Silva, 1994: 89)

Os movimentos de caráter reivindicatório representavam um exercício de cidadania e expressavam a demanda dos trabalhadores no tocante a salários dignos e a direitos sociais, como moradia, saúde, educação.

Além dos problemas políticos e econômicos, enfrentados pelos trabalhadores brasileiros no início dos anos 80, a política habitacional ficou desacreditada sobretudo por segmentos populares. O Banco Nacional de Habitação propiciava um financiamento que não conseguia atender a grande parte da população de baixa renda, com prestações elevadas e com crescimento excessivo do saldo devedor, gerando enorme insatisfação. E ainda a "rejeição crescia a cada denúncia de que os recursos do banco estavam sendo dilapidados por fraudes e falcatruas provocados por agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação" (Bonduki, 1992: 33).

Desde 1930, o país não apresentava um índice negativo no Produto Interno Bruto (PIB) como ocorreu em 1980 e 1983. "A produção industrial do país que durante a década de 70 crescia em média a taxas superiores a 10%, sofreu entre 1980 e 1983 um decréscimo" (Bonduki, 1992: 22), o que acarretou um aumento considerável de desempregados nos centros industriais.

No primeiro ano do governo Sarney, a inflação atingiu índices elevados e, em consequência, foi lançado, no dia 1º de março de 1986, o Plano Cruzado,

que se constituiu, dentre outras medidas, na criação de uma nova moeda – o cruzado – e no congelamento total dos salários e dos preços.

Por tratar-se de um ano eleitoral, não se realizaram as correções necessárias à sobrevivência do Plano, para não desagradar a grande massa popular, o que prejudicaria os interesses eleitorais dos partidos da base de apoio do governo Sarney, em particular os do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O aparente sucesso do plano garantiu a vitória do PMDB nas eleições para o Congresso Nacional, assembleias legislativas e governos estaduais, em quase todo território nacional.

A institucionalização definitiva da democracia só veio com a promulgação da Constituição de 1988 e a eleição direta para presidente da República em 1989. A respeito dos direitos sociais, a Constituição de 1988 determina no capítulo II, art. 7º:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] item IV – Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e as de sua família como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (Brasil, 1988)

Ainda, a atual Constituição, no capítulo II, art. 23, disciplina que é

competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] item IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. (Brasil. Congresso Nacional, 1988)

Entretanto, quanto aos direitos sociais, a Constituição de 1988 não conseguiu atender aos interesses gerais da população. Assim, a

Política Social continua sendo desafio fundamental e contraditório da sociedade e do sistema produtivo. No pano de fundo emerge sempre a questão social, ou seja, o problema das desigualdades sociais, tomado aqui como componente histórico estrutural. Quer dizer, as desigualdades sociais perfazem a própria dinâmica histórica em termos de resistência e necessidade de mudança. Do ponto de vista do grupo dominante, a política social tenderá a ser tática de desmobilização e controle, enquanto do ponto de vista dos 'desiguais', assoma como contradição. (Demo, 1994: 9)

Para amenizar os problemas relativos à falta de moradia no contexto político e econômico dos anos 80 e 90, surgem diversas iniciativas: primeiro, por parte da população, mediante ocupações em áreas públicas ou privadas; em segundo lugar, o desenvolvimento de Projetos e Programas por Organizações

Não-Governamentais (ONGs), em parceria com organizações governamentais, e, em terceiro lugar, algumas iniciativas isoladas do poder público, visando atendimentos imediatos em casos de calamidades públicas, como desmoronamentos, enchentes e ocupação de espaços públicos (pontes, viadutos, praças etc.).

Essas medidas destinadas ao atendimento de pequenos grupos são insuficientes para atender à demanda. Considerando-se o crescente aumento da população e o déficit habitacional, faz-se necessário uma política de habitação e urbanização que garanta a ocupação dos vazios urbanos e a democratização dos equipamentos sociais, já que consideramos que o espaço para morar não significa apenas o lote e a edificação, mas um complexo de equipamentos públicos que atenda às necessidades dos moradores.

A concepção de habitação referida ao modo de vida urbano implica, para além do mero abrigo, a existência de todo um conjunto de equipamentos e serviços, desde os infra-estruturais, como redes de água, esgoto e energia, até outros recursos de uso coletivo como transporte, abastecimento, telefone, correio, serviços de segurança e outros. (Silva, 1992: 12).

Consideramos também, que a expectativa do trabalhador em relação à moradia muda de acordo com o desenvolvimento da sociedade, de tal forma que o conceito de moradia também sofre transformações, ao longo do tempo. Na zona rural, o trabalhador necessita da terra e de uma moradia perto de um curso d'água; na cidade, o homem precisa de infra-estrutura para garantir uma qualidade de vida satisfatória. O homem trabalha para atender a suas necessidades que se multiplicam à medida que a sociedade torna-se complexa. Quando não atendidas, o homem busca, como uma das alternativas, a mobilização popular para reivindicar o seu atendimento perante o poder público.

Abertura política, organização social e moradia

As forças populares contribuíram para as eleições de parlamentares opositores em 1974 e 1978, sinalizando a vontade de mudança, e também, influíram em favor da anistia de 1979, por meio dos movimentos organizados, assim como no alargamento da agenda da abertura política com o movimento das

diretas já, em 1984. Ainda nos anos 70 surgem vários movimentos sociais de caráter reivindicatório, pessoas que se aglutinam em torno de interesses comuns como melhoria de transporte coletivo, água, luz, moradia, creches etc. Esses movimentos receberam o apoio de grupos políticos de esquerda e da Igreja Católica e a organização dos populares pode ser transformada em estratégia para o desenvolvimento de um trabalho sócio-educativo.

As conseqüências da crise do petróleo de 1974 só passaram a ser sentidas com maior intensidade na década de 1980, marcada pelo aumento da crise econômica, e crescimento vertiginoso da inflação, queda do crescimento econômico e aumento do desemprego, tendências que perduram até hoje. Houve, entretanto, um crescente aumento das organizações da classe trabalhadora em diversas regiões do país, em especial nos anos 80.

Às crises econômicas e o crescimento negativo da produção industrial somam-se aos problemas sociais e ao descrédito da população quanto às políticas sociais, e, conseqüentemente, à política habitacional que não conseguia atender à demanda e ainda aumentavam as denúncias ao BNH "de que os recursos do banco estavam sendo dilapidados por fraudes e falcatruas provocados por agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação" (Bonduki, 1992: 32 - 33).

Em Goiânia, as organizações populares tomam corpo a partir dos anos 70, conforme depoimento de uma liderança do movimento social que acompanhou todo esse processo:

os movimentos de moradia, no caso específico de Goiânia, como na maioria das cidades do Brasil, eles surgem sobretudo a partir do meio da década de 70 impulsionados por dois grandes fatores: primeiro, pela... um dos períodos onde houve maior migração, maior êxodo rural, do campo para as cidades, levado por um processo de concentração das terras durante o período do regimen militar, então, houve um crescimento bastante significativo do campo para a cidade. E, segundo, já por conseqüência dessa política, uma falta de políticas públicas nas cidades que pudessem agregar esses novos atores na cidade e, conseqüentemente, até mesmo para os que já moravam nas cidades. Então, a ausência de políticas públicas na área específica de moradia por parte do Estado foram os dois grandes fatores que levaram a surgir grandes conglomerados de população de desabrigados, tanto do campo como da cidade a buscar soluções alternativas, você não tinha um estado com uma política voltada para essa finalidade, porque era um estado fechado, não era um Estado democrático, e, você também não tinha alternativa para a continuidade e a fixação do homem no campo. (Entrevista 1)

Os problemas locais relativos ao déficit de moradias eram uma expressão de questões econômicas e políticas no âmbito nacional. A partir dos anos 80, aumentou significativamente o índice de desemprego, de acordo com pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) sobre emprego e padrão de vida. Nesse período, a taxa anual de inflação girava entre 100% e 200% e o salário mínimo, segundo o Dieese, caiu cerca de 18% no período entre 1981 a 1984.

Em termos das questões urbanas, esta conjuntura trouxe uma série de fatos novos que marcou a Metrópole neste período, entre os quais se destacam as invasões/ocupações organizadas de terra, os saques e outras manifestações dos desempregados. (Bonduki, 1992: 161).

As organizações dos trabalhadores, em busca de uma solução para a falta de moradia, fortalecem os movimentos populares delineando novas relações sociais, políticas e econômicas com o poder instituído. "Este conjunto de mobilizações, além de suas finalidades específicas, contribuiu na luta mais geral contra o regime militar, marcando a presença popular na oposição política" (Kowarick, 1980: 158).

O florescimento desses movimentos não acontece de forma espontânea, trata-se de uma relação de forças que se aglutina em torno de um propósito comum, a garantia de melhor qualidade de vida. Quanto a essas forças que contribuíram com a organização dos trabalhadores, a liderança do movimento social entrevistado, declara:

Eu costumo dizer, fundamentalmente, que nós tínhamos três categorias importantes que somaram nesse processo, aí, por volta de 1978, que era já a reta final pela conquista da democracia, nós tínhamos os professores, que vieram criar o CPG, que era o Centro de Professores de Goiás, hoje o SINTEGO, nós tínhamos os funcionários públicos, descontentes por uma política adotada na época, já aí, pelo então Ari e Maria Valadão e nós tínhamos a Igreja, num processo, já inclusive de longa data, num grande apoio, a partir da comunidade eclesial de base, as comunidades de base, e nós tínhamos vários sindicatos de trabalhadores rurais do interior, como de Itapuranga, Goiás, Bela Vista, Itumbiara, que foram sindicatos, muito importantes e significativos para o processo de conquista e consolidação dos movimentos populares urbanos, então, desses sindicatos nós tínhamos, além da solidariedade pessoal, política etc., nós muitas vezes tivemos apoio financeiro por meio de doação de alimentos como arroz, feijão milho, porque nos assentamentos que nós começávamos, ali em 78, 79, era um fator que marcava muito como necessidade da população que era a questão da cesta básica. Então, tínhamos esses três atores que eu acho que foram fundamentais para os movimentos de moradia surgirem em Goiânia, a partir do momento que se inicia de uma maneira mais organizada e muito especificamente localizada, a ocupação da fazenda Caveiras que hoje é o Jardim Nova Esperança, depois, Finsocial. (Entrevista 1)

O problema habitacional tornou-se uma questão constante no processo histórico brasileiro, e ainda, foi responsável por uma série de violências por parte dos representantes do poder, quando pessoas sem moradia se organizaram para ocupar áreas públicas ou privadas.

O I Encontro dos Movimentos de Moradia, realizado em São Paulo (1984), teve por objetivo reunir todos os movimentos em defesa do direito à moradia, até então informais, para um reconhecimento e troca de experiências. Nesse momento, cada movimento apresentou a história de sua organização e criou-se uma coordenação provisória que elaborou uma pauta de reivindicações, com o objetivo de viabilizar recursos para a moradia popular.

Goiás, modestia a parte, tem sido sempre uma referência nacional, tanto na sua forma de organização como na sua concepção de movimento social, tanto que é de Goiás que nasce e que parte as iniciativas. E, conseqüentemente, as lideranças que vão resultar na construção mais geral a nível nacional [sic], da ANSUR, Associação Nacional de Solo Urbano, hoje, que em 1987 era a Articulação Nacional do Solo Urbano, [...] eu entrei na ANSUR em 1987 e em 1990 me mudava para São Paulo para assumir a coordenação geral dessa, hoje, ONG. E, também, saiu de Goiás [...] a criação em 1990 do que hoje é o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia. E também foi a gente que contribuiu na construção da Central de Movimentos Populares. Muitos desses debates retomavam para o caso de Goiânia, de Goiás, pela forma da luta. (Entrevista 1)

Com o fim da ditadura militar, teve início a Nova República, após a eleição indireta, pelo colégio eleitoral. O presidente Tancredo Neves faleceu antes de tomar posse, deixando a presidência a cargo de José Sarney, cujo governo fracassou com seus dois planos econômicos, aumentando ainda mais a crise nacional. "Ao cabo do ciclo ditatorial, nenhum dos grandes e decisivos problemas estruturais da sociedade brasileira [...] estava solucionado." (Netto, 1996: 15)

O descrédito do poder público pelos trabalhadores provocou discussão sobre uma maior participação popular nos programas habitacionais, por meio do gerenciamento e da operacionalização do processo construtivo, visando diminuir o custo das moradias e evitar o super faturamento por parte das construtoras. Assim, em 1985, no II Encontro dos Movimentos de Moradia discutiu-se a construção mediante de mutirões e autogestão. Segundo Gonh,

autogestão é a forma mais avançada de organização popular. Constituidoras de práticas que objetivam a superação da participação no sentido de um mero compartilhar, colocando participação nos termos dos processos de planejar, gerir e controlar, segundo a sua ótica de interesses. [...] A autogestão popular é ainda hoje quase uma utopia. Ela exige a mudança de regime político

capitalista e significa colocar forças sociais em conflito na cena política, cabendo ao conjunto dos setores populares, através de seus representantes, desempenhar um papel de administrar o que é público de forma a não diluir os interesses populares numa simples universalização das regras, normas e práticas instituintes; assumir o caráter menos particularista possível e o mais globalizante desejável. (Gonh, 1988: 28-29).

No campo da política nacional, era grande a insatisfação popular, e, diante do fracasso do governo Sarney e do Plano Cruzado, e com forte apelo promocional pelos meios de comunicação, com campanha publicitária maciça, Fernando Collor de Mello foi eleito Presidente da República em 1989. No governo Collor, houve grande avanço do neoliberalismo, cuja principal consequência foi a liberação indiscriminada das importações e o início das privatizações, políticas que continuaram nos governos seguintes, sobretudo, no de Fernando Henrique Cardoso, provocando sucessivo déficit na balança comercial, em razão da liberação excessiva das importações, sem uma política adequada de exportações que, a longo prazo, pode desestabilizar a economia do país.

Hoje, o país insere-se em pleno processo de globalização, no qual imperam as empresas transnacionais. Nesse sentido, o Estado tenta garantir a estabilidade nacional que é fator de grande importância para o capital transnacional, sem, entretanto fazer grandes investimentos nas áreas de políticas públicas. Com o agravamento do estado de pobreza da grande massa de trabalhadores e das desigualdades econômicas, aumenta o número de famílias vítimas de tragédias ocasionadas por desabamentos de casas, deslizamentos de morros e enchentes de rios, em razão da precariedade de suas moradias. Segundo Souza, a

diferença salarial entre o trabalhador brasileiro e um americano pode chegar a 10 X 1. Cerca de 70% da população brasileira não são mercado para os produtos das transnacionais, particularmente os mais sofisticados. Mas mesmo assim existe um mercado de 10 a 15 milhões de brasileiros para as transnacionais que operam no Brasil. (Souza, 1996: 24)

Ao mesmo tempo que há um interesse político e econômico em atender às necessidades da política internacional, as questões sociais passam para um segundo plano, as quais só se transformam em prioridade mediante calamidades públicas ou, ainda, em casos de grande comoção nacional ou internacional, como o trabalho infantil, a prostituição infantil, o trabalho escravo, o abandono de crianças etc.

O privilégio às classes dominantes nos governos que se seguem ao longo de nossa história é constante. A contínua insuficiência de investimentos em políticas sociais, agravada sob a premissa neoliberal, acirra ainda mais a crise habitacional em todo o país:

todos os recursos que você tem para resolver o problema de moradia, são recursos privados, porque o recurso do FGTS, ele tem que ser devolvido ao seu destino original, com juros e correção monetária, então é um recurso que sai caro para o seu beneficiário final, e você vê o Estado, o Brasil, o governo Federal, totalmente ausente de políticas públicas de moradia com recursos públicos da União. Então, esses dois milhões de casas que o Fernando Henrique anunciou que vai ser construído esse ano de 99, na verdade não é ele que vai construir, o FGTS vai financiar, e o governo vai repassar esses recursos para seu destinatário final. No entanto, continua a ausência de políticas de habitação, temos o projeto no Congresso mas não é importante para o governo e não é de interesse do governo aprovar esses projetos. Então a nível nacional, a coisa agravou-se bastante de 85 para cá, piorou no governo Collor, porque o índice de corrupção e de desmando no governo Collor foi um negócio que [...] está hoje causando sérios problemas para os mutuários finais, porque uma casa que uma cooperativa nossa faz por dois e setecentos [mil reais], de sessenta metros... custa uma casa de vinte sete metros quadrados, do sistema financeiro de habitação, construída durante o Governo Collor, hoje está em dezoito mil reais. (Entrevista*1)

Gradativamente, fortalece-se a perspectiva de que as questões sociais devem ser solucionadas com o esforço individual ou com o auxílio da sociedade civil mediante doações, trabalhos voluntários ou mesmo Organizações Não-Governamentais (ONGs). "Para os neoliberais, a interferência da política nas questões sociais gera, ela mesma, a ineficiência e improdutividade" (Gentilli, 1995: 44).

O poder legislativo, que deveria estar a serviço da maioria da população com ações concretas de seus parlamentares, limita-se a votar projetos de interesse do governo. "O Estado é praticamente reduzido ao Poder Executivo Federal" (Souza, 1996: 26). Nos países avançados, a população carente consegue ter suas necessidades básicas atendidas por iniciativas particulares e ainda pela intervenção de entidades ligadas ao terceiro setor. No caso dos países em desenvolvimento, quando as necessidades são muitas, as contribuições advindas do terceiro setor são insuficientes e fragmentadas, não atendendo à grande massa da população. Os governos são engessados pelos seus promotores, isto é, pelas elites econômicas e financeiras.

Portanto, essa política é responsável pelo grande número de pessoas que estão inseridas no processo político-social, mas que não têm seus direitos básicos garantidos:

A diferença entre ricos e pobres, que já era muito pronunciada em 1960, aumentou consideravelmente entre 1960 e 1970, e a tendência se manteve entre 1970 e 1980. Os 10% mais ricos concentravam 39,6% em 1960 e viram sua parte passar para 46,7% em 1970 e para 47,7% em 1980. Na outra ponta, a metade mais pobre só possuía 17,4% do conjunto da renda em 1960 e viu sua parte cair para 14,9% em 1970 e, por fim, para 14,1% em 1980. (Sachs, 1999: 40)

A necessidade de sobrevivência das camadas populares, ante as contradições existentes no sistema capitalista, em determinadas circunstâncias, favorece a organização de grupos de pessoas que apresentam interesses comuns. Com base na organização, o movimento legitima-se, torna-se coeso e, muitas vezes, extrapola a luta reivindicatória, desenvolvendo uma consciência política e de classe. Os movimentos surgem espontaneamente ou são estimulados por organizações e/ou instituições.

Os movimentos populares criados a partir de ações da sociedade civil utilizaram o conteúdo político do termo comunidade para conferir sentido a uma nova cultura política que se esboçava, fundada no aprendizado de uma nova cidadania, em que a reivindicação em torno da noção dos direitos ocupava um lugar central. (Gohn, 1991: 14).

Com a Nova República, surgiram organizações sociais estimuladas por instituições governamentais e a cooptação de algumas já existentes, visando garantir a ordem vigente, como por exemplo, associação de moradores.

Depois de 1986 a conjuntura trouxe fatos novos. O Estado como um todo reelabora sua política social em torno de negociações com os movimentos organizados. Parcelas deste Estado passam a ser administradas por governos com propostas populares, participativas. (Gohn, 1991: 15)

A partir dos anos oitenta, os movimentos sociais aprimoram seu caráter político e seus membros compartilham dos ideais construídos no seio dos partidos políticos, em especial dos partidos de esquerda.

CAPÍTULO II

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA MORADIA POPULAR EM GOIÂNIA

*A paisagem urbana é a expressão da
"ordem" e do "caos", manifestação formal do
processo de produção do espaço urbano,
colocando-se no nível do aparente e do imediato.
Ana Fani Alessandri Carlos*

Fazia parte da política do Estado Novo a ocupação da região Centro Oeste planejada por Vargas. Fundada em 1933, Goiânia, surge no cenário nacional como a nova capital do Estado de Goiás. Possui uma área de 801,02 Km², e, segundo o Censo de 1996, o município apresenta 1.003.477 habitantes (IBGE, 1996).

Segundo Clímaco, a construção de Goiânia teve objetivos definidos, dentre eles:

contribuiu para firmar o poder de Pedro Ludovico e para a hegemonia econômico-política das oligarquias do sul e sudoeste do Estado, que, enfim, tinham a 'sua' capital; serviu de trampolim para a conquista da Amazônia e foi importante para o avanço da acumulação capitalista nesta fase em que a participação do Estado cada vez mais foi se tomando necessária. (Clímaco, 1991: 55)

Planejada para 50 mil habitantes, nos primeiros anos de sua criação teve o uso do solo sob um controle direto do Estado. Na época, os fazendeiros, que cederam suas propriedades para a construção da nova capital, receberam em troca glebas de terra em torno da cidade planejada, obtendo, assim, áreas urbanas com maior valor imobiliário. O Estado exerceu um controle sobre o uso do solo visando garantir a manutenção do Plano de Urbanização de Goiânia, especialmente no período de 1933 e 1947 (Cordeiro, 1989: 11).

A partir da década de 50, o fenômeno acelerado de urbanização ocorreu em todo o país. Dos anos 40 aos 50, aumentou de 15% a 28,5% os municípios com mais de 20.000 habitantes e, em 1980, esses núcleos populacionais chegavam a 51% (Santos, 1996:69).

No caso especial de Goiás, considera-se que a notícia da construção de Brasília, iniciada no final dos anos 50, no governo de Juscelino Kubitschek, contribuiu de forma significativa para o aumento do fluxo migratório, tanto do interior de Goiás, como também de outros estados.

No início da construção de Goiânia, as condições de vida da população da região eram precárias. Segundo o censo de 1940, no estado de Goiás, das "563.262 pessoas de mais de 10 anos, só 148.937 sabiam escrever, 32% dos homens e 20% das mulheres" (Palacín, 1989: 110). O crescimento populacional, acelerado em consonância com a falta de uma política de emprego, fez com que a população, sobretudo os trabalhadores braçais, que participavam da construção da nova capital, procurassem alternativas para solucionar o problema de moradia, ocupando áreas de forma irregular.

As ocupações de áreas para moradia de forma irregular, surgiram, em Goiânia, com a construção da própria cidade, o que ocorreu, em princípio, pela falta do planejamento de um local destinado à moradia dos trabalhadores que foram recrutados em diversas partes do país, responsáveis pela construção da nova cidade. Inicialmente, vieram cerca de 4 mil trabalhadores, o que é um número significativo, considerando-se que em 1940, além de Goiânia, apenas Anápolis, Goiás e Ipameri, das 52 cidades goianas, tinham 4 mil habitantes (Bernardes, 1998: 193).

Com o processo de construção de Goiânia, começou o parcelamento do solo e os primeiros bairros foram: Setor Sul, Vila Coimbra (atualmente Setor Coimbra), Oeste, Universitário e Vila Nova (Moraes, 1991: 36).

Em 1941, Goiânia tinha setenta estabelecimentos industriais e 243 casas comerciais, e ainda um crescimento populacional estrondoso. Em 1944, já contava com 30 mil habitantes (Cordeiro, 1989). As construções verticais e coletivas expandiram-se rapidamente a partir da década de 60. "Com referência à dimensão dos lotes, foi adotado como critério de área mínima, 360 metros" (Goiânia, 1991).

No final dos anos 50, já havia o Setor Central da cidade, e o Setor Sul e Setor Coimbra estavam sendo construídos. Goiânia tinha 53.000 habitantes, cerca de 10.600 residências, "o que já se aproximava dos 12.000 lotes planejado inicialmente" (Moraes, 1991: 36). Nesse período, Goiânia contava com vias

pavimentadas e abastecimento de água tratada no centro da cidade. Até o início da década de 60, havia três linhas de ônibus urbanos, uma que saía de Campinas e ia até o Centro, outra de Campinas a Vila Nova e a terceira ainda de Campinas, pela Fama, até o Centro⁵.

Na década de 60, quando começaram a surgir os primeiros edifícios em Goiânia, apenas os moradores da região Central e da região de Campinas tinham infra-estrutura em suas casas, isto é, 20% da população goianiense. Os migrantes, que se estabeleciam em Goiânia nas décadas de 50 e 60, procuravam, preferencialmente, como local de moradia a parte oeste da cidade, para além da matriz de Campinas. Nessa época, os lotes, parcelados em sessenta prestações, sem acréscimo, eram acessíveis à população de baixo rendimento.

As empresas imobiliárias, sobretudo no período de 1964 a 1975, reivindicavam a liberação de áreas para serem comercializadas e, ao mesmo tempo, uma maior fiscalização do Estado para que as áreas particulares não fossem ocupadas pelos posseiros. A disposição do Estado em defender áreas particulares favoreceu a ocupação de áreas públicas, sobretudo de 1964 a 1975 (Miranda, 1990).

O processo acelerado de crescimento do município de Goiânia continuou nas décadas posteriores. Em 1960, a cidade tinha 133 mil habitantes, em 1980, chegou a 703, mil e, em 1991 a população superou 920 mil. Foi a segunda cidade brasileira a apresentar maior crescimento. Teve um crescimento de 42,07% no período de 1950 a 1980. Os dados sobre o aumento da população de Goiânia constam na tabela 4:

TABELA 4

Urbanização em Goiânia no PERÍODO de 1950 à 1980

PERÍODO	TAXA DE AUMENTO DA POPULAÇÃO URBANA
De 1950 a 1960	10,44%
De 1960 a 1970	11,44%
De 1970 a 1980	20,19%

Fonte: Miranda, 1990

⁵ Trata-se de informações fornecidas, em 1997, pelo Eduardo Benfica, diretor do Museu Pedro Ludovico e estudioso sobre a história do cinema.

Como referido anteriormente, as diferenças de desenvolvimento econômico entre as regiões do país favoreceram a migração interna, sobretudo, no sentido campo – cidade, contribuindo com o empobrecimento de segmentos populares e o déficit habitacional. Na expectativa de melhores condições de vida, famílias migram para os grandes centros, como Goiânia. A falta de uma política agrária sempre representou um dos fatores responsáveis, ao longo da história, pelo processo migratório interno campo/cidade.

O desenvolvimento capitalista traz em si um viés notável a favor da cidade em prejuízo do campo. Este vai sendo paulatinamente despojado de uma atividade produtiva após outra, até que nele restam unicamente as atividades primárias. (Singer, 1990: 112)

Quando chegam à capital, desambientadas e sem ter onde morar, inicialmente procuram guarida temporária na casa de parentes, amigos ou instituições públicas. Vencido o prazo de hospedagem, essas famílias partem em busca de uma alternativa de moradia permanente. Sem disporem de recursos financeiros para o aluguel ou para adquirirem casa própria, buscam a autoconstrução como uma das alternativas de sobrevivência. Quanto ao local, restam-lhes os loteamentos irregulares, clandestinos, ocupações em áreas públicas ou mesmo áreas de risco, às margens dos córregos.

O processo migratório, no Brasil, é crescente durante o decorrer do século XX, e em cada momento histórico, há uma justificativa mais evidente, como a construção da nova capital do estado de Goiás, a construção de Brasília etc. Entretanto, a migração interna continua ocorrendo, sobretudo por causa do grande contraste sócio-econômico que existe entre as diferentes regiões do país. Segundo o depoimento de uma liderança do Movimento Social:

em 1978, 1979, era um dado concreto, você ver, populações inteiras chegando em Goiânia, sem alternativas de emprego, conseqüentemente vindas de um processo de expulsão do campo, por conseguinte sem [...] condições objetivas de viverem na cidade. Então além do processo da necessidade da casa, vinha a necessidade de você ter mercado de trabalho para uma mão de obra que não estava adequada à realidade urbana, porque um trabalhador rural é um trabalhador rural, não é um trabalhador urbano. Hoje você pode definir que a grande maioria da mão de obra da construção civil, por exemplo, ou da prestação de serviços é da população oriunda do campo, são serventes, pedreiros, e uma grande maioria deles de guardas, vigias, e tal. Esse aspecto é resultado da necessidade objetiva de você ter alternativas, por exemplo, no caso da cesta básica, da comida. (Entrevista 1)

Quanto às políticas públicas, muitas vezes, apresentam-se mais sob a forma de assistencialismo do que de assistência, isto é, a difusão dessas políticas faz-se no campo dos benefícios, numa relação de dominação e subserviência, entre quem tem o poder e quem apresenta a carência (Yasbek, 1999). Esse atendimento é individual e paliativo, ameniza temporariamente o estado de debilidade do indivíduo mas não o liberta para a garantia de uma sobrevivência efetiva. Quando vista como assistência, a política pública representa um direito, e ainda, a redistribuição das condições básicas que garantem a vida digna a todos os cidadãos. Os investimentos sociais são insuficientes, não atendem o grande contingente da população de forma igualitária. São excludentes, considerando-se que grande parte da população não tem acesso aos atendimentos públicos no que diz respeito à educação, saúde e moradia (Jacobi, 1993).

A segregação residencial em Goiânia

O urbano, local privilegiado da diversificação das relações sociais de produção, relações comerciais, industriais, políticas e culturais, concentra, assim, alguns aspectos contraditórios da sociedade como riqueza e pobreza, oferta de emprego e desemprego, desenvolvimento e falta de infra-estrutura. "A grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o centro de inúmeras atividades 'marginais' do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal" (Santos, 1996: 10).

Na cidade, a divisão social do trabalho é complexa, as diferenças sociais aparecem com maior nitidez e o espaço favorece o surgimento dos movimentos sociais. Entretanto, apesar dos centros urbanos terem características universais que os identificam como cidades, ainda apresentam singularidades, de acordo com o processo histórico de formação, função, tamanho territorial, densidade demográfica, situação topográfica, atividade econômica predominante ou mesmo, inserção no quadro sócio-econômico nacional. Portanto, para a compreensão do processo de organização de uma determinada população, deve-se considerar a totalidade na qual está inserido, a realidade concreta em que vive.

O espaço urbano é construído historicamente pelo homem e apresenta uma configuração dinâmica de acordo com as necessidades de sobrevivência humana.

[Para] Lefebvre, a essência do urbano é uma forma espacial que então sustenta o processo de reprodução do capital em geral, ao passo que para Castells essa essência é um processo, a reprodução da força de trabalho, que está engastado numa forma espacial. (Gottdiener, 1997: 147-148)

Na atualidade, o urbano é o lugar privilegiado de reprodução das relações sociais de produção, tanto no que diz respeito à força de trabalho como à garantia de bens e serviços, garantindo a acumulação do capital.

Como tal, a metrópole moderna constitui-se em importante local de acumulação de capital e onde as condições para a reprodução da força de trabalho podem mais plenamente ser realizadas. Tais processos sociais produzem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço urbano, originando a organização espacial da metrópole. (Corrêa, 1987: 121)

Segundo Corrêa (1987), as cidades, ao se constituírem, passam por diferentes processos organizativos, dentre os quais, destacam-se a segregação residencial, a invasão-sucessão e a inércia.

A segregação residencial está relacionada com o processo de segregação social, que determina as condições de moradia da população, contribuindo para o processo de reprodução das relações sociais de produção. A invasão-sucessão acontece quando uma determinada região, habitada pela classe média ou alta, é ocupada progressivamente por segmentos da população que apresentam um baixo poder aquisitivo, o que ocorre quando as moradias vão se deteriorando, a região passa a ter alta densidade populacional e as famílias de maior poder aquisitivo procuram locais mais aprazíveis para morar. O exemplo mais conhecido e significativo é a cidade norte-americana de Nova Iorque, com a formação de guetos de negros e latinos. E a inércia é o processo que ocorre nos grandes centros com a "cristalização de certos usos da terra que parecem não racionais", desconsiderando o desenvolvimento econômico de determinada localidade.

No caso específico de Goiânia, trata-se de uma cidade nova, quando comparada com outras, centenárias, ou mesmo milenares. Foi construída na década de 30, com o objetivo definido de ser a capital do estado de Goiás, que até então era a antiga Vila Boa, posteriormente, a cidade de Goiás. Essa

mudança envolve, dentre outras, questões políticas que não serão tratadas neste momento.

Atualmente com mais de um milhão de habitantes, Goiânia apresenta 99,40% da população vivendo na zona urbana (Brasil. IBGE, 1996). Quanto à infra-estrutura, 91% dos 277.434 domicílios são abastecidas com água tratada, 80% têm coleta de esgoto, 98% são atendidos pela rede de energia elétrica, 98% têm coleta regular de lixo e 60% estão em vias pavimentadas (Goiânia, 1999).

A urbanização da cidade de Goiânia apresenta algumas características próprias. Segundo Campos e Bernardes (1991) e informações colhidas na Comob, constata-se que as ocupações desse município, na década de 80, ocorreram, sobretudo, nas seguintes regiões indicadas na tabela 5:

TABELA 5
Ocupação do município de Goiânia, por região

REGIÕES	FORMAS DE OCUPAÇÃO			
	OCUPAÇÕES IRREGULARES (INVASÕES)	ASSENTAMENTOS REALIZADOS PELO PODER PÚBLICO	NOVOS BAIRROS	ADENSAMENTO EM BAIRROS JÁ EXISTENTES
LESTE	No Jd. Novo Mundo ^a Na Vila Concórdia ^a Na Vila Pedroso ^a	J. Dom Fernando I e II Parque das Aroeiras J. Lajeado		
NORDESTE		Jd. Guanabara II		
SUL	Parque Santa Cruz Chácara do Governador No Jd. Botânico	Vila Legionárias Parque Anhanguera	Parque Ateneu Vila Mariliza Pq. Das Laranjeiras Conj. Fabiana ^b	
SUDOESTE	Parque Anhanguera II Ciclovía às margens do Córrego Botafogo			Jd. América Parque Amazonas
OESTE	No Bairro Goiá			
NOROESTE	Nova Esperança Finsocial No Balneário Meia Ponte No Conj. Vera Cruz	Vila Mutirão Conjunto Baliza Jd. Curitiba ^c Res. Goiânia Viva ^f Res. Itapu ^f		
NORTE	No Urias Magalhães (Vila Rica) Na Vila Roriz ^d	Vila Roriz	Residencial N. Morada Conj. Itatiaia ^b Goiânia - 2 ^e	Criméia Oeste Urias Magalhães

A - Bairros antigos / b - Final dos anos 70 / c - Ação de planejamento por parte do Governo Estadual concomitante ao processo de ocupação irregular (invasão) / d - Ocupação irregular logo após o assentamento realizado pelo poder público / e - Empreendimento privado com apoio dos governos Estadual e Municipal, no tocante à infra-estrutura / f - Início da década de 90.

Fonte: Quadro elaborado com os dados apreendidos em Campos e Bernardes (1991) e Comob (1996).

Quanto às ocupações irregulares, estas ocorrem, sobretudo, em áreas

públicas destinadas à construção de equipamentos sociais ou em áreas denominadas de Zonas de Preservação Ambiental (ZPA), que se constituem em áreas com vegetação natural, matas, fundo de vales e, especialmente, margens de rios e córregos. No primeiro caso, as áreas, inicialmente, aparecem como quadras desocupadas, sem o devido cuidado de manutenção; a população, muitas vezes, desconhece a destinação do espaço e facilmente esse local é ocupado por famílias que não têm onde morar. Podemos verificar as ocupações, já identificadas, em Goiânia, até 1997 na tabela 6:

TABELA 6
Áreas de posse em Goiânia / 1997

TITULARIDADE	REGIÕES																				
	CENTRAL		SUL		SUDESTE		OESTE		MORRODO MENDANÇA		NOROESTE		VALEDOMBA PONTE		NORTE		LESTE		TOTAL		
	REAS	FAM.	AREA	FAM.	AREA	FAM.	AREA	FAM.	AREA	FAM.	AREA	FAM.	AREA	FAM.	AREA	FAM.	AREA	FAM.	AREA	FAM.	
PUB. MUNICIPAL	6	192	15	615	5	104	-	-	4	3630	-	-	20	1389	16	151	28	996	94	6977	
PUB. ESTADUAL	1	85	2	367	-	-	-	-	-	-	2	250	-	-	-	-	4	1358	9	2240	
PUB. FEDERAL	1	86	-	-	-	-	6	672	1	30	-	-	4	146	-	-	4	108	16	1042	
PARTICULAR	-	-	26	388	1	96	-	-	-	-	-	-	1	13	1	5	9	105	38	657	
PUB.MUN/ PART.	6	1491	2	36	1	32	-	-	2	130	-	-	2	77	-	-	1	45	14	1811	
PUB.MUN/ EST.	-	-	2	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	49
MUN EST/ PART.	-	-	-	-	2	1432	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1432
PART/PUB/ EST.	1	96	-	-	1	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	669	3	840		
FUNDO DE VALE ÁREA REMANESCENTE	1	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11
PRES. DE CÓRREGO	1	115	3	143	-	-	-	-	-	-	2	185	1	49	-	-	-	-	-	7	492
CURIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	500	1	500	
COHAB	-	-	-	-	3	105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	105
TOTAL	17	2076	53	1643	13	1844	6	672	7	3690	4	435	28	1674	17	156	48	3781	193	16211	

Fonte: Goiânia 1997

Em 1971, a Lei Municipal nº 4.526 exige que os loteamentos tenham infra-estrutura básica. Assim, para evitar maiores custos ao lotear uma área, os agentes imobiliários passaram a promover loteamentos, para goianienses, fora do município de Goiânia, como ocorreu, e ainda ocorre em vários municípios do entorno, especialmente, Aparecida de Goiânia, Trindade e Hidrolândia. Alguns moradores referem-se a esses municípios como cidades-dormitórios, pois as

famílias que lá residem, para garantirem o sustento, procuram empregos e, geralmente, escola e atendimento médico no município de Goiânia.

A partir de 1979, a Lei de Zoneamento de Goiânia ratifica a proibição de loteamentos sem infra-estrutura. Contrariando, contudo, a legislação, surgem loteamentos clandestinos, que, após ocupados, ficam aguardando o processo de regularização da área que só pode ser concluído quando provida de infra-estrutura.

A urbanização avança e contribui para a expulsão da população de menor poder aquisitivo para locais cada vez mais longínquos. Os parcelamentos empreendidos por imobiliárias, ávidas por lucro fácil, são constituídos de loteamentos sem critérios técnicos, com apenas ruas traçadas, sem a garantia de espaços públicos destinados a praças e equipamentos sociais.

Como vimos na Tabela 6, as ocupações empreendidas pelas famílias podem ocorrer em áreas com as seguintes titularidades: *particulares* que estão desocupadas, geralmente aguardando maior valorização para serem comercializadas, e *públicas*, destinadas a equipamentos sociais ou em Zonas de Preservação Ambiental, muitas vezes impróprias à moradia pela própria topografia apresentada. Quanto ao processo construtivo, as famílias utilizam a autoconstrução, prática que vem aumentando graças às necessidades crescentes da população com relação à moradia.

O consumo de cimento cresceu porque o pessoal da periferia das cidades está reformando ou construindo suas próprias casas. É a chamada autoconstrução, que consumiu no ano passado [1995] quase 70% da produção de cimento, contra uma média histórica de apenas 30%. (Gois, 1996: 45)

A massa trabalhadora, que migra para a cidade, utiliza a mesma prática de autoconstrução vivenciada no campo em virtude do Estado não atender de imediato às necessidades de moradia dessa população. Um local para morar, seja pela compra da casa própria ou pela locação de um imóvel, demanda um aporte financeiro de que grande parte das famílias de trabalhadores não dispõe. Para garantir a moradia, a família reduz gastos com a alimentação, saúde e educação. O mercado imobiliário tem leis de acordo com a oferta e a procura, os imóveis com infra-estrutura, perto dos centros comerciais, próximos à rede de transporte coletivo, têm, em geral, um valor comercial incompatível com o salário do trabalhador de baixa renda.

Na busca de soluções para enfrentar problemas decorrentes da falta de habitação, os trabalhadores podem organizar-se. As organizações populares, entretanto, não são movimentos espontâneos – recebem apoio, assistência e assessoria de outras organizações e entidades que compartilham das mesmas aspirações, ou seja, melhoria na qualidade de vida dos construtores da sociedade, os trabalhadores.

Como exemplo da organização da população, em busca de alternativa para construir um espaço de moradia, pode-se mencionar um fato marcante na história dos movimentos sociais, em Goiânia, com a ocupação, em 1979, da Fazenda Caveira, dando origem ao bairro Nova Esperança. Esse movimento contou com a participação de duas mil pessoas, determinadas a conquistar um espaço para morar. Foi um enfrentamento difícil, porém vitorioso, como descreve, por meio de versos, uma das moradoras do Nova Esperança que participou do processo de ocupação:

Há muitos anos, esta terra vivia abandonada;
era depósito de lixo e ponto de molecada,
que assaltava pessoas e até dava pancadas.
No mês de julho [1979], porém, esta terra foi invadida
por pobres trabalhadores, que estavam sem saída,
porque o custo de vida massacrava suas vidas.
Com enxada, foice e machado a área foi desmatada.
Em poucos dias, estava quase toda loteada.
Cada um cercava um pedaço, pra fazer sua morada.
[...]
Os lotes de 300m², uma equipe demarcava.
Com a ajuda do povo todo dia trabalhava,
fazendo o que a prefeitura devia, mas se negava.
[...]
Foram 10 meses de lutas para o trabalho concluir.
Nós fazíamos mutirões pras nossas ruas abrir,
E também as nossas casas, por mutirões, construir.
(Rodrigues, 1989: 5)

As razões que motivaram a ocupação da Fazenda Caveira também estão presentes em outros processos de ocupação. O processo de ocupação é longo e difícil, as famílias correm riscos de vida e passam pelo desconforto da falta de alojamento apropriado, de infra-estrutura básica e, muitas vezes, de apoio dos próprios moradores da região. No início da ocupação, as famílias são reprimidas pelo poder público e a questão social é tratada como caso de polícia:

a violência contra o posseiro, ela continuou no governo do Íris, antes das eleições ele fez um debate com, na época, o prefeito Índio Artiaga, então, ele pegou fotos, por exemplo, da morte do Joel Marcelino no Finsocial, do Nova

Esperança – que foram barbaramente espancados, torturaram as famílias, o soterramento daquela criança na cisterna... quando da fundação do Nova Esperança -. Então todo esse material da imprensa e no debate com o Índio Artiaga, ele disse “olha, no meu governo isso não vai acontecer”, o que levou ele a ter uma vitória estrondosa em Goiânia em relação às eleições. No entanto, tão logo que ele tomou posse continuou no processo de violência de bater, de destruir, de derrubar etc. Por exemplo, quando ele nomeou o Nion, o prefeito do ano, a primeira coisa que Nion fez foi mandar o helicóptero da polícia militar ir derrubar todas as casas, onde hoje, é o Jardim Botânico. Onde tinha uma ocupação naquela época e o Nion foi lá, prendeu, bateu, machucou gente – inclusive mulheres grávidas -, e derrubou todas as barracas só com a hélice do helicóptero voando naquelas lonas pretas. Então o processo de violência contra os posseiros continua no governo do Íris/Nion. (Entrevista 1)

Enfrentando todos os tipos de violência dos órgãos governamentais, as famílias do Nova Esperança contribuíram para o fortalecimento da mobilização dos sem-teto. Posseiros de Goiânia uniram-se e, em 1980, fundaram a União das Invasões, posteriormente transformada na Federação Goiana dos Inquilinos e Posseiros (Fegipe), cujo principal objetivo é reivindicar a regularização das inúmeras áreas de posse desse município (Fegipe, 1992).

A regularização da posse, entretanto, não encerra as pressões reivindicativas, já que as expectativas do ser humano não são estanques, de tal forma que o conceito de moradia também passa por transformações, de acordo com o momento histórico, local e mesmo social, cultural e político. Morar na cidade significa mais do que ter a posse de um lote, é também ter acesso a bens de consumo e de serviços próprios da vida urbana, ou seja, transporte, assistência médica, educação, lazer, infra-estrutura sanitária e outros.

A população periférica é prejudicada duas vezes. Em primeiro lugar, por morar em locais afastados, longe do trabalho, em áreas com transportes coletivos deficitários, com pouca infra-estrutura, sem equipamentos sociais etc. Em segundo, porque o poder público, para garantir condições mínimas de moradia para a população periférica – sobretudo acesso viário, rede elétrica e abastecimento de água – investe em infra-estrutura e em equipamentos sociais contribuindo indiretamente para a valorização de áreas não-habitadas, destinadas à especulação imobiliária. O trabalhador de baixa renda, mesmo sem perceber, contribui com os grandes especuladores, colaborando com a urbanização dos bolsões de terra improdutivas e inabitadas.

Segundo o Iplan (1994), dentre os 336.583 imóveis do município de Goiânia, 97.052 são lotes desocupados.

Mas o dado mais impressionante é que apenas 35 mil 974 pessoas, ou seja 3,59% da população goianiense (considerando uma população de 1 milhão de habitantes) são proprietárias dos 97 mil 052 lotes baldios. (Goiânia, 1994: 16)

Pelo Censo Demográfico de 1980, 12% da população economicamente ativa de Goiânia não apresentam rendimento e "21,93% destas recebem menos de 1 salário mínimo e 15,93% recebem entre 1 e 2 SM" (Miranda, 1990: 19). Analisando esses dados, conclui-se que, nesse período, praticamente metade (49,86%) da população economicamente ativa não recebiam mais que dois salários mínimos.

Outro dado relevante diz respeito à educação. Conforme dados divulgados no Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (Goiânia, 1992), 86% da população goianiense não passou do primeiro grau, no que se refere ao ensino formal, o que pode dificultar a inserção dessa população no mercado de trabalho. Visto que o crescimento do número de empregos não é proporcional ao crescimento da população, no momento da disputa pela inserção no mercado de trabalho, as pessoas com baixa escolaridade podem ser preteridas diante daquelas que apresentam melhor qualificação. A tabela 7 apresenta o nível de escolaridade da população goianiense em 1990:

TABELA 7

Nível de escolaridade da população goianiense em 1990

GRAU DE ESCOLARIDADE	PORCENTAGEM
NÃO ALFABETIZADOS	23,4
PRIMÁRIO INCOMPLETO	23,0
PRIMÁRIO COMPLETO	27,7
PRIMEIRO GRAU COMPLETO	12,0
SEGUNDO GRAU COMPLETO	11,0
TERCEIRO GRAU COMPLETO	2,9

Fonte: Goiânia, 1992

Em pesquisa realizada com a população de Goiânia que mora em área de posse, constata-se que a casa própria é fundamental. Pagar aluguel para esse segmento social significa deixar de comprar o próprio alimento. A casa própria aparece como prioridade de 97% dos brasileiros, conforme pesquisa realizada

pela Data Folha (Folha de São Paulo, 25 de julho de 1997). A falta de moradia assume, desde há muito tempo, proporções alarmantes. A Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) elegeu para a Campanha da Fraternidade de 1993 o tema: Aonde moras?

Em levantamento realizado nos anos 90, constata-se que em Goiânia 16.211 famílias estavam vivendo em loteamentos irregulares (áreas de posse, áreas de risco e loteamentos clandestinos), e dentre essas, 6.511 estavam em áreas de risco. No caso específico, risco refere-se a possibilidade de desabamentos que ocorrem anualmente, no período das chuvas, por exemplo nas áreas de ocupação localizadas às margens dos córregos: Botafogo, Cascavel, Capim Puba e Anicuns. Os desmoronamentos e desabamentos das casas são ocasionados pela inadequação do terreno para a moradia e pela própria precariedade das construções. As principais áreas de risco são indicadas na tabela 8:

TABELA 8
Áreas de risco do município de Goiânia / 1997

TITULARIDADE	REGIÕES																TOTAL			
	CENTRAL		SUL		SUDOESTE		OESTE		MORROCO MENDANÇA		NOROESTE		VALEDOMBA PONTE		NORTE		LESTE		ÁREA	FAM.
	ÁREA	FAM.	ÁREA	FAM.	ÁREA	FAM.	ÁREA	FAM.	ÁREA	FAM.	ÁREA	FAM.	ÁREA	FAM.	ÁREA	FAM.	ÁREA	FAM.		
PUBLICA MUNICIPAL	2	26	8	480	-	-	-	-	2	92	-	-	5	822	11	98	17	519	45	2037
PUBLICA ESTADUAL	-	-	1	70	-	-	-	-	-	-	2	185	-	-	-	-	1	227	4	482
PUBLICA FEDERAL	-	-	-	-	-	-	1	248	1	25	-	-	2	74	-	-	2	49	6	386
PARTICULAR	-	-	10	105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	1	12	12	121
PUB.MUN/ PART.	6	1022	-	-	1	28	-	-	2	137	-	-	1	40	-	-	1	87	11	1312
PUB.MUN/ ESTADUAL	-	-	1	10	-	-	1	146	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	156
MUN/EST/ PARTICULAR	1	80	-	-	2	1790	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1270
COHAB	-	-	-	-	3	144	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	144

Fonte: Goiânia, 1997

Há ainda algumas áreas, que, apesar de não estarem situadas às margens dos córregos, apresentam risco sanitário, isto é, a falta de infra-estrutura e a precariedade das moradias comprometem a saúde física e mental dos moradores, como ocorre nas áreas de posse localizadas no Setor Perim, Jardim Planalto, Jardim Vitória, Bairro Capuava, Jardim Conquista, Santo Hilário, Jardim Dom Fernando etc.

Ante a falta de infra-estrutura, os moradores dessas áreas usam medidas pouco saudáveis para resolver seus problemas sanitários. Na ocupação do Jardim Planalto, por exemplo, os moradores, na falta de uma rede de esgoto, lançam os esgotos domésticos nas galerias de águas pluviais, o que gera um risco sanitário para toda a população da região, pois, em caso de enchente, o esgoto vem à tona e pode causar danos aos moradores e transeuntes.

Diante dessa realidade, um dos representantes do movimento popular de Goiás declara:

É um desafio, nós temos mostrado pro Estado que ele não é competente em matéria de habitação e que as cooperativas populares nossas têm construído casas de ótima qualidade a preços... a menos da metade que o governo tem financiado. A prova disso foi o Habitat e o Renascer, por exemplo, ali no [Residencial] Goiânia Viva. Que foi um exemplo, viu! Goiânia Viva foi um exemplo de que o problema da moradia na cidade tem solução e efetivamente você pode tornar a cidade, em vez de um banco de especulação, manter uma função social. Ali foi o exemplo típico da reforma urbana que a gente quer, Na época, inclusive, fomos ao país inteiro dizer da experiência positiva que teve em Goiânia quando da criação do Goiânia Viva. Era uma fazenda enorme dentro, praticamente do centro da cidade, que estava como terra de engorda, cuja dívida dos proprietários, em matéria de IPTU, ITU, foi suficiente para fazer com que aquela terra se tornasse um assentamento de famílias de baixa renda. E é essa a linha que a gente acha que tem que continuar e que tem que acontecer em Goiânia. Você pegar os vazios urbanos e fazer com que ele efetivamente tenham uma política de moradia, de equipamentos públicos etc. (Entrevista 1)

O custo com moradia é alto, se comparado com o salário mensal de grande parte das famílias brasileiras. A distribuição de renda, no Brasil, "é tão perversa que os gastos com alimentação e habitação alcançam 80% da despesa das famílias que ganham até dois salários mínimos" (Faleiros, 1985: 33).

Diante dessa realidade, as iniciativas populares transformam-se nos principais agentes na construção histórica do espaço de morar, não só reivindicando ações governamentais, como apresentando propostas para os governantes, conforme contata-se no seguinte depoimento:

Nós estamos com um projeto no Congresso Nacional desde 1991, onde nós coletamos 850 mil assinaturas, para criar o Conselho e o Fundo Nacional de Moradia Popular. Ali, a gente defende as fontes [dos recursos] e defende até os critérios de distribuição dos recursos que vem dessas fontes para as famílias de baixa renda. Então, tem subsídios de zero a quatro, é uma faixa, subsídio de quatro a oito, é outra faixa, até você não ter subsídio nenhum, mas você ter uma política [de habitação, que atenda as famílias que recebem até] até quinze salários mínimos [mensais]. No entanto, esse projeto esse projeto está engavetado desde 1991. Outro projeto nosso [da Fegipe] que está lá [engavetado] com 70 mil assinaturas. [...] A constituinte de 1988 [...] definiu [...] que a cidade tem que ter uma função social e não uma função especulativa,

um mercado especulativo, como é hoje. Já falamos com o presidente da Câmara, Michel Temer, já falamos com o próprio ACM [Antônio Carlos Magalhães], em audiências recentes [...] eu estive com o Antônio Carlos Magalhães e o Michel Tener para tratar desse projetos. E, tentando dizer para eles, tecnicamente, socialmente, como é que isso influi na política de geração de emprego e na economia dos país, no entanto, até agora, nenhuma resposta. Então, nós estamos com essa proposta lá – no macro –, mas nos falta a capacidade de mobilização social aqui na base para você chegar lá e as pessoas verem por trás de você aquilo que de fato justifica sua presença lá. (Entrevista 1)

As contradições decorrentes de uma política excludente, nas quais as políticas públicas estão aquém das necessidades de grande parte dos trabalhadores, contribuem para a sistematização das reivindicações populares, que podem ser incorporadas em leis ou mesmo compor as políticas públicas.

Algumas medidas governamentais foram tomadas nas décadas de 80 e 90 com o objetivo de atenuar os problemas enfrentados pela falta de moradia da população carente em Goiânia. Foram construídas mil casas pelo programa Mutirão, cerca de 2.500 moradias em diversos projetos desenvolvidos no Residencial Goiânia Viva, Conjunto Baliza e alguns assentamentos como o do Residencial Itaipu. Essas iniciativas, entretanto, foram insuficientes, diante do déficit habitacional que a cidade apresenta.

CAPÍTULO III

**AJUDA MÚTUA NA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POPULARES:
UMA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO POPULAR**

A reconstrução da história torna-se, ela mesma, um processo de colaboração muito mais amplo, em que não profissionais devem desempenhar papéis cruciais.

Paul Thompson

A construção de moradias populares, em regime de ajuda mútua, implica um trabalho coletivo em que as pessoas envolvidas contribuem com a força de trabalho para construir as moradias que, posteriormente, serão entregues às famílias participantes.

Na experiência analisada – o Programa Melhoria da Moradia (PMM) da Universidade Federal de Goiás (UFG)⁶ – a construção do espaço de morar envolve a ação coletiva na produção da moradia, com base em conhecimentos já existentes e na aquisição de novos conhecimentos.

Trata-se de um programa de assistência destinado aos funcionários que apresentam baixo rendimento e não têm casa para morar. A Universidade Federal de Goiás é uma instituição de ensino, de pesquisa e de extensão. Embora o Programa não esteja inserido na proposta de extensão universitária, entendemos que a interação entre o conhecimento produzido no meio acadêmico e a realidade vivida propõe-se a favorecer a produção de um conhecimento comprometido com o social e ainda a contribuir com a preservação de valores culturais importantes para o desenvolvimento da humanidade. Segundo a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (capítulos IV e V, art. 43), a educação superior tem por finalidade:

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VI - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e

6 Ver anexo 3.

benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (Brasil, 1996)

Assim, conforme consta no art. 52:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional. (Brasil, 1996)

A universidade tem um papel participativo, tanto no desenvolvimento tecnológico como no processo político, econômico, cultural e social do meio no qual ela se insere. Para garantir essa atribuição, necessário se faz romper barreiras e encurtar distâncias entre a educação formal, vivenciada nos bancos das universidades e a construção do saber popular, ambas responsáveis pela cultura de um povo e de uma nação.

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, a Procom, foi instituída em 11 de julho de 1983 e passou a desenvolver projetos de assistência estudantil. Até 1985, a coordenação de assistência social que era exercida por um leigo, passou a ser coordenação de serviço social com a participação de uma profissional dessa área. Os programas desenvolvidos ao longo de sua existência, iniciados a partir de 1986, foram: 1) Atendimento aos alcoolistas e suas famílias (1886); 2) atendimento a outras situações de doença; 3) passe estudantil; 4) vale-transporte; 5) creche; 6) assistência ao pré-escolar; 7) bolsa de trabalho; 8) alfabetização e pós alfabetização dos funcionários; 9) moradia estudantil; 9) restaurante universitário; 10) serviço odontológico; 11) serviço de saúde e 12) Programa de Melhoria da Moradia (UFG, 1991).

A assistente social, coordenadora do Serviço Social da Procom, que inicialmente foi responsável pela criação, planejamento e execução do Programa Melhoria da Moradia, declarou que para conceituar o Programa Melhoria da Moradia, deve-se conhecer primeiro sua trajetória histórica, mas que, em princípio,

o Programa é um espaço de construção da cidadania. Cidadania esta, em que o indivíduo é portador de direitos mas também de deveres. Esse Programa é um desafio para a Universidade, para quem trabalha e para quem convive com ele, enfim, ele é construído pelos participantes e com eles. É um processo educativo que nasce com o serviço social mas que tem um marco [a falta de moradia para alguns funcionários da UFG]. (Depoimento 1)

A assistente social faz referência à falta de moradia digna para os funcionários da universidade, o que revela que nem só pessoas desempregadas, ou em situação instável no mercado de trabalho, com subemprego, têm dificuldades em conseguir uma casa para morar. No caso em questão, trata-se de funcionários públicos federais, com emprego definido; entretanto, o salário mensal não é suficiente atender a todas as necessidades básicas de sobrevivência.

Trata-se, portanto, de uma organização popular que se estabelece no plano institucional. Os associados do Programa são funcionários públicos federais da UFG, pessoas que se unem diante de um objetivo comum e agem como sujeitos construindo um espaço para morar. Até as normas que regem o Programa são discutidas com o grupo, e construídas, passo a passo, conforme as necessidades forem surgindo. Percebe-se isso com as palavras de um associado:

Por exemplo, quando falece alguém [associado], é uma discussão que a gente não tinha ainda, ai, infelizmente com o falecimento de um companheiro nosso, que contribuiu muito, [...] no mês passado, surgiu essa discussão e a necessidade de fazê-la: como fica a viúva? [...] No nosso caso em que não há um financiador, como é que a gente faz? Quita a casa pra pessoa? Quem paga?... Tem o material... [ainda não há posicionamento definido no programa] (Entrevista 2)

A dúvida de como agir no caso do falecimento de um associado ainda está presente no grupo que não consegue encontrar uma solução. Quando há um agente financeiro, como no caso da Caixa Econômica Federal, o seguro pode garantir a quitação do imóvel em caso de falecimento do titular, mas o PMM não previa essa situação. A única coisa que está clara no discurso dos participantes é que a família do associado que falecer não pode sair prejudicada. O associado citado na entrevista era colega de trabalho e companheiro no mutirão da moradia, então, os mutirantes sentem um compromisso com a família que perdeu um de seus membros e ainda, alguns associados identificam-se com a situação, que pode repetir com qualquer um dos participantes.

Na continuidade do depoimento, a coordenadora do Serviço Social da Procom revela que o fator desencadeante da criação do programa foi a descoberta de uma funcionária da UFG, a qual segundo suas palavras, “vivia em baixo de lona”.

E ainda, outro marco, foi que na época, a Universidade estava sob a gestão de um reitor eleito diretamente pela comunidade universitária e que apresentava a proposta de construir casas para o funcionários.

Nesse Programa, o trabalho coletivo aparece como estratégia, mediante a qual os participantes mudam as circunstâncias e alteram a realidade existente, constróem uma moradia e estabelecem novas relações sociais. Essa realidade foi observada e vivenciada no período em que estivemos no Residencial Nossa Morada para realizar a pesquisa de campo. Em relação ao programa, um entrevistado declara:

Hoje eu não tenho dúvidas em afirmar que ele [Programa Melhoria da Moradia] só trouxe vantagens, a gente pode até enumerar de que forma isso se materializa na nossa vida. Primeiro, porque foi uma grande descoberta para mim, porque descobri que é possível você fazer não só casas, mas, é possível você construir relações diferentes e alimentar o sonho de viver em uma sociedade diferente dessa, comum, que a gente vive – uma sociedade de desconhecidos onde as pessoas procuram se abrigar em lugares, o mais seguro possível, de preferência em um condomínio fechado onde as pessoas nem possam chegar perto e as portas dos apartamentos estão sempre fechadas e, muitas vezes você não conhece nem o vizinho que mora ao lado. Então, o programa abriu pra gente essa possibilidade, essa perspectiva de uma convivência mais familiar [...]. Como o processo que norteia o programa é a discussão, isso nos possibilitou, inclusive a avançar no campo da organização política, da formação política. (Entrevista 2)

No decorrer do depoimento, o entrevistado revela que com as reuniões com o grupo, aprendeu a levar as discussões para dentro de sua casa e começou a dialogar melhor com a esposa e filhos, o que segundo ele, melhorou o relacionamento do casal.

A minha esposa trabalhou o tempo inteiro, a R., acompanhou a gente trabalhava na obra, fazia discussão política, sabe? Então, quer dizer, é... houve um envolvimento, em maior ou menor grau dependendo do período, mas houve. E isso possibilitou que a gente mudasse as relações, nossas, inclusive, interpessoais. A gente passou a se conhecer um pouco melhor, é interessante você dizer isso na relação marido-mulher, mas o programa ajudou até nisso. Porque muitas vezes não é comum a gente discutir questões mais gerais na família, a gente fica, em função talvez do tempo, a gente se limita a outras questões e a gente deixa grandes discussões, tipo, a questão da habitação, saúde, educação, essa coisa toda que geralmente a gente não tem esse hábito de fazer essa discussão com a família, a não ser que a gente vá adquirindo essa consciência pela própria militância no movimento. Então, o programa também abriu essa porta. (Entrevista 2)

Com determinado comportamento social, que modifica a realidade, os sujeitos modificam-se e desenvolvem-se, norteados por conhecimentos já

existentes, concretizados em teorias sujeitas a novas reformulações e conhecimentos construídos com a práxis.

O espaço de morar representa um lugar social no qual o homem reproduz e vivencia as relações sociais, interagindo com o outro, construindo e trocando conhecimento, dando a sua parcela de contribuição para o processo de construção da história da humanidade. A relação social entre os homens é atividade política e a organização que estabelecem para vencer as dificuldades podem permanecer durante um determinado tempo, no caso do PMM, o grupo ainda permanece organizado. Segundo o entrevistado,

esse é um fator que unifica [a necessidade], unifica [as pessoas] pelo seguinte, porque, em que pese a dificuldade hoje, mas o hábito permaneceu... da discussão. A gente convoca uma reunião... faz panfleto... Tem a participação, inclusive a gente tá iniciando, agora, um processo interessante que é o da Associação de Moradores. A gente acha que precisa se organizar melhor em termos de estrutura, porque nós temos a coordenação do programa e, na nossa visão, ela serve pra definir o processo de discussão política acerca da habitação, pra orientar o calendário de atividades em obra[...]. Hoje a gente está com algumas discussões, tentando definir estatuto. (Entrevista 2)

Segundo o entendimento dos associados, o espaço digno de moradia requer um complexo de bens e serviços, equipamentos públicos, ambiente, acessibilidade; enfim, tudo o que garanta uma melhor qualidade de vida ao trabalhador e à sua família.

O homem nasce em uma sociedade construída por seus antepassados, em uma realidade concreta já estabelecida, na qual ele passa por um processo de resgate do conhecimento existente, ao mesmo tempo que age sobre essa realidade, transformando-a e produzindo novo conhecimento. Trata-se de uma relação dialética entre o homem e a sociedade por ele construída, e na qual se insere, em uma constante tentativa de modificá-la. Há um contínuo conflito entre a conservação e a transformação, redefinindo a identidade de um segmento social ante determinada realidade.

Quanto ao movimento de transformação presente na sociedade, Berger explicita:

a relação entre o homem, o produto, e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem (evidentemente não o homem isolado mas em coletividade) e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. O produto reage sobre o produtor. (Berger, 1996: 87)

No PMM, ora em análise, o processo de construção é coletivo e parte do espaço produzido também o é. Isso acontece, atualmente, nos demais loteamentos, pois todos os parcelamentos devem garantir um espaço público a ser utilizado pela moradores (espaço para praça, escolas, posto policial etc.). A diferença é que, no PMM, as famílias determinaram como seria o parcelamento e quais seriam as áreas destinadas aos equipamentos sociais, às áreas verdes, vias de acesso etc.

No processo de relacionar-se com o outro, o trabalho está presente, seja material ou intelectualmente. Para que o trabalho seja realizado de forma coletiva, há de ter uma organização, uma metodologia e um acompanhamento das atividades em desenvolvimento. Nesse momento, dá-se a divisão social do trabalho – pessoas com funções diferenciadas para conseguirem um produto final. No processo construtivo de uma casa, em geral, as pessoas desenvolvem diferentes atividades, de acordo com sua capacidade e conhecimento, havendo tanto o trabalho intelectual de planejamento e acompanhamento, como o manual, de levantar as casas.

Essa divisão de trabalho, aparentemente clara e específica, torna-se complexa na realidade social quando se refere à autoconstrução coletiva de moradias, isto é, a divisão do trabalho existe, mas os grupos que desempenham determinadas atividades não são fixos. Os participantes fazem revezamento entre as diferentes atividades, de acordo com a habilidade, competência e disponibilidade de cada um. Assim, todos, ou quase todos, participam das diversas etapas do processo construtivo, desde o planejamento até a execução da obra.

A necessidade de empreender um trabalho coletivo provoca uma relação qualitativa na troca de conhecimentos, que leva à construção do saber, o que se traduz como prática política, inerente a qualquer grupo social. Organizado em torno de objetivos comuns, um dado segmento social se fortalece e pode desenvolver a consciência e a iniciativa de reivindicar do poder público o atendimento às suas necessidades básicas, como infra-estrutura, educação, saúde, lazer⁷.

7 "De acordo com Arend, viver entre as pessoas de modo humano pressupõe a capacidade de escapar do domínio da pura necessidade para um espaço que é qualitativamente diferente - um

A busca de uma alternativa comum para atender às necessidades particulares (que se universalizam) faz com que a organização das pessoas se torne habitual diante da inoperância do poder público, que não atende a uma série de demandas na área social, dentre as quais, as relativas ao déficit habitacional.

Convém lembrar que a Lei Orgânica do Município de Goiânia (1990), no tocante à habitação, rege:

Art. 167 – O acesso à moradia é competência comum do Estado, do Município e da sociedade, e direito de todos, na forma da lei.

§ 1º – É responsabilidade do Município em cooperação com a União e o Estado, promover e executar programas de construção de moradias populares atendendo às necessidades da população, segundo critérios específicos de melhoria das condições habitacionais.

Art. 168 – O município promoverá, em consonância com sua política urbana e respeitadas as disposições constitucionais e aquelas constantes no Plano Diretor, em colaboração com a União e com o Estado e/ou com recursos próprios, programas de habitação popular, destinados a atender a população carente.

§ 1º – A ação do Município deverá orientar-se para:

- I – ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infra-estrutura básica e servidos por transporte coletivo;
- II – estimular e assistir, tecnicamente, projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;
- III – urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por população de baixa renda, passíveis de urbanização. (Goiânia, 1990)

Apesar do aparato legal, muitas iniciativas do governo na questão das políticas sociais foram tomadas, ao longo da história, mais como medidas mitigadoras dos conflitos sociais do que, propriamente, para solucionar problemas da classe trabalhadora de baixa renda.

Programa Melhoria da Moradia (PMM): origem e objetivos

O PMM foi criado em 8 de maio de 1987 (Goiás. Diário Oficial, 1987) pela Coordenação do Serviço Social da Procom. Trata-se de

uma experiência de trabalho multidisciplinar articulado pela Procom/ETA [Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários/Escritório Técnico Administrativo], de natureza participativa e educativa. (UFG, 1991: 84)

Como foi dito anteriormente, surgiu como uma estratégia da coordenação de serviço social, com o objetivo de desenvolver um trabalho sócio-

espaço da ação e do discurso, onde as pessoas realizam sua capacidade para falar e agir" (Jovchelovich, 1994: 67).

educativo com os funcionários da UFG, especialmente com aqueles que apresentavam salários mais baixos. A estratégia dessa coordenação era assessorar o movimento, sem entretanto, tomar decisões ou realizar ações que não fossem de interesse específico do grupo. Em um depoimento gravado, a Coordenadora do Serviço Social declarou que só discutia, com o reitor, as questões referentes ao programa, na presença da coordenação do grupo. "Eu tinha uma estratégia [...], sempre eu estava com eles, mas eles que chegavam primeiro, eu me colocava sempre na retaguarda" (Depoimento 1).

A coordenadora do serviço social evidenciou a falta de recursos para a implementação de programas sociais mais amplos pela Procom, que, até então, se incumbia do Restaurante Universitário, de doação de passagens aos estudantes, de atendimento médico e odontológico, o que era contudo insuficiente para os funcionários de baixa renda da Universidade, que passavam por sérias dificuldades financeiras e, precisavam de programas que atendessem suas necessidades, como por exemplo, a moradia. Dessa preocupação, surgiu uma ação mobilizadora, com um grupo de funcionários interessados na busca de alternativas para solucionar a questão relativa à falta de moradia.

O Programa de Melhoria da Moradia dos Funcionários da UFG (PMM), CGC Nº 24885386/0001-24, conforme o art.1º, do seu Estatuto aprovado em 1987:

é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituído com a finalidade de garantir o direito de morar para os seus associados e familiares, através do sistema de ajuda mútua, com sede na sala da Coordenação do Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária da UFG, sendo indeterminado seu prazo de duração. (UFG, 1987)

O PMM é institucional e tem como finalidade construir ou melhorar as moradias dos funcionários de baixa renda da UFG. A "Instituição é um espaço contraditório, e, se por ela passa o interesse da dominação, passa também o interesse do excluído" (Depoimento 1). O programa em estudo não surgiu espontaneamente, com base na necessidade de moradia dos funcionários públicos de baixa renda da UFG, mas é um instrumento intencional, gestado pelas assistentes sociais da Procom, com o propósito de desenvolver um trabalho sócio-educativo visando o despertar da consciência crítica e a prática política.

É interessante que inicialmente nós não nos preocupamos com o nome do projeto. A gente estava reunido para melhorar a casa, as condições de

moradia, ajudar quem tinha lote e não tinha casa construída, e ajudar a melhorar a casa de quem estava precisando. A gente acreditava que se juntássemos poderíamos levantar fundos e poderíamos melhorar. (Depoimento 1)

Para desenvolver tal propósito, a necessidade imediata de moradia legitima a estratégia das assistentes sociais, na construção de um espaço político, mediante a edificação de moradias populares, em regime de co-gestão e ajuda mútua.

Apesar do princípio da co-gestão e da ajuda mútua estarem explícitos nos documentos analisados e no discurso das assistentes sociais, no decorrer das entrevistas com os diversos associados, constatou-se que todos foram em busca do programa como uma única alternativa para adquirir uma moradia. A moradia era uma necessidade imediata que afligia todos aqueles que procuraram o programa. A ajuda mútua aparece, assim, como a alternativa possível para atender essa necessidade. Como afirma o entrevistado:

eu iniciei a minha participação no programa no ano de 87, quando nas primeiras discussões que se fazia acerca do movimento de moradia. E, como eu entrei?... Por ser despertado pelo Serviço Social da Universidade, que com base em algumas informações colhidas entre os funcionários, naquela época, pode perceber, que na questão da moradia... do item moradia, havia uma deficiência muito grande, e havia inclusive pessoas morando embaixo de lonas. Dentro da Universidade. Naquele momento, eu, como um conjunto de servidores de baixa renda da universidade passávamos por uma dificuldade financeira muito grande que nos impossibilitava até pagar o aluguel. Então, com base nisso, despertado pelo Serviço Social da Universidade eu procurei agregar a essa possibilidade que estava colocada no momento de poder ter uma casa própria, porque... já estava casado, tinha filhos, naquela época, era uma preocupação de poder abrigar a família. Então foi assim que eu fui para o Programa da Moradia. (Entrevista 2)

Quando indagado sobre o motivo que o fez procurar o programa, outro entrevistado, respondeu:

Foi por precisão mesmo, certo? A gente estava precisando. a gente não tinha aonde morar, então pegaram o pessoal de baixa renda da UFG, inclusive, não tem professores aqui, só funcionário de baixa renda. Então, conseguimos um lote. Apesar do sufoco danado, na época a gente não tinha nem condição de comprar nada, a gente conseguiu comprar o lote,... a gente pagava prestação... Foram quatro prestações de cinco mil reais... cinco mil cruzeiros, não sei, não lembro direitinho, na época, o quanto que era... cruzeiro, cruzado. Foram quatro prestação de cinco, que a gente pagou. (Entrevista 3)

Também, quando o morador diz "pegaram o pessoal de baixa renda", ele utiliza a terceira pessoa do plural, o que denota um certo distanciamento com a proposta participativa do programa. O distanciamento aparece, mesmo que

esporadicamente, no discurso de alguns participantes, quando se referem ao programa como algo distante, e não como fruto do trabalho de cada um, apesar do exercício contínuo de participação política em reuniões, assembléias, estudo, elaboração de documentos, dentre outras atividades.

No caso do PMM, a co-gestão faz-se com a participação de um grupo organizado pelos funcionários públicos da UFG e com a própria universidade, como instituição governamental. Conforme depoimento da Coordenadora do Serviço Social da PROCOM, "a participação era fundamental, eu queria que nós fôssemos nos construindo a partir da participação" (Depoimento 1)

Entretanto, a consciência do papel da participação no crescimento coletivo e individual, que pode ser traduzido pela melhoria na qualidade de vida, não estava presente nos participantes, que em princípio desejavam apenas um local para morar. A falta de clareza sobre o objetivo do programa aparece na fala dos entrevistados:

Houve no início aquela grande empolgação, a gente participou das reuniões, demorou para descobrir que tinha que vir participar da frente de trabalho aos sábados, mas, coisa de um mês, por aí. Então, logo que a gente descobriu. Eu comecei a vir todos os sábados... e houve um período de descrença, a coordenação um tanto quanto desarticulada, não havia recursos. Então houve um periodozinho de intervalos, não de desistência, ou de afastamento total, mas de descrença. Mas aí a gente batalhou pela mudança da coordenação e a gente percebeu que era viável, o programa, e a gente começou a fazer esse trabalho, sabíamos que teria logo uma nova eleição⁸ e a gente batalhou por isso, e voltou o ânimo, e desde janeiro desse ano [1999] que eu estou ativamente, sem perder um sábado, domingo, feriado, seja lá o dia que for. (entrevista 4)

Os momentos de empolgação, sempre foram intercalados por momentos de descrença, motivados por diferentes fatores:

Primeiramente, fatores internos, isto é, questões referentes ao próprio programa, como a insatisfação com a coordenação, divergência com alguns companheiros, insatisfação com a distribuição e a divisão do trabalho – alguns sentem-se explorados porque trabalham mais do que determinados colegas. Esses problemas são contornados, ou, em alguns casos, o associado deixa de participar, ficando afastado temporariamente, ou se torna desistente.

⁸ Na gestão da Coordenação eleita em 1999, foram entregues, no período de um ano, 17 moradias. Essa Coordenação é composta pelos associados: José Vieira Visconde, Edson Borges de Araújo, Izabel Souza Silva, Examar Cardoso, Pedro Rodrigues Cruz, Carlos José dos Santos e José Francisco dos Santos.

O desenvolvimento do trabalho foi como está sendo até hoje. Assim, como se fosse, é... no coletivo. Só que, a gente ajudou o pessoal da parte de cima, são vinte casas que tem lá [primeira quadra a ser construída], e o pessoal não interessou em ajudar o pessoal de baixo; aí acabou o coletivo. Ficou mais ou menos... como que se diz?... individualistas. Inclusive, tem uma parte de baixo tem umas cinco ou seis casas que foram feitas individuais, mas as vinte casas de cima foram no coletivo, todo mundo ajudando todo mundo. Teve muita gente que abandonou, não quiseram mais. Eu mesmo, fui um dos que abandonei um tempo, depois voltei, tomei as atividades novamente, estou até hoje ajudando o pessoal, embora eles não me ajudaram, eu estou tentando ajudá-los. (Entrevista 5)

Esse associado explicou que alguns deles participam dos mutirões e outros, não. E ainda, apesar de não poder contar com a ajuda de todos os colegas, ele participa dos mutirões na construção das casas sem fazer distinção entre os que o ajudaram e os que se omitiram. Quanto às cinco casas que alega terem sido construídas individualmente, no entendimento dos coordenadores do programa, houve uma tentativa de se construir individualmente, mas na verdade, esses associados utilizaram os materiais e a tecnologia do programa. Então, segundo eles, não foi construção individual, mas uma tentativa de individualizar, no coletivo. De qualquer forma, essa prática ainda persiste, mas pouco interfere no ritmo da construção coletiva.

Em segundo lugar, há agentes externos – econômicos, políticos e conjunturais – que podem ocasionar a desmobilização. A coordenação do programa declarou que houve um grande número de desistentes, depois de um aumento salarial decorrente da conquista dos trabalhadores:

em 1987 [...] os funcionários conseguiram a isonomia salarial entre os trabalhadores das universidades autárquicas e fundações, o 13º salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas, licença prêmio após dez anos e estabilidade no emprego, dentre outras reivindicações. (Depoimento 1)

Essa medida causou, segundo a avaliação dos coordenadores e alguns associados do programa, um aumento significativo no rendimento dos funcionários, e muitos deixaram o programa para adquirir suas casas de forma individual. Um dos entrevistados relatou:

muitas pessoas desistiram. Desistiram por que? Em 87, o fruto disso culminou no ano de 88, veio aquela isonomia [salarial] entre os três poderes, aquilo possibilitou a várias pessoas terem uma melhora substancial na sua situação financeira. Com isso, muita gente que estava inscrita no programa, adquiriu casas, comprou no [Jardim] Guanabara, comprou na Morada do Bosque... (Entrevista 6)

E outro foi mais enfático, dizendo que “a isonomia para o programa foi uma doença”. Segundo esse entrevistado, os funcionários receberam os atrasados e

em vez de aplicar no programa, outros foram comprar casa fora, outros foram comprar carro [...] Teve um afastamento significativo no Programa. O Programa quase parou, ficou com poucas pessoas que engajaram no Programa, esse afastamento esfriou as pessoas. (Entrevista 7)

E ainda, a medida governamental sobre a isonomia salarial entre funcionários públicos federais dos três poderes, conforme a Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, art.40, parágrafo 4º,

É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho. (Brasil, 1990)

Com base na análise dos documentos do PMM, pode-se constatar que a maioria dos desistentes, 61,97%, saíram do programa justamente até 1991, sendo que 46,48%, ainda na fase de aquisição do terreno, conforme mostra a tabela 9:

TABELA 9

Quantitativo de funcionários da UFG que deixaram o PMM

ANO	NUMERO DE DESISTENTE	PORCENTAGEM
1988	66	46,48%
1989	11	7,75%
1990	8	5,63%
1991	3	2,11%
1992	5	3,52%
1993	-	-
1994	16	11,27%
1995	10	7,04%
1996	2	1,41%
1997	1	0,70%
1998	8	5,63%
1999	3	2,11%
SEM DATA	9	6,35%
TOTAL	142	100%

Fonte: tabela elaborada com dados apreendidos mediante as fichas de desistentes do PMM arquivadas na Procom, 1999.

Segundo a assistente social co-responsável pela criação do Programa, coordenadora do serviço social da Procom, inicialmente, foram cadastrados todos os funcionários que apresentavam baixo rendimento, problemas em razão da falta de moradia e interesse em adquirir casa própria.

Realizamos uma pesquisa sobre as razões que levaram essas pessoas a deixarem o programa e o levantamento revelou que a maioria dos associados, isto é, 77,8%, dentre os que justificaram a saída, deixaram o programa porque já tinham casa e/ou adquiriram casa por outros meios, ou deixaram a UFG e/ou mudaram-se de Goiânia. A minoria de 20,84% deixou o programa por algum tipo de insatisfação com o processo construtivo, distância do residencial, desentendimento com colegas etc.

TABELA 10

Principais justificativas apresentadas pelos associados que deixaram o PMM

JUSTIFICATIVAS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Tinham imóvel ou adquiriram casa	32	66,67%
O associado faleceu e a família saiu do PMM por iniciativa própria	1	2,08%
O associado separou-se da esposa, deixou o programa pois a 2ª esposa tem casa	1	2,08%
Insatisfeito com o PMM	2	4,17%
O PMM não atende as necessidades do associado/desinteresse em continuar/o Residencial é longe/a construção é demorada/ não tem condições de participar dos mutirões	8	16,67%
Deixou de ser funcionário da UFG e/ou mudou-se de Goiânia	4	8,33%
TOTAL	48	100%

Fonte: tabela elaborada com dados apreendidos mediante as fichas de desistentes do PMM arquivadas na Procom, 1999.

Com base nos dados apresentados na tabela 10, chega-se à conclusão de que, a partir do momento em que as pessoas cadastradas descobriram outra alternativa para a aquisição de casa própria e passaram a conhecer melhor o programa, os critérios de seleção das famílias e a metodologia construtiva, muitas delas deixaram de participar do programa. Muitos saíram nos dois primeiros anos, assinando um termo de desistência e tentaram resolver seus problemas de

moradia de forma individual, conforme pudemos comprovar, pesquisando as razões que levaram essas pessoas a sair do PMM.

As assistentes sociais envolvidas no programa mantêm uma presença constante no canteiro de obras, sobretudo durante o período de estruturação do programa, chegando até a trabalhar na fabricação dos tijolos. A construção de moradias, em regime de mutirão, é, para elas, uma estratégia para desenvolver o trabalho-sócio-educativo realizado com a assessoria das assistentes sociais e cursos de formação política. A convivência cotidiana e a troca de conhecimentos, por si só, sem um embasamento teórico, nem sempre são suficientes para que haja o crescimento social e político.

A prática política tem demonstrado que apenas a experiência cotidiana não basta para produzir um bom cidadão. Ele precisa também dominar acervos de conhecimento historicamente acumulados. Ou seja, tão-só a prática, sem teoria, não há avanço social. (Gohn, 1991:20)

Enquanto constroem casas, os mutirantes aprendem a conduzir uma reunião, a manifestarem-se em assembléias, a eleger prioridades, a redigir atas e documentos reivindicatórios, e ainda, a identificar as instâncias pertinentes a cada reivindicação.

Outra atividade desenvolvida pelas assistentes sociais é a mediação institucional para garantir que sejam ministrados no próprio local das obras, cursos de qualificação profissional, oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), estabelecendo a interação teoria e a prática construtiva. Uma vez por semana, à noite, os mutirantes recebem aulas, e, nos finais de semana, um mestre-de-obras e um engenheiro do SENAI acompanham as obras. Segundo Sachs,

os canteiros de obras de autoconstrução coletiva assistida permitem que os autoconstrutores adquiram qualificações que, em certos casos, podem transformar-se numa inserção profissional e, em todo caso, os ajuda a manter e a transformar suas casas e a participar da gestão de seu bairro. (Sachs, 1999: 235).

Depois de estabelecida a organização e com algumas pessoas habitando o local, muitos mutirantes revelaram-se estimulados a dar prosseguimento ao trabalho.

Todas as etapas de desenvolvimento do programa, com acompanhamento das assistentes sociais da Procom, tiveram um embasamento

teórico e estratégico direcionado para o trabalho sócio-educativo e planejamento participativo.

O trabalho [desenvolvido no PMM] constitui-se num conjunto de atividades que obedece aos princípios do planejamento participativo e da educação popular. É desenvolvido juntamente pelas equipes da Coordenação do Serviço Social da Procom e do ETA e se propõe: participar do processo de organização e despertar da consciência crítica; no exercício do fortalecimento do espírito de solidariedade, e colaboração recíproca, pela participação dos funcionários e suas famílias em ações coletivas na construção de um espaço de morar, o melhor e o mais barato possível (UFG, 1990)

Quando um programa apresenta a proposta de participação popular, há de se avaliar o tipo de participação. Trata-se de um trabalho em que os associados participam apenas da operacionalização? O trabalho tem caráter espoliativo e alienante? Há discussões políticas nas reuniões de grupo? O grupo participa das decisões? Enfim, todos esses questionamentos aparecem estampados, quando se referem à participação popular, pois, a trajetória histórica brasileira mostra, muitas vezes, que essa participação é o invólucro do autoritarismo.

No caso do PMM, a participação é entendida pelos profissionais que desempenham o trabalho com os participantes, e posteriormente, pelos próprios associados, como uma caminhada que se constrói passo a passo, com a presença de todos nos diversos momentos: pesquisa da realidade social, identificação das necessidades, equacionamento de problemas, tomada de decisões e, finalmente, as ações e avaliação do resultado.

No processo de construção, mediante ajuda mútua, a expectativa dos coordenadores e dos participantes, expressa nas atas de reuniões e em seus discursos, durante o decorrer do programa – de 1987 a 1990 – é desenvolver a solidariedade e construir relações coletivas entre os participantes.

A proposta inicial do programa era contemplar apenas os servidores técnico-administrativos do nível de apoio e médio que apresentassem um rendimento mensal de até três salários mínimos e que ainda não possuíssem casa própria, mas, no decorrer do tempo, com a isonomia salarial e outros reajustes, muitos associados passaram a apresentar rendimento maior do que proposto anteriormente. Ocorreu, então, uma certa flexibilidade quanto ao rendimento, porque o loteamento Residencial Nossa Morada é composto por 190 lotes e, no momento (2000), há 177 inscritos, o que evidencia que não há

necessidade de grande rigor na seleção. Além disso, fica resguardado o direito dos participantes que tiveram ascensão funcional depois de inscritos. Segundo seu estatuto, o PMM, no art. 2º do seu Estatuto,

é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de buscar a superação dos problemas habitacionais de seus associados, através da ação comunitária, por mutirão, com a participação dos sócios e seus familiares, sendo indeterminado o seu prazo de duração (UFG, 1992)

Gestado em torno de um propósito comum, a prática política, que surge diante da necessidade de solucionar o problema gerado pela falta de moradia, e da luta pela sobrevivência, é propícia à discussão, à ação e à decisão que favorecem a troca de experiências e de conhecimentos, isto é, tem como objetivo “despertar e fortalecer o espírito de solidariedade e colaboração recíproca pela participação dos funcionários e suas famílias em ações coletivas, construindo e/ou melhorando suas casas (UFG, 1987_a).

Para a viabilidade do Programa, de acordo com seu objetivo, as famílias expõem suas idéias para o grupo, falam de si, de suas necessidades, de suas expectativas e seus desejos. Exercitam a linguagem e a consciência política despertada na relação interpessoal que estabelecem por meio do trabalho. “A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens” (Marx, 1984: 23,34).

O Programa surgiu durante o processo de democratização do país, o qual se estendeu a várias instituições governamentais, dentre elas a Universidade Federal de Goiás. Fez parte desse processo democrático a primeira eleição direta para a escolha do novo reitor, em 1985 (Martins, 2000). Uma das propostas do Prof. Joel Pimentel Ulhoa, primeiro reitor eleito mediante voto direto, era a busca de alternativas para solucionar os problemas dos funcionários de baixa renda da UFG que, até então, não tinham casa para morar. Sua proposta inicial era encontrar uma solução com financiamento pela Caixa Econômica Federal.

Paralelamente à preocupação do Reitor, a Coordenação de Serviço Social da Procom elaborava diretrizes com o objetivo de garantir maior proximidade com os funcionários, no sentido de ajudá-los a encontrar formas de melhoria das condições de vida.

O grupo já comemorou seus dez anos de organização, a continuidade do trabalho depende da vontade coletiva não só em terminar a construção do

Residencial Nossa Morada, como empreender outras atividades referentes à melhoria da moradia. Esse tipo de trabalho pode se constituir em um campo propício ao exercício e à formação política de seus membros, ou servir apenas como instrumento de manutenção da ordem vigente com a construção de moradias. Quem irá estabelecer essa diferença serão os próprios associados.

A pesquisa realizada no Residencial Nossa Morada permite-nos inferir que seus moradores são solidários entre si, sobretudo em casos de necessidade cotidianas, como cuidar de uma criança para que a mãe possa trabalhar, levar o vizinho ao médico, e ainda, são tolerantes com os colegas vizinhos que apresentam comportamentos considerados inadequados, como farras, bebedeiras, barulhos etc., o que não quer dizer que esse tipo de relação fraterna e cordial não possa estar presente em outros grupos sociais. No caso específico, segundo o entendimento dos associados, o espaço solidário é construído com base na convivência, nas necessidades que as famílias têm em comum, e na constante tentativa em vencer as dificuldades financeiras.

Levantamos, então, a seguinte questão: o que faz o grupo permanecer unido e solidário é o processo de ajuda mútua, ou há outros fatores que podem contribuir para essa união?

Não existe a proposta de fazer conjecturas sobre *como seria se não fosse assim*, entretanto, na perspectiva de que a educação é um processo político de amadurecimento das relações sociais, de desenvolvimento do conhecimento já existente e da produção de um novo conhecimento condizente com a realidade concreta de determinado agrupamento social, considera-se que a ação solidária para a construção de moradia pode legitimar-se como uma prática-sócio-educativa.

Quem está sendo educado é um *socius*, participante de uma sociedade complexa, integrada por vários grupos sociais, grupos estes regidos por normas, que se estruturam através dos séculos e que através dos tempos se vão alterando. (Carvalho, 1987: 1)

Nessa perspectiva, o processo educativo está, pois, presente na troca constante de experiências e de informações, de modo que, no decorrer dessa convivência, um novo saber se constrói. Assim,

numa luta social há aquisição de conhecimento: as classes em luta adquirem um saber que não tinham antes; isto é aprendizagem, é educação. As lutas sociais são, pois, eminentemente educativas. [...] Os homens educam-se,

adquirem consciência, na relação que estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida. (Loureiro, 1988: 19,20)

No caso do PMM, nem todos os que constroem suas moradias com as próprias mãos são pedreiros. Essa falta de qualificação da força de trabalho é superada pela troca de conhecimentos, de favores e construção de novos conhecimentos.

A distribuição social do conhecimento começa assim com o simples fato de não conhecer tudo o que é conhecido por meus semelhantes, e vice-versa, e culmina em sistemas de perícia extraordinariamente complexos e esotéricos" (Berger, 1996: 68).

A socialização do conhecimento contribui para o crescimento do grupo, ao superar as dificuldades provenientes do despreparo de alguns para esse tipo de trabalho. Assim, estabelece-se uma nova forma de relação interpessoal impregnada de velhas relações de solidariedade e fraternidade.

Outra indagação pertinente, ao analisar a autoconstrução de moradias, é quanto à dilapidação da força de trabalho, isto é, a usurpação da força de trabalho. No processo de autoconstrução, a força de trabalho é transformada em mercadoria de consumo imediato, e ainda, reduz o gasto do trabalhador com a reprodução da força de trabalho, reduzindo assim o custo da mão-de-obra do trabalhador (Kowarick, 1980). Isso é decorrente, sobretudo, da sobrecarga da jornada de trabalho e do compromisso dos participantes em desenvolverem uma atividade para a qual muitas vezes não estão preparados.

O processo educativo presente nessa ação de conquista do espaço de morar, o redimensionamento das relações sociais e a elevação do nível de consciência, são suficientes para justificar a espoliação a que o trabalhador é submetido? E, organizados, até que ponto os moradores conseguem ter suas necessidades, relativas à moradia, atendidas, diante do processo de espoliação urbana a que é submetido? Espoliação vista como a

somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação da força de trabalho. (Kowarick, 1980: 59)

Um aspecto observado, sobretudo, entre a população urbana de baixa renda, é uma resistência, mesmo que inconsciente, em perder sua identidade, ante a uma nova realidade, o que ocorre não só com os migrantes urbanos e ex-

camponeses, mas ainda com as pessoas que nasceram em grandes cidades, as quais, diante das dificuldades na luta pela sobrevivência, deixam de lado certos hábitos culturais, afastam-se da família e passam a morar em outro extremo da cidade. A relação interpessoal por meio da participação, em um grupo organizado, pode contribuir para a superação da perda de identidade, criando uma nova identidade coletiva e mesmo individual.

As novas condições sociais, a que as famílias migrantes são submetidas, criam novas formas de agir e interagir modificando o meio no qual estão inseridas, configurando-se assim a redefinição das relações sociais.

Um indivíduo constrói-se em suas relações em um determinado contexto sócio-político-cultural; assim, qualquer experiência vivida colabora com a formação e/ou transformação não só de um indivíduo, como de um coletivo. Nesse pressuposto, após a prática da construção coletiva da casa, as relações sociais estabelecidas pelos participantes, até então, jamais serão as mesmas. Além de casas, novas relações foram construídas; além dos tijolos empilhados, novos conhecimentos foram incorporados e ainda, no assentamento das janelas, um novo horizonte pode se delinear, permeado de solidariedade e de esperança em construir um espaço digno para o crescimento e desenvolvimento dos filhos.

Não se quer dizer que a construção coletiva seja a melhor forma de se construir moradias, mas é a arquitetura possível para determinados segmentos da sociedade. E na capacidade infinita do homem de adaptar-se à realidade concreta, e na criatividade diante das adversidades, novas relações sociais podem ser construídas na expectativa de, juntos, reivindicarem do poder público o atendimento às necessidades básicas.

Assim, esse Programa implementado tem o propósito de atender aos funcionários do nível médio e de apoio da UFG que não tenham casa própria. Os funcionários da UFG recebem a seguinte classificação: nível de apoio – são os funcionários que apresentam apenas o ensino fundamental, completo ou incompleto; nível médio – aqueles que concluíram o nível médio; e nível superior – são os funcionários que concluíram o curso superior. Essa classificação é referente ao momento de contratação; o funcionário só passa de um nível para outro mediante concurso público. Inicialmente, nove funcionários da UFG, com baixo rendimento e falta de moradia, reuniram-se para socializar suas dificuldades

com relação à habitação. A partir daí, criaram uma caixa de socorro financeiro para atender às necessidades imediatas dos funcionários que precisavam de empréstimo.

As Assistentes Sociais da Procom e os funcionários identificaram o caso de uma funcionária do Restaurante Universitário, que solicitara a seu chefe imediato um espaço físico no próprio local de trabalho, pois precisava de um local para guardar seus móveis até conseguir um lugar para morar. Essa senhora, para sair do aluguel comprou um direito de posse⁹ na ocupação do Conjunto Dom Fernando I¹⁰ e estava dormindo com a família em baixo de um barraco de lona plástica, até que conseguisse fazer uma edificação em alvenaria.

Imediatamente, começou uma mobilização para viabilizar a construção da casa da família da funcionária.

A estratégia da Coordenação de Serviço Social, a partir de então, foi conversar com professores e funcionários da UFG, contar que havia uma colega de trabalho que dormia em uma tenda de lona e despertar a consciência da necessidade de mudar aquela realidade. "As pessoas ficavam sensibilizadas e assustadas" ao saber da situação da funcionária, o que levou à constatação de que funcionários da Universidade, sobretudo aqueles mais graduados, que ocupavam posto de comando, desconheciam a realidade dos demais colegas de trabalho (Depoimento 1).

Havia a compreensão da coordenação do programa, de que a pessoa que está passando dificuldades financeiras e precisa, com urgência, de um local para morar, não necessariamente "tem que morar em qualquer lugar". Ela tem o direito de opinar, e dentro da realidade possível, poder escolher o que é melhor para si e para os seus.

O movimento continuou, o tempo passou, e a funcionária que dormia em um barraco armado com lona, comprou apenas alguns tijolos e não conseguiu

9 Direito de Posse é uma terminologia utilizada para se legitimar o direito à moradia em áreas ocupadas irregularmente. Uma família pode transferir para outra o direito à moradia mediante um pagamento. Essa transação comercial pode ser lavrada em cartório, com o preenchimento de um formulário denominado Termo de Cessão de Direito.

10 Dom Fernando I era uma área da Igreja Católica que foi ocupada por sem-tetos. A igreja passou a dar assistência para que essa área não se transformasse em um espaço de especulação imobiliária, e para que continuasse servindo como local de moradia para famílias de baixa renda. Os lotes tinham que permanecer ocupados, do contrário a pessoa perdia o direito; a família que tivesse outra alternativa para morar não deveria ficar na ocupação.

construir sua casa. Finalmente, o grupo, que acompanhava toda a trajetória dessa funcionária, rearticulou-se para resolver o problema. A assistente social procurou saber como era a casa que a funcionária gostaria de construir, e levou a proposta para o Escritório do Técnico Administrativo da Universidade (ETA), para que fizesse o projeto, de acordo com as necessidades e possibilidades da futura moradora. E, com doações e coletas entre os próprios integrantes do grupo, conseguiram comprar o resto do material necessário e surpreenderam a colega de trabalho com a construção de sua casa. "A partir daí, ela aceitou a ajuda do grupo e nós construímos a casa da D" (Depoimento 1).

Além de atender à necessidade imediata de uma família que não tinha onde morar, o grupo resgatou a tradição rural de solidariedade e de ajuda mútua, a tração, fortalecendo sua identidade. A tração é uma tradição no meio rural, recurso utilizado para desenvolver uma atividade de cunho imediato para ajudar algum lavrador que esteja em dificuldades por falta de mão-de-obra para plantar, colher ou construir algum equipamento de primeira necessidade. É chamado tração, pois um grupo de conhecidos, cientes do problema que o lavrador está enfrentando, comparece ao local sem que tenha sido solicitado; sem avisar previamente para evitar o constrangimento do pedido de ajuda. É um momento de solidariedade e de confraternização. O sonho concretizou-se, tanto para a moradora da casa como para os participantes.

Agentes de uma realização, o grupo reconheceu a força da solidariedade e da união. Os participantes sentiram-se fortes e capazes de empreender outras tarefas desse porte e experimentaram a força do coletivo diante das dificuldades financeiras que enfrentavam. Estimulados, os funcionários que compunham o grupo, passaram a divulgar suas propostas em relação à melhoria de moradia dos funcionários de baixa renda da UFG, entre seus colegas de trabalho e solicitaram, em 1987, da Escola de Engenharia a autorização para que alguns participantes do grupo pudessem utilizar a máquina de fazer tijolos¹¹ daquela unidade.

O propósito era não só dar continuidade às atividades do grupo, mas também os participantes tinham a expectativa de que alunos e professores da Escola de Engenharia se interessassem pela proposta do grupo, e com isso

estabelecer maior integração, assim que, presenciassem a fabricação dos tijolos. Entretanto, a esperada integração não ocorreu.

O coletivo, constituído pelos funcionários da UFG que se organizavam na expectativa de conquistarem um espaço para morar, se fortalecia, e os associados apresentavam um crescimento pessoal. Desenvolviam técnicas de reuniões em grupo, discutiam, tomavam decisões, e muitos adquiriram desenvoltura para falar em público.

Na época, a UFG estava construindo os prédios das Faculdades de Farmácia e Odontologia, e o grupo usou a terra que sobrava das escavações e da terraplanagem. O objetivo era, além de liberar a área da terra excedente e aproveitá-la, poder dizer “esses tijolos foram feitos com a terra tirada do prédio [da própria universidade]”. (Depoimento 1).

Apesar de alguns percalços, foi um período de grande integração dos participantes com a comunidade universitária e com a própria Instituição, o que se deve não só ao trabalho social, como também ao momento histórico de abertura política e maior democracia na Universidade.

A Assistente Social, coordenadora do serviço social da Procom, relata que logo no início, após a decisão de iniciarem a construção dos tijolos, membros do grupo passavam pelo canteiro em que estava a máquina, verificavam se havia colegas trabalhando, e não encontrando ninguém, iam até a Procom, conforme demonstra o seguinte depoimento:

O início da fabricação de tijolos foi muito interessante. Eles [membros da equipe responsável pela fabricação de tijolos] combinaram, se organizaram, e elegeram o grupo que ia começar a fabricação dos tijolos. Todos os dias, um deles passava na Coordenação de Serviço Social e me dizia:

— [...] eu passei lá e não tinha ninguém – e ia embora.

Isso aconteceu uns dois ou três dias,... não me lembro bem. Até que um dia, o Domingos chegou para mim e disse assim:

— [...] passei por lá e não tinha ninguém.

Já eram mais ou menos dez horas da manhã. Eles acertaram que iriam fazer tijolos durante a semana para render mais. Aí, eu disse:

— vocês são muito incompetentes, não são capazes sequer de organizar a produção de tijolos, você é o décimo que passou aqui hoje e falou que não tinha ninguém. Se o primeiro, e os demais tivessem ficado no local, agora seriam dez pessoas trabalhando. Vocês são muito incompetentes.

Eu estava mexendo com o brio do grupo, e deu certo. Eles se organizaram, começaram a ficar e fabricaram os tijolos. (Depoimento 1)

A fabricação de tijolos foi, antes de mais nada, uma estratégia de mobilização, porque o custo do tijolo em uma construção é proporcionalmente baixo, se comparado ao custo do cimento, telha, madeiramento, esquadrias e outros materiais. Havia a compreensão da coordenação do serviço social da Procom, que sem atividade o grupo não permaneceria unido e o movimento desapareceria.

Depois da construção da casa da D. [funcionária da UFG que morava em um barraco de lona] eu tinha como estratégia do assessoramento ao grupo estar buscando atividades para que o grupo não morresse, porque eu acredito que o que sustenta o grupo são as atividades. (Depoimento 1)

Assim, a fabricação de tijolos teve prosseguimento. Enquanto construía tijolos, a relação dos participantes se fortalecia e a intenção de construir um programa que garantisse a melhoria da moradia começou a se sedimentar. A relação entre os participantes redimensionava-se com as dificuldades, pois passaram a descobrir alternativas para viabilizar a construção da moradia com a qual sonhavam. O grupo desenvolvia iniciativa, solidariedade, consciência do coletivo, e, ao mesmo tempo, respeito às necessidades individuais de cada colega de trabalho, que em breve, seria seu vizinho.

Em agosto de 1987 criou-se, por decisão em assembléia, o Fundo de Apoio ao Programa; foram escolhidas duas pessoas para serem os tesoureiros e aprovada a contribuição mensal a ser depositada em uma conta bancária do PMM. (UFG, 1991)

Formaram uma comissão para fazer o levantamento do número de pessoas que, na Universidade, necessitavam de moradia e passaram a discutir a melhor forma para adquirir o terreno. Inicialmente, aventou-se a possibilidade de se conseguir financiamento da Caixa Econômica Federal ou fazer a compra pelo Banco Nacional de Habitação, ou até mesmo solicitar que a Universidade cedesse o terreno. Mas essas propostas foram abandonadas, pois não tinham sustentação da maioria, que não aceitava qualquer tipo de financiamento. Essa vontade foi constatada, em 1988, pela coordenação do PMM, mediante pesquisa realizada com 46 associados, correspondente a 26% do universo. Nesse momento, 54,4% manifestaram-se contra qualquer tipo de financiamento, 36,9% aceitavam o financiamento e 8,7% não responderam. Os que concordavam com o financiamento, justificavam seu posicionamento dizendo que tinham "pressa em conseguir a casa" e essa "seria a forma mais rápida". Todavia, a maioria que

optou por construir a casa com recursos próprios, utilizou, dentre outros, o argumento de que o financiamento é como "um aluguel para o resto da vida" (UFG, 1991).

Enquanto não conseguiam o terreno, mantinham uma equipe de construção, que posteriormente, passou a ser Coordenação do Programa¹², para atender aos funcionários que possuíam lote, mas não tinham condições financeiras para a aquisição do material e para o pagamento da mão-de-obra. Nesse momento, já havia uma participação efetiva de 43 pessoas, e dessas, apenas nove tinham lote.

Até então, as propostas eram de auxiliar as pessoas com a construção das casas, não se pensava ainda em adquirir uma área para ser loteada para os participantes. Entretanto, ante as dificuldades enfrentadas, alguns funcionários passaram a discutir a possibilidade de conseguirem uma área para construção. A desinformação sobre a própria estrutura da Instituição em que trabalhavam, os levava a crer que a própria Universidade poderia doar uma área para o grupo, o que demonstra a falta de conhecimento por parte daqueles funcionários sobre o verdadeiro papel da Universidade. A postura da Assistente Social era não dar respostas prontas, ela deixava o grupo seguir sua trajetória. As descobertas eram decorrência do desenrolar das atividades do grupo em conseguir identificar o papel da Universidade, o compromisso do poder público e a responsabilidade para com os funcionários.

A Universidade, como uma instituição federal de ensino, não pode doar o terreno para a implementação do programa, como muitos associados desejavam, entretanto, comprometeu-se a fazer um repasse de verba para o PMM. Ao recolher o Fundo de Garantia dos funcionários, o FGTS, o reitor optou pelo Banco Banesa, e ao fazer essa opção, a contrapartida do Banco foi uma doação, em dinheiro, a programas da Universidade. Uma pequena parte dessa doação foi repassada diretamente para o Programa, que fez um recibo para o

12 A Comissão Coordenadora do PMM é composta de nove membros, sendo oito associados e uma assistente social da Procom. Assim, nessa época, faziam parte da coordenação: Argemiro Alves Machado, Divino Alves Ferreira, Domingos Ferreira de Medeiros, Edson Borges Araújo, Edson Teles de Souza, José dos Anjos da Paixão, Josival Monteiro e Silva, Manoel Cândido de Melo Filho e Omari Ludovico Martins (Assistente Social da Procom).

Bancesa. Assim, não houve doação direta da Universidade, que havia feito uma autorização ao Banco para o repasse.

O participantes do Programa procuraram estudar e entender as questões jurídicas pertinentes à aquisição de área, urbanização, construção de moradias etc. Formaram um grupo que se dirigiu ao Instituto de Planejamento Municipal da Prefeitura de Goiânia (Iplan) para obter maiores informações sobre o projeto de urbanização, que seria nas proximidades do Conjunto Itatiaia. Ficaram sabendo que não havia projetos para expansão da cidade na Região Norte, mesmo com a futura ampliação da Avenida Goiás.

Nesse processo de discussão, os funcionários faziam propostas diversas. Segundo a coordenadora do serviço social da Procom, esse o propósito dessa organização: o Programa significa um espaço de discussão política, de aprendizagem e de construção do saber. As intervenções, propostas e opiniões são bem-vindas, respeitadas, valorizadas e analisadas, pois valendo-se delas travam-se discussões esclarecedoras sobre questões sociais.

A estratégia utilizada pelas assistentes sociais que coordenavam o programa era de que o conhecimento fosse construído no grupo e pelo grupo, mediante a práxis. "Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis" (Marx, Engels, 1984: 109).

Após amplas discussões, os associados resolveram que a melhor alternativa seria comprar a área e construir as casas sem financiamento. Passaram a discutir a criação do estatuto, procuravam terreno e estudavam formas de adquirir materiais para construção, e ainda, como preparar a mão-de-obra dos próprios associados para a construção das casas.

Sobre o Programa de Melhoria da Moradia, reza o Estatuto no art. 2º:

é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de buscar a superação dos problemas habitacionais de seus associados, através da ação comunitária, por mutirão, com a participação dos sócios e seus familiares, sendo indeterminado o seu prazo de duração. (UFG, 1987).

No grupo, algumas pessoas enriqueciam as discussões com experiências em movimento social e conhecimento sobre a administração municipal da prefeitura de Diadema/SP, que desenvolveu programas sociais voltados para a população de baixa renda.

Tanto no início, como durante o processo de construção, puderam contar com o apoio da administração da Universidade e engenheiros e arquitetos do ETA. No processo de construção com mutirão de ajuda mútua, o Programa busca desenvolver a solidariedade e construir relações coletivas entre os participantes. Um associado fez a seguinte observação sobre o trabalho desenvolvido no PMM: “A ação coletiva, o dinheiro coletivo, o pensamento coletivo norteiam a nossa luta – só se pensa no ‘meu’ após o ‘nosso’” (Medeiros, 1993).

A Coordenação do Programa fez um levantamento para conhecer melhor a realidade sócio-econômica do grupo e identificar a qualificação profissional de cada um, para melhor aproveitamento da mão-de-obra existente. Alguns participantes, acompanhados pela assistente social da Procom, atendendo a um encaminhamento definido em reunião, visitaram a Cohab em busca de alternativas de financiamento, e tiveram conhecimento de dois projetos compatíveis com as expectativas do grupo:

- o financiamento de Construção, Ampliação e Melhoria (Ficam), para quem possui um lote ou uma casa e quer fazer melhorias; após a extinção do BNH, os recursos passaram a ser centralizados na Caixa Econômica Federal (CEF), em parceria com a Cohab (extinta em 1995) e demais instituições ligadas à habitação;
- o Programa e Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilube), em que a Cohab adquire a área, faz o loteamento urbanizado e financia para o mutuário, que tem prazo de dois anos para construir; caso isso não ocorra, perde o lote;

Mesmo oficializados os programas, a engenheira da Cohab explicou que não havia verba para colocá-los em prática.

Assim, sem poder contar com qualquer programa governamental, o grupo decidiu partir para a aquisição de uma área em que pudesse construir moradias sem financiamento e de forma coletiva, contando com o apoio da UFG.

A primeira fase da organização do Programa efetivou-se e o grupo passou a existir legalmente. Os associados compraram o terreno, abriram conta em banco; e enfim, o movimento foi sedimentando-se.

Os associados: caracterização sócio-econômica

A inscrição, adesão do funcionário ao PMM, foi realizada mediante o preenchimento de uma ficha¹³. Ao término do ano de 1987, o Programa contava com 171 inscritos – como visto anteriormente, o Residencial Nossa Morada tem 190 lotes residenciais –, a maioria com rendimento abaixo de seis salários mínimos, dificultando a aquisição de casa própria e sacrificando a família no caso daqueles que pagam aluguel. Todos apresentavam uma única expectativa: um lugar para morar, o que é compreensível diante da realidade apresentada, pois a maioria das pessoas que se apresentaram para participar do programa não tinha um local definitivo para morar.

Antes mesmo da implantação do PMM, as assistentes sociais da Procom realizaram um levantamento sócio-econômico entre os funcionários da UFG que apresentavam um baixo rendimento e dificuldades relativas à moradia¹⁴. A pesquisa foi realizada com inscritos em 1987, e foram estabelecidos os seguintes critérios de participação:

1. ser do quadro de pessoal permanente da UFG;
2. ser aprovado em Assembléia Geral;
3. comprovar que não possui casa própria;
4. assinar termo de compromisso com o Programa, assumindo que conhece o Estatuto, respeitar as normas estabelecidas;
5. receber até três salários mínimos como salário base;
6. contribuir com uma cota parte do terreno no valor correspondente à divisão do valor venal atribuído pela Prefeitura Municipal, dividido pela número total de associados. No ano de 1996, foi de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). (UFG, 1999)

Ao analisar o levantamento realizado pela Procom, em 1987, percebe-se uma certa flexibilidade quanto ao cumprimento dos critérios expostos, especialmente nos itens 3 e 5. Na verdade os associados não comprovavam que não eram possuidores de casa mediante documentação, apenas declaravam conhecer os critérios. Nesse caso, para comprovar que a pessoa não possuía imóvel, seria necessário uma certidão negativa dos quatro cartórios imobiliários de Goiânia, o que não significa muito, pois grande parte dos loteamentos de

13 Ver anexo 5.

14 Ver anexo 6.

Goiânia são irregulares e os proprietários dos lotes não têm escritura lavrada em cartório.

Quanto ao rendimento, comprovava-se, mediante o levantamento sócio-econômico realizado em janeiro de 1989, que dentre os 198 associados não havia casos de rendimentos inferior a cinco salários mínimos mensais. A explicação apresentada pelos funcionários é que a exigência de três salários mínimos para participarem do programa refere-se ao salário base, e, nesse caso, os dados são relativos ao salário integral, com todas as vantagens adquiridas (tabela 11).

TABELA 11
Faixa salarial dos servidores da UFG em 1989

Valor em salários mínimos	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
De 5,0 a 6,7	78	39%
De 6,8 a 8,5	89	44%
De 8,6 a 10,3	17	9%
De 10,4 a 12	7	4%
De 12,1 a 13,6	7	4%
TOTAL	198	100%

Fonte: UFG, 1988.

O levantamento realizado pela Procom, em 1987, revelou que os inscritos somavam um total de 171 funcionários, sendo 47 mulheres e 124 homens. Os associados do sexo masculino representavam a maioria de 72, 5%.

Quanto à idade dos associados que responderam ao questionário, a maioria, isto é, 74,26% apresentam no máximo 35 anos de idade, conforme tabela 12:

TABELA 12
Faixa etária dos associados

IDADE	FREQÜÊNCIA	PORCENTAGEM
20 a 25 anos	32	18,71
26 a 30 anos	63	36,84
31 a 35 anos	32	18,71
36 a 40 anos	15	8,77
41 a 45 anos	13	7,60
46 a 50 anos	07	4,09
51 a 55 anos	01	0,58
Não respondeu	08	4,68
TOTAL	171	100,00

Fonte: UFG, 1988.

Analisando o grau de escolaridade (tabela 13), conclui-se que os associados apresentavam baixa escolaridade, isso é, 36,8% não chegaram a completar a primeira fase do primeiro grau; nesse percentual estão incluídos os não-alfabetizados e, dentre esses, 24 associados foram alunos do curso de alfabetização de adultos da UFG, promovido em 1986.

TABELA 13
Grau de escolaridade dos associados

NÍVEL DE ESCOLARIDADE		FREQÜÊNCIA	PORCENTAGEM	
1º grau	1ª fase	Incompleta	63	36,84
		Completa	42	24,56
	2ª fase	Incompleta	00	00,00
		Completa	00	00,00
2º grau	Incompleto	06	3,51	
	Completo	28	16,38	
3º grau	Incompleto	05	2,38	
	Completo	01	0,58	
Não respondeu		26	15,20	
TOTAL		171	100,00	

Fonte: UFG, 1988.

Apesar do grande número de pessoas com pouca escolaridade, havia um número significativo de estudantes, 28,7%, incluindo-se os que faziam parte do programa de alfabetização da UFG.

No tocante à qualificação profissional, a maioria de 47,4% não declarou as respectivas profissões. Dentre as profissões declaradas pelos 171 associados, a de vigilante aparece com maior frequência (15,2%), em seguida, a de auxiliar de operador em agropecuária (8,2%) e datilógrafo (7,6%).

Na UFG, os associados apresentam diversas ocupações, e dentre as mais comuns estão: auxiliar de operações e serviços diversos, agente de portaria e vigilante. Apenas sete funcionários, que correspondem a 4% do total, apresentavam ocupação compatível com as atividades desenvolvidas no Programa, isto é, na área da construção civil (pintor, pedreiro, marceneiro, encanador e eletricista).

Quanto à composição familiar, 57,3% eram casados, e dentre esses, a maioria, isto é, 71,4%, possuem filhos. Dos 122 associados que declararam ter filhos, apenas 18% têm quatro ou mais filhos, a maioria, 82%, apresenta uma família com, no máximo, três filhos. A maioria, isto é, 56,9% das famílias dos inscritos são compostas por, no máximo, quatro pessoas.

Conforme constatado pelas atas de reuniões, e mesmo pela fala de alguns entrevistados, a necessidade imediata de grande parte dos participantes era *sair do aluguel* e aqueles que moravam em casas cedidas ou ocupadas de forma irregular também ansiavam por uma solução definitiva para o problema da moradia.

Para melhor compreensão da real necessidade dos inscritos conquistarem um espaço para morar, fez parte do questionário aplicado no momento das inscrições uma pergunta sobre a real situação da casa em que moravam naquele momento. Assim, foi constatado que 56,1% dos inscritos moravam em imóveis alugados, 37,4% em casas cedidas, 3,5% eram posseiros e 2,9% não responderam a esse questionamento.

Considerando apenas os associados que moravam em casas alugadas, a maioria (92,8%) está distribuída entre os que pagam até dois salários mínimos de aluguel e aqueles que pagam de dois a quatro salários mínimos.

Dentre os inscritos que moravam em casas cedidas, identificou-se a origem dessas casas: 73,4% moravam em casas cedidas por parentes, 14,0% em casas cedidas pela própria UFG, e o restante, em casas cedidas por amigos e pelo exército. Esse segmento social expressa a realidade que ocorre também em

outros meios, isto é, as questões sociais são, em geral, solucionadas, mesmo que precariamente, no seio da própria família. Assim, as pessoas ajudam-se mutuamente, e cedem uma edificação, ou mesmo parte de sua moradia para um parente que não tem condições econômicas para pagar aluguel ou adquirir uma moradia.

Quanto aos associados que moram em lotes oriundos de posse urbana, constatamos que todos os seis estavam há mais de dois anos no mesmo local.

Grande parte dos associados (62,6%), morava em casas de até quatro cômodos, mas a maioria (69,6%) almejava construir uma casa maior, com quatro cômodos ou mais, para garantir melhor conforto para a família.

Para caracterizar as condições de moradia, relativas às questões sanitárias, os inscritos foram argüidos quanto ao tipo de infra-estrutura existente em suas residências e constatou-se que 66,7% das moradias eram abastecidas por água tratada; entretanto, 33,3% utilizavam água de cisterna.

A assistente social, que coordenava o serviço social da Procom, relatou que um funcionário da UFG, em 1986, foi denunciado por um vizinho à Secretaria de Vigilância Sanitária pois não tinha fossa, e o esgotamento sanitário de sua residência era a *céu aberto*. Esse funcionário foi intimado a tomar providências imediatas, o que ocorreu com a assessoria da assistente social da Procom.

Parte dos funcionários que respondeu os questionário morava em locais providos de infra-estrutura urbana; 66,7% dos inscritos recebiam água tratada em suas residências e uma porcentagem menor (55%), tinha o esgotamento sanitário. Entretanto, todos tinham energia elétrica em suas moradias.

Outro dado relevante, ao analisar a situação de moradia, é o meio de transporte utilizado pelo inscrito para um programa de moradia. No período em que foi realizada a pesquisa, nenhum funcionário declarou ter carro próprio, e os únicos veículos mencionados foram bicicleta e moto. Assim, 69,0% dos associados utilizavam o transporte coletivo; 10,5% iam para o trabalho de bicicleta e 10% andavam a pé. Apenas 4,1% declararam utilizar a moto como meio de transporte.

Dentre os 118 inscritos, que utilizavam o ônibus como meio de transporte, a maioria, isto é, 65,8% realizava quatro viagens de ônibus por dia para poderem trabalhar, o que confirma a informação recebida nas entrevistas, de que grande parte dos associados do PMM reside longe do local de trabalho. A tabela 14 apresenta os meios de transporte mais utilizados pelos associados.

TABELA 14
Meios de transportes utilizados pelos associados

TRANSPORTE UTILIZADO	FREQÜÊNCIA	PORCENTAGEM
Ônibus	118	69,01
Bicicleta	18	10,53
Moto	07	4,09
Não utilizam transporte	17	9,94
Não respondeu	11	6,43
TOTAL	171	100,00

Fonte: UFG, 1988.

Como visto, a maioria declarou utilizar como meio de transporte o ônibus. Aqueles que não utilizam meio de transporte, moram nas imediações do local de trabalho, daí a importância de terem escolhido uma área nas proximidades do local de trabalho.

Segundo um associado do PMM, que morava no Parque Ateneu, e trabalha no Campus II, a distância era grande e o uso constante do transporte coletivo, sempre cheio e demorado, o deixava nervoso e muitas vezes descontrolado:

Eu não tava agüentando mais lá [Parque Ateneu], eu chegava dentro do ônibus e... eu... dava 'estrimilique' em mim, uma raiva tão grande que se os outros encostarem em mim eu brigava com os outros... (Entrevista 6)

A qualidade de vida e a melhoria das condições de moradia passam, também, pela mobilidade do trabalhador em busca de atender suas necessidades e acesso ao local de trabalho.

Residencial Nossa Morada

Em alguns momentos, percebe-se, pelas entrevistas, que o PMM confunde-se com o Residencial Nossa Morada¹⁵, um loteamento destinado à construção de moradias populares em regime de mutirão, pelos associados do Programa de Melhoria da Moradia, porque esse é o primeiro e único empreendimento de grande alcance do programa, até o momento.

Em 1987, os associados adquiriram a área de seis glebas da Fazenda Planície (escriturada em 23 de março de 1988), antiga Fazenda Retiro. A parte adquirida pelo programa corresponde às glebas 25, 26, 27, 28, 29 e 30, totalizando 128.749,86 m². O preço de cada gleba foi Cz\$ 83.333,33, e o total da área, que corresponde a 128.749,86 m², custou Cz\$ 500.000,00, pagos em cinco parcelas. Além do valor do terreno, tiveram despesas com a demarcação da área e com a escritura. O valor do salário mínimo, em maio de 1988, segundo o Decreto nº 95 987/88, era Cr\$ 8.712,00, o que significa que o valor total da área correspondeu a 57,39 salários mínimos. Dividindo esse valor pelo número de lotes resultantes do parcelamento realizado posteriormente, chega-se a um custo equivalente a 30% do salário mínimo.

Conforme as atas de reunião do programa, a proposta para 1988 era a elaboração do projeto urbano, aprovação e implementação do loteamento, elaboração do projeto habitacional, implantação do canteiro de obras, construção das oficinas, construção do protótipo, construção do centro comunitário, implementação do pomar e da horta, implementação da infra-estrutura e, finalmente, a construção de habitações. Gradualmente as propostas foram se concretizando.

As reuniões semanais sempre tinham um caráter decisório e reafirmavam o compromisso com o coletivo, com o exercício de cidadania e com a possibilidade real de conquistar um espaço para morar. A preocupação do grupo era de que a participação não se desse apenas no campo financeiro, mas

15 Ver anexo 7.

também que todos compartilhassem do sonho coletivo de construir um novo espaço de morar.

Travaram-se longas discussões sobre o parcelamento do solo, a distribuição do espaço público, a dimensão dos lotes e o destino a ser dado à mata existente na área adquirida. Inicialmente, as discussões eram intercaladas com visitas ao Instituto de Planejamento Municipal da Prefeitura de Goiânia (Iplan) e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), nos quais buscavam informações sobre a melhor forma de fazer a urbanização de acordo com as normas preestabelecidas por aquelas instituições.

A preservação da mata¹⁶ deve-se à preocupação com a qualidade de vida do coletivo, que também se manifesta no indivíduo. O grupo viabilizou recursos financeiros para adquirir a área, incluindo a mata, cujo valor financeiro foi pago por todos participantes.

Na reunião de 16 de março de 1988, os associados aprovaram a planta da casa, que já estava em discussão há algum tempo, e que fora projetada pela arquiteta do ETA da UFG para atender às expectativas dos futuros moradores.

Assim, iniciaram as atividades com a compra do material básico. Logo no início do processo de construção das casas, um associado, decidiu ir morar no Residencial Nossa Morada em uma barraca; a assistente social ponderou, as dificuldades que teria, mas mesmo assim a família acabou mudando-se para o local desejado: "O nosso Programa tá indo, eu quero ir pra lá. [...] Eu tenho uma barraca minha de *camping*, e eu quero ir pra lá. Montei a minha barraca [...] fui o primeiro" (Entrevista 6). Somente dois anos depois, conseguiu mudar-se para sua casa. A esposa desse morador declarou que o sofrimento foi muito grande e passava o dia todo com as crianças em baixo da lona, enquanto o marido ia trabalhar.

Em 1990, a quadra J, com vinte lotes, estava pronta e habitada. As casas são entregues aos moradores sem acabamento, a ser feito pelo próprio morador que, muitas vezes, conta com a ajuda do grupo, no tocante à mão-de-obra.

16 Ver anexo 8.

Além das atividades práticas de construção da moradia, os associados procuram ampliar seus conhecimentos com troca de experiências e assessoria de entidades ligadas a movimentos populares, tais como, Instituto Brasil Central (Ibrace); Instituto de Formação e Assessoria Sindical (Ifas); Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros (Fegipe); Conselho Consultivo de Associação de Bairros (CCAB); Movimento de Mulheres e Movimento de Moradia Estudantil. Essa articulação dava-se através do Programa Nacional de Moradia. Realizaram ainda:

- visita a Piracicaba, SP para conhecimento do Programa de moradia popular e fábrica de tijolos de solo cimento, no Jardim Boa Esperança [este último na cidade de Goiânia, GO];
- participação no II Encontro Nacional dos Movimentos de Luta pela Moradia com coleta de assinaturas para o Projeto de Criação do Fundo Nacional [da moradia], e participação na caravana a Brasília para a entrega das propostas de projeto e das citadas assinaturas. (UFG, 1991: 86)

Em 1992, o Programa contava com um total de 102 famílias associadas, cinquenta das quais apresentavam uma participação permanente nos mutirões, e, dentre essas, 19 já eram moradoras. As demais apresentavam-se em atividades esporádicas. Houve um descontentamento dos associados, em relação à iniciativa de se colocar a laje da cobertura seguindo a inclinação do telhado. Essa proposta, aprovada inicialmente para diminuir o custo da construção, passou a ser rejeitada.

A casa com laje inclinada constitui elemento desmobilizador e as famílias não moradoras resistiam à nova proposta de cobertura e explicavam o não-engajamento no trabalho por acharem que esse tipo de laje não dava segurança à construção (UFG, 1992: 98)

Para baratear o custo com o madeiramento do telhado, o projeto original previa que a laje fosse construída segundo a inclinação necessária para a colocação das telhas. Inicialmente, todos aceitaram, mas depois alguns começaram a apresentar insatisfação, gerando descontentamento em parte do grupo. O projeto foi revisto e passaram a fazer as lajes horizontais, conforme o desejo da maioria dos associados.

Quando a UFG forneceu alguns pedreiros, com a intenção de agilizar o processo construtivo, provocou efeito contrário; a participação dos associados reduziu-se e aqueles que já estavam morando no Residencial deram prioridade ao acabamento de suas próprias casas, em detrimento da participação na

continuidade do trabalho da construção coletiva¹⁷. A decisão dos associados, conforme consta em atas de reuniões, visando garantir a união do grupo, foi interromper o trabalho dos pedreiros da UFG e convocar os associados para o trabalho coletivo. O resultado foi positivo e o trabalho teve prosseguimento.

Outros fatores que contribuíram ainda para o fortalecimento do trabalho foram: a atuação dos estagiários de História [UFG] e Serviço Social [UCG] junto às crianças e adolescentes¹⁸; a inauguração do Conjunto Morada do Bosque (INCRA) [ao lado do Residencial Nossa Morada] que abre a perspectiva da chegada de infra-estrutura e a implantação da parte da rede elétrica [...]. (UFG, 1992: 99)

O projeto desenvolve-se com a presença constante do conflito entre o coletivo e o individual. Tanto nos documentos examinados, como nos relatórios e entrevistas, percebe-se a preocupação do grupo com o coletivo. Nas atas das assembléias, os associados expõem suas dificuldades de moradia e o grupo tenta solucionar. Há também duas casas do programa que servem de abrigo temporário para as famílias mais necessitadas que não podem pagar aluguel, enquanto sua moradia é construída no coletivo. A solidariedade entre os associados, presente em todo o processo, é permeada pelos interesses individuais, em que a vontade de receber a casa mais rápido e com melhor acabamento faz com que determinados mutirantes passem a investir mais em suas moradias, esquecendo-se do coletivo. Daí, a necessidade de um trabalho sócio-educativo constante para que se aflore a consciência coletiva de participação.

A postura individualista e oportunista [sic] estão bastante presentes no grupo, esquecendo que para edificar a primeira quadra foram empregados recursos de pessoas que ainda não tinham casa no Conjunto¹⁹. Negam, ainda, o ressarcimento dos recursos públicos colocados a partir da contribuição da

17 "Las fases de formación de la identidad colectiva registran la intensificación de la participación y la creciente disponibilidad hacia la militancia. Sin embargo, una vez alcanzado el objetivo del reconocimiento de la identidad, cuando los objetivos subsiguientes pueden conseguirse a través de la negociación, la participación tiende a caer" (Pizzomo, 1994: 142).

18 O trabalho desenvolvido pela estagiária do curso de História da Universidade Federal de Goiás, consistiu em reunir um grupo de crianças e adolescentes, filhos dos mutirantes, e fazer um resgate da história do programa, na tentativa de compreender a trajetória que aquele grupo vinha percorrendo. As estagiárias de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás realizaram um acompanhamento das atividades desenvolvidas pela crianças. Nesse momento, crianças e adolescentes reuniam-se para fazer teatro, e as estagiárias davam um caráter educativo às dramatizações.

19 Durante as entrevista, percebemos que ora, os participantes usam a denominação de conjunto, ora de residencial, ao se referirem ao Residencial Nossa Morada. Nós descobrimos que, inicialmente, era desejo de todos que o nome fosse Conjunto Nossa Morada, mas de acordo com legislação de uso do solo, o termo conjunto só pode ser empregado quando as casas estão aptas a serem habitadas simultaneamente. No caso deste programa, as construções são entregues parceladamente.

Universidade e parte dos moradores rompe com o princípio da solidariedade negando contribuir financeiramente para o fortalecimento do projeto e participar das atividades de edificação da segunda e terceira quadra. Mesmo tendo participação no projeto desde sua criação, delega[m] [os associados acima mencionados] ao Serviço Social a competência de dar respostas, não assumindo como sujeitos do processo. (UFG, 1993: 97)

A conjuntura política e econômica sempre exerceu uma influência direta sobre a organização dos funcionários. O início do Programa foi marcado pelo processo de abertura política, caracterizada, dentre outras, pela reorganização partidária, ressurgimento dos movimentos sindicais, luta pela anistia dos exilados políticos, liberdade da imprensa etc. No caso específico da UFG, realizava-se a eleição direta para Reitor em 1985 como parte de um processo de mobilização popular em todo o país; transcorria as lutas e conquistas dos funcionários públicos federais pela isonomia entre os servidores das autarquias e das fundações (Decreto nº 94.664 em 1987) e pela regulamentação do regime Jurídico Único (Lei nº 8.112, aprovada e promulgada em 11 de dezembro de 1990); a reestruturação da Coordenação de Serviço Social da Procom, com base em uma visão crítica e educativa. Por outro lado, defrontavam-se os funcionários, com a impossibilidade de conquistarem o direito à moradia por intermédio da Cohab, extinta pelo governo estadual. Esses acontecimentos foram favoráveis à união dos funcionários em torno de um propósito comum.

O trabalho desenvolvido no Residencial Nossa Morada, segundo o relato dos primeiros associados, foi árduo. Os participantes compraram uma área virgem com uma densa vegetação nativa – árvores do cerrado. Com a orientação do Ibama, deram início à limpeza da área, o que exigiu bastante tempo até que chegassem a um acordo sobre a melhor forma de executar a tarefa.

No decorrer desta pesquisa, sedimentou-se o termo *construção do espaço de morar* e a cada momento somos surpreendidos com aspectos diferentes da construção que envolvem tanto o espaço físico, a casa, como também o espaço social e político, construído nas relações estabelecidas pelo grupo.

O esforço dos associados para construir o espaço de moradia converteu-se, segundo as entrevistas, em barateamento do terreno e, posteriormente, da casa.

Para exemplificar melhor, no loteamento Atalaia o preço médio do lote [em 1999] é por volta de R\$ 7000,00 enquanto no programa de melhoria da moradia o preço do lote é de R\$ 860,00. A área do lote no Atalaia é de 250 m² contra 300 m² do conjunto Nossa Morada. Conclui-se que ali, no Atalaia, predomina a especulação consentida o que não ocorre no conjunto Nossa Morada. O segundo resultado importante diz respeito à capacidade de poupança para o fundo financeiro do programa de melhoria da moradia sem o conseqüente comprometimento do orçamento familiar. Desconta-se até 25% do salário base do participante; se [o inscrito] paga aluguel, este valor desce para 15%. (Depoimento 2)

Essa observação consta de um projeto de pesquisa desenvolvido por um dos associados do PMM, e mostra com clareza a redução de custos que o grupo conseguiu com relação ao terreno. Segundo depoimentos dos próprios moradores, a construção do embrião da casa, com 75m², foi calculada em aproximadamente em R\$ 3.000,00, tendo como referência os custos de 1997. Assim o custo das casas do PMM foi de R\$ 40,00 o metro quadrado.

Como esclarecimento, pesquisamos o custo referente à construção de algumas moradias populares construídas em Goiânia, na década de 90, pela Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia (tabela 5). O custo das moradias construídas por empreiteira, para reassentar as famílias oriundas da área de posse denominada Morro do Aranha, foi de R\$ 141,00 o metro quadrado. As casas destinadas ao reassentamento das famílias ocupantes da Ciclovía, construídas em regime de ajuda mútua, apresentaram um custo de R\$ 91,00 o metro quadrado. E, as casas construídas pela Cooperativa de Habitação Popular de Goiânia, em parceria com a Prefeitura Municipal, tiveram um custo R\$ 90,00 o metro quadrado.

TABELA 15

Comparação dos custos de algumas moradias populares

PROJETO	ÁREA CONSTRUÍDA	CUSTO DA CONSTRUÇÃO/ R\$	CUSTO POR M2
RESIDENCIAL NOSSA MORADA –PMM (autoconstrução) (moradores do conjunto, 1997)	75,00	3.000,00	40,00
COHPOG (autoconstrução) (COMOB, 1997)	54,01	4.835,39	90,00
CICLOVIA (autoconstrução) (COMOB, 1997)	26,32	2.400,00	91,00
MORRO DO ARANHA/CÓRREGO CAPIM PUBA (empreiteira) (COMOB, 1997)	26,32	3.700,00	141,00

Fonte: Goiânia, 1997

No caso dos projetos de construção de moradias populares, em regime de ajuda mútua, os cálculos foram feitos levando-se em conta gastos referentes a material, mão-de-obra, tempo gasto etc. As casas em questão são construídas em alvenaria convencional (tijolo, cimento etc.), com instalação elétrica e hidráulica e são ocupadas pelas famílias, sem o acabamento final, isto é, sem piso, sem pintura, sem forro etc. Nos programas promovidos pela Prefeitura Municipal de Goiânia, nos projetos de autoconstrução, o custo da moradia refere-se ao material, já no projeto Morro do Aranha/ Córrego Capim Puba, o custo inclui também a mão-de-obra.

A força de trabalho e o tempo gasto no processo produtivo não foram transformados em valor monetário por tratar-se, para alguns, de um trabalho institucional; para outros, de uma forma alternativa de construção permeada por categorias como educação, prática política e exercício de cidadania, em que a qualidade do trabalho passa a ter uma relevância maior do que a própria quantidade, mensurada em tempo.

Em geral, o valor, traduzido em salário, que grande parte dos trabalhadores recebe pela venda de sua força de trabalho, não foi suficiente, durante anos de trabalho, para garantir uma moradia satisfatória – quer seja de aluguel, ou casa própria.

Assim, no preço da casa que construíram, está embutido o custo da força de trabalho, compreendida no tempo despendido, que não foi quantificado, porque o tempo gasto foi singular, isto é, específico nesse tipo de construção, se comparado com o tempo real gasto pelos profissionais da área da construção civil, e, ainda, a Universidade participou com uma cota em dinheiro e com uma equipe técnica.

Nesse processo de construção coletiva em regime de ajuda mútua, os participantes vão fortalecendo o compromisso com os companheiros que participam do processo construtivo, e constroem a idéia coletiva de que a casa não deve ser vendida²⁰. No processo de construção de moradias em regime de

20 Realizamos um estudo comparativo entre dois projetos, Ciclovía e Morro do Aranha/Capim Puba. Como foi visto anteriormente, no primeiro caso, a moradia foi conquistada mediante um projeto de autoconstrução, e, no segundo, as famílias receberam as casas prontas como forma de indenização por terem deixado a antiga moradia. As 54 famílias da Ciclovía mudaram-se para as suas casas em outubro de 1996 e as famílias do Morro do Aranha/Capim Puba em novembro do mesmo ano. Após um levantamento que realizamos como funcionária da Comob, na área de

ajuda mútua, acompanhado de um trabalho sócio-educativo pode despertar a consciência de que a moradia deve ser preservada. A intenção de que a casa não deve ser comercializada é expressa pelos associados em reuniões; entretanto, não há registro nos documentos analisados sobre essa posição.

Depois do término das pesquisas de campo, já no ano de 2000, ocorreu a venda de uma casa no Residencial Nossa Morada. Trata-se de uma situação para a qual nem a Procom, como instituição, nem as assistentes sociais ou os associados em geral, estavam preparados. Não foi possível evitar a venda, pois mesmo sem escrituras individuais, não há legislação ou regulamento no qual o PMM pudesse se apoiar para coibir esse tipo de comercialização. A proibição da venda poderia ser considerada uma arbitrariedade, transformando-se em um caso jurídico. Depois de muita discussão e tentativas de convencer os envolvidos a não efetuarem a transação comercial, a Procom acatou essa negociação, mediante determinada condição.

Por ser um programa institucional e receber investimento financeiro da UFG, a alternativa encontrada foi que o associado restituísse ao programa todos os investimentos financeiros feitos pela UFG, para que pudesse dispor do *direito de posse* da casa. No caso, o associado vendeu a casa, ainda inacabada, por R\$ 10.500,00, dos quais restituiu R\$ 2.507,00 ao PMM.

A venda da casa leva a uma reflexão, pois, nesse programa, de acordo com as entrevistas realizadas com os associados e com as atas das reuniões, a casa apresenta um valor de uso social, uma vez que o produto final é apropriado pelas próprias famílias que contribuíram com a força de trabalho; ainda, a apropriação é coletiva, pois, apesar de cada um receber sua casa, ela é sorteada, e o associado recebe uma casa construída coletivamente, em uma área coletiva, pois a escritura está em nome do programa.

Entretanto, em uma sociedade norteadada pelas leis do mercado, em que prevalece a livre negociação, essa interpretação mostra-se equivocada. Diante das circunstâncias, o associado pode apresentar a intenção de negociar sua casa

assentamento, constatamos que oito meses após a ocupação das casas, na Ciclovía não havia caso de vendas, isto é, todos os participantes do projeto continuavam morando em suas casas. No caso do Morro do Aranha/Capim Puba foram identificados 56 (cinquenta e seis) casos de irregularidades (vendas, trocas, aluguéis etc.) que representam 12,5% do total das 448 casas (Goiânia, 1997).

para mudar-se de cidade ou de bairro. Como resolver essa situação, a não ser do modo como ocorreu realmente?

De acordo com a Planta do Residencial Nossa Morada, cujo loteamento foi aprovado pelo lplan em 27 de julho de 1998²¹, está assim definido: 58.718,78 m², o correspondente a 45,607% do total da área de 128.749,36 m², foi parcelado em 190 lotes residenciais. O restante corresponde às Áreas Públicas Municipais (APM). Segundo os dados coletados, a porcentagem de áreas públicas (APM) chega a 54%, e o parcelamento foi considerado satisfatório pelos participantes. Apesar de reduzir para menos de 46% a área destinada aos lotes residenciais, isto garante às famílias melhoria significativa nas condições de vida e a forma alternativa de construção representa, ainda, um canal de mobilização e participação popular, instrumentos imprescindíveis para o exercício da cidadania.

Os associados, além de justificarem a melhoria na qualidade de vida alegando que a casa construída no Residencial Nossa Morada é maior e melhor do que a casa em que moravam anteriormente e que o local fica nas proximidades do Campus II da UFG, em que trabalham, ainda manifestaram o prazer que sentem em morar perto da mata e poderem conviver em um espaço amplo, com muitas áreas de uso coletivo.

A título de comparação, pesquisamos os loteamentos circunvizinhos e constatamos que o parcelamento denominado Morada dos Sonhos apresenta 87,15% de áreas particulares, o Residencial dos Ipês, 83,1% e o Village Itatiaia 57,9%. Pode-se verificar a utilização do espaço pela tabela 16:

21 Ver anexo 9.

TABELA 16

Parcelamento do solo do Residencial Nossa Morada

ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - APM					
DESTINAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ÁREA		PORCENTAGEM	
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
LAZER, RECREAÇÃO E ESPAÇOS INSTITUCIONAIS	APM 1 - ÁREA VERDE	307,49 m ²	36.692,59 m ²	0,267%	27,723%
	APM 2 - ÁREA VERDE	595,67 m ²		0,463%	
	APM 3 - ÁREA VERDE	216,52 m ²		0,186%	
	APM 4 - ÁREA VERDE	253,58 m ²		0,197%	
	APM 5 - ÁREA VERDE	534,09 m ²		0,415%	
	APM 6 - ÁREA VERDE	532,24 m ²		0,413%	
	APM 7 - ÁREA VERDE	472,93 m ²		0,367%	
	APM 8 - POSTO POLICIAL	643,90 m ²		0,500%	
	APM 9 - CRECHE	3.334,30 m ²		2,590%	
	APM 10 - PARQUE MUNICIPAL *	26.307,55 m ²		20,433%	
	APM 11 - ÁREA VERDE	611,00 m ²		0,475%	
	APM 12 - PARQUE INFANTIL	731,15 m ²		0,568%	
	APM 13 - ÁREA VERDE	698,67 m ²		0,536%	
	APM 14 - ÁREA VERDE	462,50 m ²		0,359%	
SISTEMA VIÁRIO	VIAS E CANALIZAÇÃO DE TRÁFEGOS	34.338,49 m ²	34.338,49 m ²	26,671%	26,671%
* O Parque Municipal - APM 10 corresponde à Mata que foi preservada e registrada no IBAMA.					
ÁREAS DESTINADAS A LOTES RESIDENCIAIS					
DESTINAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ÁREA		PORCENTAGEM	
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
LOTES	190 LOTES RESIDENCIAIS	58.718,78 m ²	58.718,78 m ²	45,607%	45,607%

Fonte: UFG, 1998.

Ao compararmos o parcelamento da área destinada ao Residencial Nossa Morada com alguns bairros circunvizinhos, concluímos que o residencial

em estudo apresenta uma área pública proporcionalmente maior, podendo favorecer melhor qualidade de vida aos moradores da região.

Perfil sócio-econômico dos moradores do Residencial Nossa Morada

Até o ano de 1999, o Residencial Nossa Morada tinha em torno de sessenta moradores. Já em meados do ano 2000, havia setenta moradores e 23 casas em construção²². A participação dos associados tem intensificado-se tanto em quantidade como em qualidade, pois hoje eles possuem uma experiência maior do que no início do programa.

Fizemos um levantamento e preenchimento de questionários com 42 moradores do Residencial Nossa Morada, no período de agosto a outubro do ano de 1999. Constatamos que a maioria dos moradores do Residencial Nossa Morada apresentam idade de 36 a 45 anos completos (tabela 17).

TABELA 17

Idade dos moradores do Residencial Nossa Morada em 1999

IDADE	FREQÜÊNCIA	PORCENTAGEM
Até 25 anos	1	2,38
De 26 a 35 anos	5	11,90
De 36 a 45 anos	22	52,39
De 46 a 55 anos	12	28,57
De 56 ou mais anos	2	4,76
Não respondeu	0	00,00
TOTAL	42	100,00

Fonte: Primária, pesquisa realizada em dezembro de 1999.

Quanto ao grau de escolaridade, a maioria dos moradores (57,14%) não chegou a cursar o ensino médio, informação significativa se consideramos

²² Ver anexo 10.

que a maioria dos funcionários têm mais de 35 anos e estão na UFG há mais de 15 anos (tabela 18).

TABELA 18

Grau de escolaridade dos moradores do Residencial Nossa Morada em 1999

NÍVEL DE ESCOLARIDADE		FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM	
Fundamental	Primeira Fase	Incompleta	19	45,24
		Completa	5	11,90
	Segunda Fase	Incompleta	4	9,53
		Completa	2	4,76
Médio	Incompleto	2	4,76	
	Completo	3	7,14	
Superior	Incompleto	3	7,14	
	Completo	0	00,00	
Não respondeu		4	9,53	
TOTAL		42	100,00	

Fonte: Primária, pesquisa realizada em dezembro de 1999.

Os funcionários da UFG, associados do PMM, tiveram um significativo aumento de seus rendimentos, possibilitando maior investimento na qualidade da moradia, observada, em nossa visita ao Residencial Nossa Morada. Grande parte dos moradores já havia realizado reformas em suas casas, tanto na ampliação do espaço como no acabamento.

TABELA 19

Rendimento mensal dos moradores Residencial Nossa Morada em 1999

RENDIMENTO MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
De 1 a 3 salários mínimos	0	00,00
De 3,1 a 5 salários mínimos	2	4,76
De 5,1 a 7 salários mínimos	4	9,53
De 7,1 a 9 salários mínimos	19	45,24
De 9,1 a 11 salários mínimos	6	14,29
Não respondeu	11	26,18
TOTAL	42	100,00

Fonte: Primária, pesquisa realizada em dezembro de 1999.

A tabela 19 mostra que, atualmente, a maioria dos moradores (85,81%) apresenta rendimento acima de sete salários mínimos, ao passo que em uma pesquisa realizada em 1989 constatou que 83% de 198 associados recebiam, por mês, até oito salários mínimos e meio (UFG, 1989).

Quanto ao número de habitantes em cada edificação, constatamos que 57,15% das casas abrigam de três a quatro pessoas e 33,3%, de cinco a seis moradores. As famílias, em sua maioria (64,3%) são compostas por, no máximo, quatro integrantes. Entretanto, um número significativo, que corresponde a 35,7% de famílias apresentam sete ou mais pessoas, incluindo-se os responsáveis, os filhos e parentes que moram com a família.

O trabalho sócio-educativo

A coordenadora do serviço social da Procom procurava desenvolver um trabalho norteado por uma proposta de planejamento participativo. Ela coordenava, tentando manter o grupo sempre coeso e à frente das decisões. Não havia propostas prontas e acabadas, o Programa desenvolvia-se de acordo com as necessidades que surgiam e o caminho construía-se na própria caminhada.

Os participantes do grupo aprendiam a aprender, a discutir, a tomar decisões, a lutar pelo que queriam e acreditavam; tomavam consciência de que havia um desejo coletivo permeado de desejos individuais e uma realidade coletiva constituída de singularidades. As reuniões, assembléias e festas realizam-se em um galpão de uso coletivo, construído pelo grupo em regime de mutirão²³.

Antes da instituição do PMM, um grupo de funcionários da UFG organizava-se para garantir a melhoria da moradia de alguns colegas de trabalho. Nesse momento, além de construírem uma casa, ajudaram a concluir a construção de quatro moradias. Todos os trabalhos foram levados a termo com êxito, em regime de ajuda mútua.

As atividades – reuniões, fabricação de tijolos, curso de formação política oferecido pelo Ibrace, jogos de futebol etc. – mantinham o grupo

23 Ver anexo 11.

organizado, contribuindo para o fortalecimento da consciência coletiva e da constante busca de melhoria na qualidade de vida. As reuniões eram consideradas aulas, em que todos aprendiam e todos ensinavam. Nessa trajetória, além do exercício de solidariedade e participação política-organizativa, há, ainda, o resgate da dimensão que é dada pelo trabalho como realização, construção e integração dos mutirantes. Na filosofia marxista, a verdadeira essência do homem está no trabalho, mediante determinadas condições.

A transformação da natureza, que é feita pelo trabalho, parte da necessidade da sobrevivência do homem como indivíduo e como coletivo, não sendo, portanto, uma consciência antecipada, mas uma intenção que parte de uma construção histórica. A construção da consciência é processual, o animal adapta-se à natureza, incorpora-se e muda com ela. O homem transforma a natureza, dominando-a, deixa de ser animal e constitui-se desenvolvendo a consciência.

Assim como o trabalho atende a uma necessidade real de sobrevivência da espécie humana, a divisão social do trabalho surge com base na contradição entre interesses individuais e coletivos, e a alienação é inerente ao processo de divisão social do trabalho.

Na construção coletiva das moradias, o trabalho pode ser simultaneamente espoliativo e/ou criativo. Entretanto, essas características, aparecem em um *continuum*, de tal forma que a contradição está presente; ao mesmo tempo que essa prática favorece o mutirante, pode ainda, contribuir para a manutenção da estrutura social.

O trabalho é espoliativo, pois diminui o custo da reprodução da força de trabalho, uma vez que essa reprodução consiste na garantia da alimentação, moradia, saúde, transporte etc. O trabalhador, na busca de uma alternativa para morar a um custo mais baixo, em princípio, necessita de um salário menor. Por outro lado, pode ser criativo, idealizador, quando se expressa na construção das propostas para o planejamento da construção e encaminhamentos pertinentes ao processo. O exercício de solidariedade suscitava uma reflexão entre os funcionários da UFG sobre o problema de moradia, que grande parte enfrentava. Dessas reflexões, surgiram propostas de organizarem-se e gerarem um programa que ao mesmo tempo pudesse ser um instrumento de construção de moradias e

um espaço político-educativo. Visto por esse prisma, indaga-se: a autoconstrução coletiva pode apresentar-se como uma alternativa do mandatário e, ao mesmo tempo, uma estratégia institucional com fins educativos?

Estimulados a dar prosseguimento ao trabalho, os participantes estudam a melhor e mais econômica forma de construção: solo cimento²⁴, placas pré-moldadas, tijolo furado etc.

De acordo com documentos estudados e depoimentos de pessoas envolvidas, o programa visa garantir a organização social e construir um espaço de morar permeado pela cooperação e solidariedade.

Art. 3º – São princípios fundamentais do Programa:

- a) Criar condições para que seus associados, como cidadãos, exerçam o direito de morar, construindo ou melhorando sua casa, através do sistema mutirão;
- b) Viabilizar a participação de seus associados e familiares visando despertar e fortalecer o espírito de solidariedade e colaboração recíproca;
- c) Buscar assegurar o direito de morar o melhor e o mais barato possível;
- d) Respeitar as ações coletivas e a construção da justiça social;
- e) Construir relações democráticas e fraternas. (UFG, 1992)

Para garantir o trabalho educativo e a formação política dos participantes, os associados decidiram em assembléia que não é permitido o trabalho remunerado. Apenas em alguns momentos o Programam conta com a mão-de-obra de alguns profissionais fornecidos pela UFG, na perspectiva de que

educação é, antes de tudo, formação da consciência, aquisição de conhecimento do real, aquisição essa que se faz em sociedade. Os homens educam-se, adquirem consciência, na relação que estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida. (Loureiro, 1988: 20)

Nessa perspectiva, o Programa representa um processo educativo de construção da cidadania, um exercício de pensar, planejar, tomar decisões e trabalhar para que o planejado se concretize. A moradia é parte desse processo, um fim e um meio, pelos quais se estabelece uma organização solidária, sendo possível lutar por condições dignas de vida. As decisões sobre compra e venda de materiais e manutenção do patrimônio estão sujeitas à decisão coletiva (art. 19º do Estatuto do PMM da UFG):

O patrimônio do grupo é de todos, porém toda e qualquer decisão sobre vendas, compras, partilha e similares deverá obedecer aos critérios retirados em assembléia devendo, para tanto, resguardar os objetivos originais do Programa. (UFG, 1987)

Desde o início, o Programa foi rico em idéias e ações; as reuniões eram semanais e as discussões sempre iam além das necessidades de moradia. Discutia-se sobre relações de trabalho e dificuldades financeiras, e, por exemplo, questões individualizadas passavam a ser responsabilidade de todos, como aluguel e falta de lugar para morar, e o grupo, unido, caminhava em busca de soluções.

Conforme declaração da coordenadora do serviço social da Procom, inicialmente, as pessoas tinham dificuldade em dar opiniões, sentiam-se constrangidas diante dos técnicos da Universidade, mas com o tempo foram libertando-se, passaram a contribuir com sugestões e defender suas posições. Foi um processo de aprendizagem. Os funcionários do nível de apoio passaram a transitar por todas as dependências da UFG expondo suas idéias, falando do Programa, solicitando a participação dos demais funcionários.

Uma das pessoas entrevistadas, diante da pergunta: "Com o Programa Melhoria da Moradia sua expectativa se cumpriu?", imediatamente, o entrevistado respondeu "não" e, em seguida, explicou que, ao conquistar a moradia, desenvolveu novas expectativas, deixando claro que sua intenção é dar continuidade à busca de melhores condições de vida. Para isso, o entrevistado, no início dos anos 90, passou a participar do sindicato de sua categoria, Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás (SINT-UFG), como um instrumento de reivindicação para conquistar a melhoria das condições de trabalho. Compreende-se que o "não", dito pelo entrevistado, mostra que as necessidades reconstroem-se a cada momento.

O entrevistado manifestou que seus compromissos e expectativas eram maiores que suas carências imediatas. Descobriu que seu potencial é maior do que aquele que aprendeu a utilizar e que sua vontade e seus sonhos podem encontrar um terreno fértil para frutificarem.

Dentre outros projetos e programas de ajuda mútua desenvolvidos em Goiânia, o PMM difere dos demais: além de todos os associados serem funcionários públicos da UFG, é um programa de co-gestão, isto é, os associados participam ativamente na tomada de decisões. Em outros projetos desenvolvidos

em parceria com a prefeitura municipal ou com o governo estadual²⁵, há órgãos, entidades e instituições responsáveis pelo gerenciamento, seleção e manutenção do processo construtivo, enquanto o PMM é gerido pelos próprios sócios, desde as normas a serem seguidas, seleção do pessoal inscrito, compra da área, pesquisa e aquisição de materiais, até mesmo a procura de instituições que possam prestar ajuda em convênios com a UFG²⁶.

A participação do associado, no que diz respeito ao trabalho, é simbolizada por pontos atribuídos mediante os trabalhos prestados. As famílias que conseguem a ajuda de terceiros, isto é, quando levam parentes e amigos para trabalhar no mutirão, recebem maior pontuação e assim conquistam um lugar melhor na fila de espera. Quem trabalha mais, recebe a casa primeiro.

Após trabalhar a quantidade de horas exigidas, o associado fica livre para participar ou não dos mutirões. Em nossas visitas ao Residencial Nossa Morada, constatamos que alguns deles continuam participando das construções coletivas em solidariedade aos colegas, outros trabalham para melhorar o *acabamento* de suas próprias moradias.

Dentre os moradores que estão fazendo o *acabamento* das casas, há ainda uma interação, tanto pela ajuda mútua, como pelo pagamento do trabalho prestado. Por exemplo, para fazer *acabamento* ou reforma nas casas, concluída a fase do mutirão, o associado que recebeu a casa, contrata um colega, também associado, para prestar-lhe serviços na área de construção civil. Nesse caso, mesmo o trabalho sendo remunerado, há uma ajuda mútua, pois o valor cobrado é sempre abaixo do mercado e a pessoa que trabalha é funcionário da UFG e não

25 Nessa perspectiva, consideramos os projetos de autoconstrução coletiva desenvolvidos em Goiânia a partir de 1994: a) Projeto Renascer – em parceria com uma entidade alemã denominada Miserior (esta faz parte da Comunidade Econômica Européia com o objetivo de financiar projetos sociais em países em desenvolvimento), a Universidade Católica de Goiás (UCG) e movimentos da sociedade civil organizada, como a Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros. b) Projeto Habitat – desenvolvido entre a Comob e o Habitar para a Humanidade - EUA, que é uma organização Cristã, ecumênica, não-governamental, que trabalha junto às pessoas de baixa renda, as quais não conseguem adquirir moradias dignas para si e seus familiares, através de recursos próprios. Trata-se de um projeto de autoconstrução: a Prefeitura Municipal de Goiânia entra com o lote, a Comob gerencia o projeto e dispõe de técnicos na área social e na área de construção civil. As próprias famílias inscritas constroem suas casas de forma coletiva. c) Cicloviva – assentamento, realizado no Residencial Goiânia Viva, de 54 famílias que moravam às margens do Córrego Botafogo e estavam correndo risco de vida devido às constantes enchentes. As casas foram construídas em regime de autoconstrução promovido pela prefeitura Municipal de Goiânia em parceria com o governo estadual.

26 Convênio com SESI-SENAC que oferece cursos na área de construção civil, no próprio local das obras.

um profissional na área da construção civil. Provavelmente, esse colega não conseguiria desempenhar essa atividade informal no mercado de trabalho, visto que só pode trabalhar nos finais de semana.

Todas as decisões são tomadas em assembléias, que deliberam quanto às normas, critérios de participação, de entrega das casas, compra de materiais etc. As assembléias são abertas a todos os associados, que têm direito de opinar e de levantar propostas que poderão ser aprovadas, ou não, por maioria simples dos participantes, e ainda, elegerem a Coordenação do Projeto (Artigo 19º do Cap. VI do Estatuto do PMM):

Quanto aos deveres e direitos dos associados o Estatuto rege: "O patrimônio do grupo é de todos, porém toda e qualquer decisão sobre vendas, compras, partilha e similares deverá obedecer aos critérios retirados em assembléia devendo, para tanto, resguardar os objetivos originais do programa. (UFG, 1987).

Há uma Coordenação que se reúne regularmente para fazer os encaminhamentos necessários, planejar e organizar as ações juntamente com a Procom.²⁷

A organização dos participantes dá-se com base em um objetivo comum – a casa, e de interesses pessoais – morar dignamente com a família. Interesses particulares podem somar-se, gerando interesses coletivos, já que a sobrevivência do indivíduo está associada à sobrevivência do grupo. Existe no grupo a consciência e a preocupação com a constante contradição entre o público e o privado, entre o coletivo e o individual. Está registrado em diversos documentos e ainda é constante na fala da Assistente Social responsável pelo projeto que o individualismo e o oportunismo são categorias de análise que não podem ser desprezadas para melhor compreender as ações das pessoas envolvidas no PMM (UFG. PMM, s/d).

Para garantir as despesas provenientes da compra do terreno e de compras de materiais de construção, os associados autorizam um desconto em folha de pagamento, de acordo com a disponibilidade de cada um.

27 Coordenação de 1992: Edvar Rocha Alves (associado), Edson Borges de Araújo (associado), Edson Teles de Souza (associado), Adélia da Silva (associado), Josival Monteiro da Silva (associado), Natal José Eufrásio (associado), Omarí Ludovico Martins (Assistente Social da Procom). Em 1987, havia cinco coordenações: 1) Coordenação Geral, 2) Finanças, 3) Levantamento de Preços, 4) Limpeza do Terreno e Conservação da Mata, e 5) Construção.

O trabalho de construção de moradias em regime de mutirão é aberto a todos que atendam aos requisitos básicos, já mencionados e não há restrição quanto à idade, sexo e condições físicas. Assim, no canteiro de obras²⁸, encontram-se pessoas de todas as idades, desenvolvendo diferentes funções de acordo com a capacidade e disponibilidade de cada um. As mulheres fazem a comida, alguns cortam arame, outros fazem tijolos, preparam a laje, enfim, há trabalho para todos.

Ante essa realidade, perguntamos: realmente, esse processo construtivo é uma alternativa ao alcance de toda a população que necessita de moradia e apresenta baixo rendimento? Ou atende a um grupo específico de pessoas que têm preparo físico para empreender esse trabalho, e/ou têm persistência e estímulo que os levam a renunciar ao lazer, ao descanso e ao convívio familiar nos finais de semana? A construção de grande número de moradias em regime de mutirão restringe-se a pequenos grupos organizados e, em geral, com um apoio institucional. Usualmente o processo construtivo aparece de forma isolada, individualizada, como única alternativa para as famílias se abrigarem.

O canteiro de obras no Residencial Nossa Morada tem apresentado, ainda que não de modo exclusivo, um espaço de aprendizagem do processo construtivo e de participação política. As pessoas, além da experiência no PMM, viveram com maior ou menor intensidade alguns dos embates políticos postos pelo processo de transição política vigente no país – presenciaram o renascimento do movimento social fora e dentro da UFG. A par dessa experiência, o PMM revelou-se o espaço possível, e segundo os participantes, atende aos interesses e expectativas do grupo que permanece no processo de construção do espaço de morar.

No dia sete de maio de 1997²⁹, os associados do PMM fizeram uma grande festa para comemorar os dez anos de programa e nessa oportunidade prestaram homenagens às pessoas que participaram da fundação do programa.

Pelo estudo, nesse programa, constata-se que a integração dos participantes tem ocorrido por diferentes razões: a) *identidade político-ideológica*,

28 Ver anexo 13.

29 Ver anexo 14.

quando um grupo de pessoas se filia a uma mesma proposta de mudança na atual estrutura social e estende essa luta a outras instâncias, como sindicato, associação, ou mesmo partido político. b) *vínculo decorrente do ambiente de trabalho*, conforme declaração dos próprios associados. A amizade e o companheirismo que partilham entre si como colegas de trabalho, transpõem-se para o Residencial Nossa Morada. c) *sobrevivência e atendimento das necessidades imediatas*, e diante das dificuldades que enfrentam como a falta de políticas públicas e infra-estrutura, os moradores e demais participantes do programa unem-se em torno de propósitos comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Essa busca de passagem do particular, do limitado,
ao humano universal é próprio do ser social e é
sempre uma possibilidade que só o homem realiza.
Maria Carmelita Yazbek*

O decorrer da pesquisa revelou que o Programa Melhoria da Moradia apresenta diferentes conotações, que se diferenciam de acordo com o papel que desempenham os agentes frente a essa ação.

Alguns associados e coordenadores demonstram ter uma preocupação política e com o trabalho coletivo. Deixam transparecer que o programa constrói espaço político de consolidação da cidadania, um instrumento de mobilização e articulação para que esse segmento social conquiste paulatinamente condições mais satisfatórias de vida, e ainda, a construção de um espaço em que imperem a cooperação, com vista a transformação social.

Para muitos associados, no princípio, o programa representou um instrumento para atender à necessidade imediata de moradia, porém, após iniciarem o processo de discussão, ampliaram a dimensão inicial que davam ao programa e passaram a ter um discurso contraditório, e, em determinados momentos, enaltecem o coletivo e, em outros, deixam transparecer os interesses individuais e a preocupação com a sobrevivência.

Há, ainda, o objetivo do serviço social da Procom, co-responsável pela implementação do programa, que revela se tratar de um espaço em que imperam o trabalho sócio-educativo, a participação política e o redimensionamento das relações existentes.

Enquanto as pessoas fabricavam tijolos³⁰, levantavam paredes e misturavam cimento, formavam a consciência do *possível*, do *somos capazes*. E, se foram capazes de construir suas próprias moradias, desafiando seus limites orgânicos – o grupo é heterogêneo, composto por homens, mulheres, idosos e portadores de necessidades especiais – podem também ser agentes de

mudança, construindo as condições materiais de sua existência, assumindo a posição de sujeitos de sua história.

No seio das organizações populares, surgem lideranças, que a linguagem gramsciana (Gramsci, 1979) denomina intelectuais orgânicos, representantes legítimos que contribuem com as táticas e as estratégias das reivindicações e com o caráter político da organização. Em alguns casos, a cidadania organizada pode mitigar o domínio da classe dominante e do Estado e, muitas vezes, vencer alguns entraves provenientes da tecnocracia e da burocracia, mecanismos que podem contribuir para o distanciamento entre o Estado e a sociedade civil.

“Cada um contribui de acordo com sua capacidade e recebe de acordo com sua necessidade”. Essa frase, constante na fala dos participantes, revela o caráter do programa, com o objetivo de socializar a produção das moradias, bem como do produto desse trabalho. Esse processo, entretanto, é permeado pela contradição existente entre os interesses individuais e os interesses coletivos. A relação entre os participantes é, ao mesmo tempo, solidária e conflituosa.

Um acontecimento, que retrata bem esse conflito, foi quando alguns moradores se reuniram, dispostos a fazer um movimento para tirar do convívio do Residencial Nossa Morada uma das famílias, cujos membros apresentavam desvios de comportamento, agravados pelo alcoolismo. Enquanto se articulavam para fazer o abaixo-assinado, começaram a discutir sobre os objetivos do programa e sobre o direito da família que estava sendo questionada. Decidiram, então, que não deveriam excluir a família, mas sim tentar uma convivência mais amigável. Esse problema foi resolvido entre o moradores, sem a participação direta das assistentes sociais da Procom.

A mudança de comportamento e de atitude é revelada pelos próprios associados quando dizem que passaram a acreditar mais em si mesmos e deixam transparecer que apesar das dificuldades enfrentadas no tocante ao relacionamento com os colegas, o trabalho coletivo frutificou e hoje é uma realidade. Essas revelações tornam-se significativas quando as comparamos com discurso que aparece no senso comum. Em nossa trajetória com o trabalho

social, em outros programas, deparamos com pessoas que utilizam muito a expressão “não adianta”, “é sempre do mesmo jeito... entra e sai político e a vida da gente só piora...”, “nós não podemos fazer nada... os grandes é que têm que fazer alguma coisa...”, “Deus há de ajudar...”; enfim, utilizam uma gama de frases que expressam o descrédito com o seu próprio poder de decisão, em relação à sua autonomia e à sua capacidade de desenvolvimento individual e social. Há, ainda, uma forte tendência a atribuírem o atendimento de suas necessidades a entidades externas, sobrenaturais.

Entretanto, como já vimos, com o trabalho, o homem, não somente atende às suas necessidades individuais e sociais, como também se constrói como ser social. Com a necessidade de moradia, explícita na realidade concreta, as pessoas, integrantes do programa, buscam na tradição do mutirão, existente no meio rural, a prática coletiva de atender às necessidades individuais e familiares é a arquitetura possível para um determinado segmento social (Maricato, 1979).

A construção de moradias populares, sem a contratação de mão-de-obra especializada, está presente no cenário social como a alternativa possível para a população de baixa renda conquistar um espaço para morar. Essa forma de construção aparece, contudo, de diferentes formas: autoconstrução individual, mutirão, ajuda mútua etc. Para entender esse processo, fomos em busca dos agentes, realizamos entrevistas com participantes de vários programas de moradia em regime de autoconstrução. A alternativa de construir em regime de ajuda-mútua foi possível graças a um conjunto de circunstâncias, informações, participação em reuniões, troca de experiências e, sobretudo, muita persistência entre aqueles agentes sociais.

A relação entre as pessoas, em geral, desenvolve a iniciativa das famílias envolvidas, com o objetivo de criar condições de sobrevivência, mesmo quando as condições físicas e financeiras se apresentam desfavoráveis. Ainda, a organização das pessoas em torno de objetivos comuns pode ser um instrumento de reivindicação ao poder público, visando o atendimento de suas necessidades de sobrevivência e reprodução da força de trabalho.

Constatamos, com essa experiência, que a alternativa de solucionar o problema da falta de moradia, mediante a ajuda mútua em programas coletivos,

não é abrangente, isto é, atinge um grupo restrito de pessoas que apresenta determinada condição de organização e persistência para vencer os percalços. Esse tipo de trabalho não é fácil. Os mutirantes passam a desenvolver atividades que, até então, desconheciam. Trata-se de um trabalho árduo para aqueles que não têm tradição nesse tipo de atividade. Aqueles que persistem, falam do programa com entusiasmo, e demonstram que a construção do espaço de morar passa a ser um projeto de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

- AZEVEDO, Sérgio de. ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. *Habitação e poder – Fundação da Casa Popular do BNH*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BARBOSA, Mário da Costa. O serviço social como práxis. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v.1, n. 6, set. 1961.
- BERGER, Peter L e LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BERNARDES, Genilda D'Arc. *Construtores de Goiânia: o cotidiano no mundo de trabalho*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989. (Tese de Mestrado)
- _____. *Goiânia, cidade planejada/cidade vivida: discurso e cultura da modernidade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. (tese de doutorado)
- BEZERRA, Olien Gonçalves. E. P. Thompson: um legado histórico-teórico-metodológico. *Ciências Humanas em Revista. Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras*. Goiânia, 1994.
- BLANCO, Marisa Revilla. El concepto de movimiento social: acción, identidad y sentido. *Zona abierta 69: movimientos sociales, acción e identidad*. Madrid: ARCE: 1994.
- BONDUKI, Nabil, A crise de habitação. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. *Exposição do MDU/BNH sobre o sistema Financeiro da Habitação para os membros do grupo de trabalho para a reformulação do SFH*. Rio de Janeiro, 1985.
- _____. *Relatório brasileiro sobre os assentamentos humanos*. Brasília, set. 1995.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Oligarquia sociedade e política*. Goiânia, UFG, 1987. (Dissertação de Mestrado)
- _____. BERNARDES, Genilda D'Arc. Goiânia: sociabilidade na periferia. *Ciências Humanas em Revista. Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras*, v. 2, n. 1/2, jan. n. Idez. 1991.
- CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez; São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994. *Coleção Repensando a Geografia*.
- CARVALHO, Irene Mello. *O processo didático*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Construção de Goiânia e transferência da capital*. Goiânia: UFG, 1897.
- CHAVES, Elza Guedes. *De invasor a posseiro: Estado-Igreja e a luta pela terra urbana*. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 1985. (Dissertação de Mestrado)
- CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. *Clientelismo e cidadania na constituição de uma rede pública de ensino: a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1991.
- _____. *Del sindicalismo como movimiento socio-político al sindicalismo como organizacion institucionalizada – el caso de CCOO y de CUT*. Madri: Universidad Complutense de Madrid, 1998. (Tese de Doutorado)
- COELHO, Marilene Aparecida. *O processo de organização do movimento popular de saúde no Vale do São Patrício 1974 -1992*. Goiânia: UFG, 1997. (Dissertação de mestrado)
- CORDEIRO, Narcisa Abreu. *Goiânia – evoluções do plano urbanístico*. Goiânia: 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Regiões e organização espacial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- CORREIA, Marcos Sá. São 16 milhões. *Veja*. São Paulo, n. 39, p. 40, 27, set. 1995.
- DEMO, Pedro. *Sociologia: uma introdução crítica*. 2. ed. S. Paulo: Atlas, 1987.
- _____. *Política social, educação e cidadania*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. *Contribuição ao problema de habitação. Textos 2 de Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Edições Sociais, 1976.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social nas instituições – hegemonia e prática. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 6, n. 17, abr. 1985.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, Bernardo (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FEGIPE. Federação dos Inquilinos e Posseiros. *Documentos*. Goiânia, 1992.

_____. *Documentos*. Goiânia, 1996.

GENTILI, Pablo. *Como reconhecer um governo neo liberal: um breve guia para educadores*. Trad. Luiz Heron da Silva. Buenos Aires: Univ. de Buenos Aires, 1995.

GIOVANNETTI, Valéria Alves Escudeiro. Uma história de luta: mutirão como alternativa. In: *Movimentos sociais na Contemporaneidade*. São Paulo, S.P.: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, abril de 1997.

GODINHO, Marta Terezinha. Política Habitacional. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v.1, n. 2, mar., 1980.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos populares urbanos e democracia. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 6, n. 17, abr., 1985.

_____. Participação e gestão popular da cidade. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 9, nº 26, ago., 1988.

_____. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. As relações Sociedade Civil e Estado nos anos 90: perspectivas sobre a participação. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 12, n. 36, ago., 1991a.

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

GOIÂNIA. Câmara Municipal de Goiânia. Lei Orgânica do Município de Goiânia. Goiânia, 1990.

_____. Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia (Iplan) – *Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG)*. Goiânia, 1991.

_____. _____. *Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG)*. Goiânia, 1992.

_____. _____. *Lei de Zoneamento: um instrumento de reforma urbana*. Goiânia, 1994.

_____. Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia (Comob). *Projeto Habitat*. Goiânia, 1995.

_____. _____. *Relatório do Residencial Goiânia Viva*. Goiânia, 1996.

- _____. Instituto de Planejamento do Município de Goiânia (Iplan). Goiânia, 1999.
- _____. Secretaria de Política Urbana (Sepurb). *Diagnóstico preliminar sobre a capacidade institucional dos municípios [Goiânia] no setor urbano/habitacional para o atendimento das populações de baixa renda*. Goiânia: Sepurb, 1999.
- GOIÁS. *Diário Oficial do Estado de Goiás*. Goiânia, dez. 1987.
- GOIS, Ancelmo. Cimento para os pobres. *VEJA*. São Paulo, v. 45. n. 1.440, abr., 1996.
- GOTTIDENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução por Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. Considerações acerca dos limites e possibilidades do uso de certas categorias sociológicas para o estudo do movimento sindical dos professores. *Ciências Humanas em Revista, Revista do Instituto de Ciências e Letras da UFG*. Goiânia, v. 5, n. 1, jan./jun., 1994.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico: dados distritais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
- _____. *Contagem da população 1996*, Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- _____. *Fontes históricas.*, Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- _____. *Síntese dos indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- JOVCHELOVITCH, Sandra e GUARESCHI, Pedrinho (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *Processo de desenvolvimento do Estado na América Latina e políticas sociais. Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 6, n. 17, abr., 1985.
- LANE, S.T.M. e CODO, W. (org.) *Psicologia Social; o homem em movimento*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

- LARANGEIRA, Sônia (org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- LIMA, Boris Alexis. Movimento social: a decodificação de um conceito. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 7, n. 22, dez., 1986.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.
- MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- _____. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.
- MARTINS, Omari L. e SOUSA, Darci R. *Marco Operativo*. Goiânia, UCG, 1995.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro primeiro. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. Para a crítica da economia política. In: *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *A miséria da filosofia*. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.
- _____. ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MEDEIROS, Domingos Ferreira. *Alguns pontos para a reflexão sobre o Programa de Melhoria da Moradia dos Funcionários da UFG*. Goiânia, 20 out., 1993.
- MELUCCI, Alberto. Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales. *Zona abierta 69: Movimientos sociales, acción e identidad*. Madri: ARCE: 1994.
- MIGUEL, Walderez Loureiro. *O serviço social e a promoção do homem: um estudo de ideologia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1980.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociedade clássica. In: JOVCHELOVITCH, Sandra e GUARESCHI, Pedrinho (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MIRANDA, Telma Guimarães de. *Aspectos relativos à urbanização de Goiás no período de 1950 a 1980 e principais instrumentos norteadores da política de desenvolvimento urbano*. Caderno de Pesquisa do ICHL/UFG. Goiânia, n. 2, 1990.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisada* 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

- MORAES, Sérgio. *O empreendedor imobiliário e o estado: o processo de expansão de Goiânia em direção sul (1975-1985)*. Brasília: UNB, 1991. (Dissertação de Mestrado)
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço social no Brasil pós-64*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Revista do Programa de Pós Graduação da PUC/SP*. São Paulo, n. 10, dez, 1993.
- OLIVEIRA, Maurides Batista de Macêdo F. *Mito e sobrevivência no garimpo: a cidade de Baliza – Goiás 1922-1960*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (Tese de Doutorado)
- PALACIÍN, Luís. MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. 5. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1989.
- PASSERINI, Luisa. Mitologia em história oral. *Projeto história – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: PUC, 1981.
- PIZZORNO, Alessandro. Identidad e interés. *Zona abierta 69: Movimientos sociales, acción e identidad*. Madri: ARCE: 1994.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras: habitação, especulação, o direito à moradia e os movimentos populares*. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988.
- RODRIGUES, Maria de Jesus. *Os 10 anos de uma nova esperança: posses lutas e vitórias*. Goiânia: Arte Final, 1989.
- SACHS, Celine. *São Paulo: políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- SALLES, Pinheiro. *1964: golpe e ditadura*. Goiânia: Kelps, 1999.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 4. ed. São Pulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O serviço social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 15, n. 44, abr., 1994.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Política habitacional brasileira: verso e reverso*. São Paulo: Cortez, 1989.

1992.

SIMSON, Olga de Moraes Von (org.). *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice – Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUSA, Ana Luiza Lima. *A história da extensão universitária a partir de seus interlocutores*, Goiânia: UFG, 1995. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, Herbert de. RODRIGUES, Carla. *Ética*. São Paulo: Polêmica, 1994.

_____. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Luiza Erundina et alli. O trabalho no contexto dos movimentos sociais. *Serviço Social e Sociedade*. v. 6, n.18, ago. 1985.

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 3ª ed. S.Paulo: Cortez, 1991.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOLEDO, José Roberto de. Excluídos são 59% da população do país. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 1997, cad.1, p.12.

UNIVERSIDADE Federal de Goiás (UFG). Listagem do CPD/UFG, Goiânia: UFG, 1989.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (Procom/UFG). Programa Melhoria da Moradia. *Estatuto do Programa de Melhoria da Moradia dos Funcionários Públicos da Universidade Federal de Goiás*, Goiânia: UFG, 1987.

_____. _____. *Relatório de 1987*. Goiânia: UFG, 1987_a.

_____. _____. *Relatório de 1988*. Goiânia: UFG, 1988.

_____. _____. *Projeto de Regularização do Residencial Nossa Morada*, Goiânia: UFG, 1988_a.

_____. _____. *Relatório de 1991*. Goiânia: UFG, 1991.

_____. _____. *Relatório de 1992*. Goiânia: UFG, 1992.

_____. _____. *Relatório s/d*. Goiânia: UFG, s/d.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

YAZBEK, Maria Carmelita. *As classes subalternas e assistência social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FONTES ORAIS

Depoimento 1: Assistente Social, coordenadora do Serviço Social da Procom, responsável pela criação do PMM

Depoimento 2: Associado do PMM e morador do Residencial Nossa Morada, desenvolveu um projeto de pesquisa sobre o PMM como aluno da UFG.

Entrevista 1: Liderança do Movimento Social de Moradia em Goiânia que participa de encontros nacionais e internacionais.

Entrevista 2: Morador do Residencial Nossa Morada, coordenador do PMM, está entre os primeiros associados.

Entrevista 3: Morador do Residencial Nossa Morada, está no programa desde o início.

Entrevista 4: Associado do PMM, afastou-se um período das atividades coletivas e, posteriormente, retornou a participar dos mutirão.

Entrevista 5: Associado do PMM, afastou-se um período das atividades coletivas e, posteriormente, retornou a participar dos mutirão.

Entrevista 6: Primeiro morador do Residencial Nossa Morada, está no programa desde o início.

Entrevista 7: Associado do PMM que participa do mutirão.

ANEXO 1
MODELO DE FICHA DE CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS
ASSOCIADOS DO PROGRAMA DE MELHORIA DE MORADIA DA UFG

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS ASSOCIADOS DO P.M.M.

IDENTIFICAÇÃO DO ASSOCIADO

Nome:			
Idade:	Estado Civil:	Naturalidade:	Matrícula profissional:
Último Município/Estado onde morou:		Tempo de moradia em Goiânia:	Tempo de moradia no endereço atual:
Endereço			
Local de trabalho na UFG:		Função / ocupação:	Mês e ano de admissão:
Nível: <input type="checkbox"/> Apoio <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Superior		Faixa salarial: <input type="checkbox"/> 1 a 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> 7,1 a 9 salários mínimos <input type="checkbox"/> 3,1 a 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> 9,1 a 11 salários mínimos <input type="checkbox"/> 5,1 a 7 salários mínimos <input type="checkbox"/> 11,1 ou mais salários mínimos	
Outra atividade fora da UFG? <input type="checkbox"/> Não; <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Remunerada; <input type="checkbox"/> Voluntária. Qual?			
Escolaridade:		<input type="checkbox"/> 2ª fase 1º grau incompleto <input type="checkbox"/> 3º grau incompleto	
<input type="checkbox"/> Não alfabetizado (a)		<input type="checkbox"/> 2ª fase 1º grau completo <input type="checkbox"/> 3º grau completo	
<input type="checkbox"/> 1ª fase 1º grau incompleto		<input type="checkbox"/> nível médio incompleto <input type="checkbox"/> Pós graduação	
<input type="checkbox"/> 1ª fase 1º grau completo		<input type="checkbox"/> nível médio completo	
Você ou algum membro de sua família recebe algum benefício social? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual?			

CONDIÇÃO DE MORADIA (ATUAL)

Sua família está morando atualmente em, casa:	
<input type="checkbox"/> Cédida. Por Desde quando?	
<input type="checkbox"/> Própria sem financiamento. Desde quando?	
<input type="checkbox"/> Financiada. Desde quando? Prestação	
<input type="checkbox"/> Alugada Desde quando? Valor do aluguel	
<input type="checkbox"/> Área de Posse. Desde quando?	
<input type="checkbox"/> Conjunto Nossa Morada. Desde Quando?	
Número de cômodos na casa:	Tem algum imóvel? <input type="checkbox"/> Sim; <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> 1; <input type="checkbox"/> 2; <input type="checkbox"/> 3; <input type="checkbox"/> 4; <input type="checkbox"/> 5; <input type="checkbox"/> 6 ou mais	<input type="checkbox"/> Lote; <input type="checkbox"/> Casa; <input type="checkbox"/>
	Município / Estado

QUANTO A PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO POPULAR

Você participa de alguma forma de organização popular, além do P.M.M.? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	
Qual? <input type="checkbox"/> Sindicato; <input type="checkbox"/> Igreja; <input type="checkbox"/> Associação de moradores; <input type="checkbox"/>	
Algum membro de sua família participa de alguma forma de organização popular, além do P.M.M.? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	
Qual? <input type="checkbox"/> Sindicato; <input type="checkbox"/> Igreja; <input type="checkbox"/> Associação de moradores; <input type="checkbox"/>	

SITUAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA

<input type="checkbox"/> Associado; <input type="checkbox"/> Coordenador associado; <input type="checkbox"/> Participa dos mutirões; <input type="checkbox"/> Desconto em Folha de Pagamento;	
<input type="checkbox"/> Está morando no Residencial; <input type="checkbox"/> Construção individual; <input type="checkbox"/> Reuniões; <input type="checkbox"/>	
Quando entrou no P. M. M.?	Foi coordenador (a)? <input type="checkbox"/> Não
Afastou-se do P. M. M.? <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim, de à
<input type="checkbox"/> Sim, de à	<input type="checkbox"/> Sim, de à
Caso participe, por que motivos você e sua família tem participado do P.M.M.?	
Caso não participe, por que motivos você e sua família não tem participado?	

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS ASSOCIADOS DO P.M.M.

IDENTIFICAÇÃO DO ASSOCIADO

Nome:			
Idade:	Estado Civil:	Naturalidade:	Matricula profissional:
Ultimo Município/Estado onde morou:		Tempo de moradia em Goiânia:	Tempo de moradia no endereço atual:
Endereço			
Local de trabalho na UFG:		Função / ocupação:	Mês e ano de admissão:
Nível: <input type="checkbox"/> Apoio <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Superior		Faixa salarial: <input type="checkbox"/> 1 a 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> 7.1 a 9 salários mínimos <input type="checkbox"/> 3,1 a 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> 9,1 a 11 salários mínimos <input type="checkbox"/> 5,1 a 7 salários mínimos <input type="checkbox"/> 11,1 ou mais salários mínimos	
Outra atividade fora da UFG? <input type="checkbox"/> Não; <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Remunerada; <input type="checkbox"/> Voluntária. Qual?			
Escolaridade:		<input type="checkbox"/> 2ª fase 1º grau incompleto <input type="checkbox"/> 3º grau incompleto <input type="checkbox"/> Não alfabetizado (a) <input type="checkbox"/> 2ª fase 1º grau completo <input type="checkbox"/> 3º grau completo <input type="checkbox"/> 1ª fase 1º grau incompleto <input type="checkbox"/> nível médio incompleto <input type="checkbox"/> Pós graduação <input type="checkbox"/> 1ª fase 1º grau completo <input type="checkbox"/> nível médio completo	
Você ou algum membro de sua família recebe algum benefício social? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual?			

CONDIÇÃO DE MORADIA (ATUAL)

Sua família está morando atualmente em, casa:	
<input type="checkbox"/> Cedida. Por	Desde quando?
<input type="checkbox"/> Própria sem financiamento. Desde quando?	
<input type="checkbox"/> Financiada. Desde quando?	Prestação
<input type="checkbox"/> Alugada Desde quando?	Valor do aluguel
<input type="checkbox"/> Área de Posse. Desde quando?	
<input type="checkbox"/> Conjunto Nossa Morada. Desde Quando?	
Número de cômodos na casa:	Tem algum imóvel? <input type="checkbox"/> Sim; <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> 1; <input type="checkbox"/> 2; <input type="checkbox"/> 3; <input type="checkbox"/> 4; <input type="checkbox"/> 5; <input type="checkbox"/> 6 ou mais	<input type="checkbox"/> Lote; <input type="checkbox"/> Casa; <input type="checkbox"/>
	Município / Estado

QUANTO A PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO POPULAR

Você participa de alguma forma de organização popular, além do P.M.M.? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	
Qual? <input type="checkbox"/> Sindicato; <input type="checkbox"/> Igreja; <input type="checkbox"/> Associação de moradores; <input type="checkbox"/>	
Algum membro de sua família participa de alguma forma de organização popular, além do P.M.M.? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	
Qual? <input type="checkbox"/> Sindicato; <input type="checkbox"/> Igreja; <input type="checkbox"/> Associação de moradores; <input type="checkbox"/>	

SITUAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA

<input type="checkbox"/> Associado; <input type="checkbox"/> Coordenador associado; <input type="checkbox"/> Participa dos mutirões; <input type="checkbox"/> Desconto em Folha de Pagamento;	
<input type="checkbox"/> Está morando no Residencial; <input type="checkbox"/> Construção individual; <input type="checkbox"/> Reuniões; <input type="checkbox"/>	
Quando entrou no P. M. M.?	Afastou-se do P. M. M.? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, de à
	Foi coordenador (a)? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, de à
Caso participe, por que motivos você e sua família tem participado do P.M.M.?	
Caso não participe, por que motivos você e sua família não tem participado?	

Para você qual a melhor maneira de dar continuidade ao projeto? <input type="checkbox"/> Todos juntos <input type="checkbox"/> Grupos separados <input type="checkbox"/> Por conta própria	O que o P.M.M. significa para você? <input type="checkbox"/> Única alternativa para conquistar uma moradia <input type="checkbox"/> Investimento para a família / Investimento financeiro <input type="checkbox"/> Possibilidade de morar perto de pessoas conhecidas <input type="checkbox"/> Um exercício político de participação e cidadania <input type="checkbox"/> Outros
O que precisa melhorar no P.M.M.?	O que você pretende, atualmente, com o P.M.M.? <input type="checkbox"/> Retomar a participação <input type="checkbox"/> Repassar para a família <input type="checkbox"/> Construir só no futuro <input type="checkbox"/> Desligar-se <input type="checkbox"/>
A sua participação no P.M.M. contribuiu com a sua formação? <input type="checkbox"/> Não; <input type="checkbox"/> Sim. Se contribuiu, de que forma?	

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

	PRÉ - NOME	PAREN- TESCO	SEXO	IDADE	TRAB S/N	PENS /APOS. S/N	EST. S/N	INSTRUÇÃO	SAL./PENSÃO (VALOR / S.M.)	PROB. DE SAÚDE
1.										
2.										
3.										
4.										
5.										
6.										
7.										
8.										
9.										
10.										

Obs: TRAB. (trabalha); PENS. APOS. (recebe pensão, aposentadoria, etc.); EST. (estuda); SAL.PENSÃO (valor do salário, pensão ou aposentadoria em salários mínimos mensais), PROB. DE SAÚDE (portador de alguma doença crônica ou portador de necessidades especiais)

Entrevistado

Data:/...../.....

Entrevistador (a):

ANEXO 2
ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA COM ALGUNS
PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE MELHORIA DE MORADIA DA
UFG

seus associados e familiares, visando a promoção da solidariedade e colaboração

c) Atuar, em conjunto com seus associados, adquirir terrenos baldios, benfeitorias, urbanização, saneamento, infra-estrutura planejamento urbanístico, doações e outros, no intuito de conseguir o mesmo hábitat o assentamento de todos os seus associados;

d) Adquirir de forma conjunta e solidária materiais de construção e proporcionar a sua divisão de forma justa e democrática;

e) Distribuir de forma justa as casas para seus associados, obedecendo aos critérios por eles determinados, ou seja, participar efetivamente das frentes de trabalho e contribuir financeiramente, conforme estabelecido em assembléia;

f) Articular os recursos da Universidade para a concretização das finalidades do Programa;

g) Assinar convênios com o poder público e outras instituições para adquirir financiamento e ou prestar colaboração e auxílio a outras entidades que visem ao bem da comunidade, assim como atuar como agente promotor em programas oficiais;

h) Promover reuniões e assembléias.

CAPÍTULO IV

DOS SÓCIOS

Art. 59 - São Sócios do Programa os Servidores técnico-administrativos do nível de apoio e médio que recebam até 03 (três) salários mínimos e que ainda não exerçam o direito de morar em casa própria. Fica resguardado o direito daqueles sócios que posteriormente passaram para o nível superior, pois no ato da inscrição pertenciam ao nível de apoio e médio.

Art. 60 - Os sócios deverão participar das reuniões, pois estas são o centro das tomadas de decisão e de direção.

Art. 70 - Os sócios devem ter uma participação obrigatória nas atividades planejadas, nas discussões e decisões dos assuntos de seus interesses.

Art. 80 - A colaboração de cada associado deve ser entendida como a união do grupo na busca de um mesmo ideal: sua casa, seus amigos, seu bairro, por isso deve ser voluntária e espontânea, não podendo receber remuneração por esse trabalho.

Art. 90 - Será admitido no programa aquele funcionário de nível de apoio e médio que após estudo detalhado da sua condição de moradia, feito pela Coordenação do Serviço Social da PROCOM comprovar

1) não possuir casa própria;
2) não ter recebido a normas deste estatuto;
3) não ter assinado a declaração que aceita os critérios estabelecidos.

3) Apresentar certidão negativa de propriedade de imóvel residencial em Goiânia.

Art. 102 - Todo associado deve ter compromisso com o grupo, assim como o grupo o terá para com o associado, de forma que todos serão responsáveis pelo bem estar dos outros, de sua moradia, e com os bens adquiridos pelo Programa.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS DOS SÓCIOS

Art. 119 - É direito de todos os participantes do Programa a liberdade de lançar propostas para a discussão em grupo, bem como discordar e votar para decidir sobre os andamentos dos trabalhos e os rumos a serem seguidos; enfim, todos possuem os mesmos direitos à participação.

Art. 129 - Os componentes terão os mesmos direitos e poderes de decisão no patrimônio do Programa, bem como serão beneficiados igualmente quando for decidido pelo grupo a partilha dos bens adquiridos pelos mesmos, sendo procurada a forma mais justa e democrática possível.

Art. 139 - Todos terão direitos aos benefícios adquiridos pelo grupo, desde que assegurem a sua participação e/ou de seus familiares nos trabalhos decididos pelo grupo em assembleias e autorizado os descontos em Folha de Pagamento em favor do Programa, conforme decisão da assembleia.

Art. 149 - Terão direito à reforma de suas casas aqueles funcionários que depois de inscritos no Programa, conforme Art. 99, mostrarem as condições precárias de habitação, e, a partir daí, buscarem a solidariedade dos componentes do Programa que, de acordo com a disponibilidade, ajudarão a promover a reforma.

Art. 159 - Todo participante do Programa possui o direito de verificar a situação financeira (individual e coletiva) do grupo, mediante autorização da Coordenação (quando consulta coletiva), sendo livre a consulta de sua situação, assim como possuem o direito de tomar conhecimento dos bens adquiridos pelo Programa.

Art. 169 - É direito de todos conhecer, discutir e mudar o presente, em assembleia, caso seja necessário, buscando aperfeiçoar cada vez mais as discussões e fazer crescer a solidariedade e a união dos componentes do Programa.

OS DEVERES

Art. 179 - É dever de todos inscritos no Programa participar das reuniões e assembléias, a fim de que exerçam a prática de discutir, analisar e tomar decisões nos assuntos de seu interesse e da coletividade.

Art. 189 - Todos devem ter responsabilidade em preservar e acatar as decisões do grupo, pois somente assim serão garantidos os direitos e conseqüentemente o crescimento individual e coletivo dos sócios.

Art. 199 - O patrimônio do grupo é de todos, porém toda e qualquer decisão sobre vendas, compras, partilha e similares deverá obedecer aos critérios retirados em assembléias devendo, para tanto, resguardar os objetivos originais do Programa.

Art. 209 - A participação em reuniões e trabalhos decididos pelo grupo é fundamental para que as tarefas sejam cumpridas em menor espaço de tempo e sem que isto venha sobrecarregar uma minoria. Portanto, é dever de todos garantir prática e pontualmente os compromissos assumidos com o grupo.

Art. 219 - É dever de todos conhecer os critérios de participação e os trabalhos, pois dependerá deles a distribuição dos recursos e patrimônio adquiridos pelo grupo.

Art. 229 - Os trabalhos deverão ser realizados sem distinção de sexo, raça, crença, partido político, escolaridade; porém, deve ser planejado, documentado e divulgado, no intuito de fazer crescer a integração e união do grupo.

Art. 239 - O grupo deve ter clareza de que somente através do trabalho conjunto os objetivos e finalidade serão alcançados ficando vetado, para o bem comum, qualquer tipo de atividade individual que envolva recursos financeiros, materiais e mão de obra proveniente do coletivo.

Art. 249 - O grupo deve cuidar para que todos os componentes possuam tratamento igual, devendo ser observado, para elaboração de critérios: participação, comprometimento, solidariedade, necessidade e desempenho.

Art. 259 - O sócio que passar a ocupar o bem construindo coletivamente terá o desconto automático em sua folha de pagamento até a quitação do bem, com índice definido pela assembléia geral. O referido desconto não poderá ser interrompido sem autorização expressa do Conjunto da Coordenação do Programa, sendo assegurado ao sócio o direito ao recurso da decisão da Assembléia Geral.

Art. 269 - Os demais sócios deverão obrigatoriamente autorizar

DOS ÓRGÃOS E SUA COMPETÊNCIA.

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 279 - São Órgãos do Programa:

- a) A Assembléia Geral de todos os sócios;
- b) Comissão Coordenadora.

SEÇÃO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 289 - A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, é a instância máxima de deliberação do Programa e é integrada por todos os associados, tendo poderes, dentro dos limites deste Estatuto, discutir as questões relativas ao Programa e tomar as decisões convenientes a seu desenvolvimento e defesa.

Art. 292 - A Assembléia dos sócios reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente a qualquer momento.

Parágrafo Único - O quorum mínimo para a deliberação será de 2/3 em primeira convocação; de 1/3 em segunda convocação e/ou com qualquer número em terceira convocação - o intervalo entre cada convocação será de 15 minutos.

Art. 302 - Compete à Assembléia Geral:

- a) Eleger os membros da Comissão Coordenadora;
- b) Examinar e avaliar sobre a gestão da Comissão Coordenadora;
- c) Examinar e aprovar as contas e orçamentos;
- d) Decidir sobre a filiação, ligação ou fusão deste Programa a outros da mesma finalidade;
- e) Estabelecer as contribuições dos associados;
- f) Aprovar ou não as contas e relatórios da Comissão Coordenadora;
- g) Decidir sobre entrada, permanência, desligamento dos sócios, bem como definir critérios de participação, contribuição e divisão dos bens do Programa;
- h) Avaliar os trabalhos desenvolvidos no trimestre e elaborar o planejamento para o trimestre seguinte.

SEÇÃO III

Comissão Coordenadora será composta por 09 (nove) membros, sendo que a Comissão de Serviço Social da PFO

Art. 328 - De entre os membros da Comissão Coordenadora serão designados (quatro) assessores, sendo que os compromissos financeiros serão assinados conjuntamente por 02 (dois).

Art. 329 - O mandato da Comissão Coordenadora será de 03 (três) anos e qualquer membro poderá ser substituído a qualquer momento, por decisão da Assembléia Geral.

Art. 330 - Compete à Comissão Coordenadora:

- a) Planejar e coordenar todo o trabalho previamente estabelecido por seus associados, inclusive formar, orientar e fortalecer as equipes de trabalho numa direção democrática e dinâmica;
- b) Nos terrenos adquiridos, organizar, planejar, decidir e distribuir as tarefas que forem aprovadas pelos seus associados;
- c) Autorizar os Tesoureiros a assinar cheques, compromissos financeiros e aplicações de fundos;
- d) Representar o Programa em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, subsidiada pela discussão da Assembléia Geral;
- e) Aos Tesoureiros compete: abrir, fechar e movimentar contas bancárias; assinar compromissos financeiros e fazer aplicações de fundos;
- f) Compete ainda à Comissão Coordenadora, buscar, em conjunto com seus associados, adquirir terrenos, materiais, benfeitorias, urbanização, saneamento, infra-estrutura, planejamento urbanístico, doações e outros.

Art. 340 - Os membros da Comissão Coordenadora não poderão receber remuneração pelo exercício dos cargos.

Art. 350 - Os membros da Comissão Coordenadora perderão coletiva ou individualmente seus mandatos quando houver:

- a) malversação dos recursos ou dilapidação do patrimônio do Programa;
- b) violação dos dispositivos estatutários e das determinações da Assembléia Geral;
- c) perda do vínculo empregatício com a UFC;
- d) abandono do cargo por faltas sem justificativa por um período de 30 (trinta) dias consecutivos ou 08 (oito) faltas intercaladas no decorrer de 01 (um) ano.
- e) ATRAVÉS DE pedido apresentado à Comissão Coordenadora;

§ 1º - A perda do mandato será declarada por 2/3 da Comissão Coordenadora, convocada especificamente para deliberar sobre a questão.

§ 2º - A suspensão ou destituição de cargo eletivo deverá ser precedida de notificação a fim de que seja assegurado o direito de defesa do membro.

§ 3º - Da decisão da Comissão Coordenadora caberá recurso na assembléia Geral.

CAPÍTULO VIII
DA ELEIÇÃO E POSSE

Art. 377 - O mandato de condenação do Programa será de 03 (três) meses podendo haver recondução e prorrogação, caso a Assembléia aprove.

Art. 378 - Os membros da Coordenação serão eleitos em assembléia convocada para tal fim, com antecedência de 30 dias.

Art. 379 - Poderão votar e ser votado os membros do Programa que estiverem em dias com a contribuição financeira, com a participação nos trabalhos e nas discussões no prazo de pelo menos 03 (três) meses.

Art. 380 - A apuração dos votos dar-se-á logo a seguir a eleição em assembléia e tomarão posse imediatamente à proclamação dos resultados.

Art. 390 - Só poderão ser renovados 05 (cinco) membros da Coordenação para que o Programa não sofra descontinuidade dos trabalhos.

Art. 400 - Tomarão posse os candidatos que obtiverem o maior número de votos.

Art. 420 - Em caso de empate, será considerado:

a) Aquele que tiver maior participação nos trabalhos

b) Aquele que tiver maior participação nas discussões;

CAPÍTULO IX

DO DESLIGAMENTO

Art. 430 - Todo sócio que já possui moradia própria ou venha adquiri-la, ou ainda que não queira trabalhar em coletividade, deve procurar o grupo ou a Comissão Coordenadora para resolver sua situação, a fim de que não ocupe uma vaga de outro funcionário necessitado.

Art. 440 - É direito de todo sócio se desligar do Programa no momento que lhe convier, com a devolução da importância depositada sem qualquer tipo de juro ou correção monetária.

Art. 450 - Será desligado do Programa aquele sócio que adquirir casa no Município de Goiânia, por ser vetado o direito de acumular.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 460 - O sócio que não participar das atividades, não contribuir financeiramente e nas discussões não terá direito ao bem produzido pela coletividade, ou seja, não receberá a sua

Art. 484 - Toda e qualquer contribuição financeira para fundos de apoio à saúde e educação será para atender às necessidades da comunidade e similar de caráter social, e em favor da saúde.

Art. 485 - O Testamento só poderá ser válido por decisão da Assembleia Geral que decidirá sobre a destinação do seu patrimônio, que possa ser para uma entidade de mesmos fins.

Art. 486 - Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 509 - A reforma do presente Estatuto, inclusive no tocante à administração do Programa, será decidida pela Assembleia Geral.

Art. 519 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com decisões tomadas em Assembleia Geral.

Art. 529 - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Goiânia, 10 de dezembro de 1992.

COMISSÃO COORDENADORA

Edvar Rocha Alves
Edvar Rocha Alves

Edson Borges de Araújo
Edson Borges de Araújo

Edson Teles de Souza
Edson Teles de Souza

Adélia da Silva
Adélia da Silva

Josival Monteiro e Silva
Josival Monteiro e Silva

Natal José Eufrásio
Natal José Eufrásio

Omari Ludovico Martins
Omari Ludovico Martins

CAPÍTULO VIII

DO MANDATO, ELEIÇÃO E POSSE

Art. 379 - O mandato da Coordenação do Programa será de 03 (três) meses podendo haver reeleição e prorrogação, caso a Assembléia aprove.

Art. 380 - Os membros da Coordenação serão eleitos em assembléia convocada para tal fim, com antecedência de 30 dias.

Art. 389 - Poderão votar e ser votado os membros do Programa que estiverem em dias com a contribuição financeira, com a participação nos trabalhos e nas discussões no prazo de pelo menos 03 (três) meses.

Art. 399 - A apuração dos votos dar-se-á logo a seguir a eleição em assembléia e tomarão posse imediatamente à proclamação dos resultados.

Art. 409 - Só poderão ser renovados 05 (cinco) membros da Coordenação para que o Programa não sofra descontinuidade dos trabalhos.

Art. 429 - Tomarão posse os candidatos que obtiverem o maior número de votos.

Art. 429 - Em caso de empate, será considerado:

a) Aquele que tiver maior participação nos trabalhos

b) Aquele que tiver maior participação nas discussões;

CAPÍTULO IX

DO DESLIGAMENTO

Art. 439 - Todo sócio que já possui moradia própria ou venha adquiri-la, ou ainda que não queira trabalhar em coletividade, deve procurar o grupo ou a Comissão Coordenadora para resolver sua situação, a fim de que não ocupe uma vaga de outro funcionário necessitado.

Art. 449 - É direito de todo sócio se desligar do Programa no momento que lhe convier, com a devolução da importância depositada sem qualquer tipo de juro ou correção monetária.

Art. 459 - Será desligado do Programa aquele sócio que adquirir casa no Município de Goiânia, por ser vetado o direito de acumular.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 469 - O sócio que não participar das atividades, não contribuir financeiramente e nas discussões não terá direito ao bem produzido pela coletividade, ou seja, não receberá a cota

Art. 487 - Toda e qualquer contribuição financeira para fundos de reserva, para reserva de emergência para construção e manutenção da obra, insere-se em dotação de caráter decidida em Assembléia Geral.

Art. 488 - O programa só poderá ser extinto por decisão da Assembléia Geral, que decidirá sobre a destinação do seu patrimônio, que possa ser para uma entidade de mesmos fins.

Art. 489 - Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 500 - A reforma do presente Estatuto, inclusive no tocante à administração do Programa, será decidida pela Assembléia Geral.

Art. 510 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com decisões tomadas em Assembléia Geral.

Art. 520 - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral.

Goiânia, 10 de dezembro de 1992.

COMISSÃO COORDENADORA

Edvar Rocha Alves
Edvar Rocha Alves

Edson Borges de Araújo
Edson Borges de Araújo

Edson Teles de Souza
Edson Teles de Souza

Adélia da Silva
Adélia da Silva

Josival Monteiro e Silva
Josival Monteiro e Silva

Natal José Eufrásio
Natal José Eufrásio

Omari Ludovico Martins
Omari Ludovico Martins

ESTATUTO DO PROGRAMA DE MELHORIA DA MORADIA DOS FUNCIONÁRIOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PMM/UFG

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO
CONSOLIDAÇÃO

Art. 1º - O Programa de Melhoria da Moradia dos Funcionários da Universidade Federal de Goiás (PMM/UFG), CGC nº. 24885386/0001-24 é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituído com a finalidade de garantir o direito de morar para os seus associados e familiares através do sistema de ajuda mútua, com sede na sala da Coordenação de Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária da UFG, sendo indeterminado seu prazo de duração.

Art. 2º - O PMM será formado por projetos de moradia para servidores da UFG que não exerçam o direito de morar.

Art. 3º - O PMM reger-se-á pelo presente Estatuto.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º - O PMM reger-se-á pelos seguintes princípios:

- a) aquisição conjunta e solidária do material para construção das moradias, com divisão justa e democrática;
- b) igualdade de direitos e deveres, respeitando-se as condições de cada um e o espírito de solidariedade e colaboração recíproca;
- c) conquista do direito de morar o melhor e o mais barato possível;
- d) respeito às ações coletivas e a construção da justiça social;
- e) relações democráticas e fraternas;
- f) compromisso do sócio com o grupo e vice-versa, de modo que todos sejam responsáveis pelo bem-estar coletivo e preservem os bens adquiridos e construídos pelo PMM.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 5º - O PMM tem os seguintes objetivos:

- a) criar condições para que seus associados exerçam o direito de morar;

PROG. MELHORIA DE MOR. DOS FUNC. DA UFG
CGC: 24.885.386/0001-24
EDSON BORGES - Tesoureiro

V. SAUPELO
PROTOCOLADO E DIGITALIZADO
-8 JUL 99 0162569

Of. Inano
OAB - GO - ASS. P. P. 30.824.01-53

- b) viabilizar a participação de seus associados e familiares visando a concretização dos projetos de moradia;
- c) adquirir, coletivamente, terrenos, materiais, benfeitorias, infra-estrutura e urbanização;
- d) buscar doações no intuito de assegurar o assentamento das famílias associadas PMM;
- e) garantir a construção de moradias de qualidade e de menor custo para aqueles associados que cumprirem as determinações deste Estatuto;
- f) estabelecer parcerias com a Universidade e demais órgãos públicos e/ou privados visando a concretização do PMM;
- g) constituir-se em espaço educativo e de profissionalização;
- h) assegurar como critério de ocupação da moradia construída coletivamente: maior participação nos trabalhos da construção da moradia, maior participação financeira, maior necessidade e acúmulo de participação nos fóruns de discussões.

CAPÍTULO IV DOS SÓCIOS

Art. 6º - Só poderão ser sócios do PMM os servidores técnico-administrativos da UFG que recebam até três (03) salários mínimos de salário base e que não exerçam o direito de morar em casa própria.

Parágrafo Primeiro - Fica resguardado o direito do sócio que, posteriormente ao ato da inscrição, se desvincular da UFG.

Parágrafo Segundo - Fica resguardado o direito à moradia aos associados que posteriormente deixarem de trabalhar na UFG.

Art. 7º - Será admitido no PMM aquele servidor técnico-administrativo da UFG que, após estudo da realidade social feito pela Coordenação de Serviço Social/PROCOM, comprovar não possuir casa própria, devendo apresentar certidão negativa de imóvel, conhecer e aceitar as normas deste Estatuto e assinar respectivo termo de compromisso.

Parágrafo primeiro: O ingresso será em Assembléia Geral, mediante o pagamento de uma inscrição correspondente a uma cota do valor venal do ITU do ano.

Parágrafo segundo - A partir da aprovação desse Estatuto só serão admitidos sócios para a construção coletiva.

Art. 8º - Os serviços prestados pelo sócio e seus familiares serão em regime de ajuda mútua e não haverá remuneração pelos mesmos.

Parágrafo Único - O sócio é representado na sociedade de forma individual. Na sua falta, pelo falecimento ou qualquer outro motivo, seu herdeiro, incluindo concubinos nos termos

OAB-GO 998/99
Cart. de Matr. 2/03
510.12.011-53

do Código Civil Brasileiro, é quem passará a ser sócio, assumindo todas as determinações estatutárias.

Art. 9º - Serão excluídos do programa:

- I - aqueles que solicitarem, por escrito, o desligamento;
- II - aqueles que contrariarem os objetivos, finalidades e deveres, nos termos deste Estatuto.

CAPÍTULO V DOS DEVERES DOS SÓCIOS

Art. 10 - São deveres dos Sócios:

- I - quitar a contribuição financeira mensal de no mínimo 25% (vinte cinco) por cento do salário base, enquanto estiver em débito com o material de construção coletiva;
- II - o pagamento das despesas referentes aos impostos ou de construção de alguma obra em benefício de todos os moradores;
- III - participar dos trabalhos coletivos, das Assembléias ordinárias e extraordinárias e reuniões;
- IV - cumprir as deliberações dos fóruns do PMM;
- V - preservar as áreas verdes do Residencial Nossa Morada e outras áreas verdes que venham a ser incorporadas ao PMM, através de Programas de Educação Ambiental, bem como denunciar ações que venham a destruí-las;
- VI - os sócios ingressos no Programa anteriormente a aprovação deste Estatuto, que optarem pela construção individual, terão o prazo de 1 (um) ano, a partir da aprovação deste, para edificarem a sua moradia. Todos deverão assinar termo de compromisso e o não cumprimento deste acarretará no desligamento automático do sócio dos quadros do PMM;
- VII - buscar, em conjunto com a Coordenação do PMM, melhorias e urbanização.

Parágrafo Primeiro - O não cumprimento do inciso VI acarretará no desligamento automático do sócio, sendo o mesmo ressarcido do valor depositado para material de construção sem juros e correção monetária, em parcelas mensais iguais aos valores por ele depositados anteriormente.

Parágrafo Segundo - Os sócios beneficiados com a moradia construída coletivamente, que abandonarem o trabalho coletivo, terão que ressarcir ao PMM o valor equivalente à mão de obra utilizada na construção de sua casa. O ressarcimento será normatizado no Regimento Interno.

PROTOCOLADO E ENVIADO

-8 JUL 99 0162569

CAB-GO 997-CP: 310.442.011.53

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS

Art. 11 – São direitos dos sócios:

I – votar nas Assembléias e fóruns, desde que estejam em dia com sua participação no PMM: financeira, em reuniões e/ou trabalhos coletivos;

II – direito a voz e voto nos fóruns do PMM de acordo com o que estabelece o inciso I, podendo propor, discordar ou concordar com os encaminhamentos apresentados;

III – conhecer a sua situação financeira no PMM, assim como ter acesso aos balancetes mensais, sempre na presença de um membro da Coordenação ou da Secretaria do Serviço Social da PROCOM;

IV – os benefícios adquiridos pelo grupo desde que cumpra o previsto nos Art. 10 incisos I e II.

CAPÍTULO VII DOS ÓRGÃOS E SUA COMPETÊNCIA

Art. 12 – São Órgãos do PMM:

- a) Assembléia Geral dos sócios;
- b) Coordenação Executiva;
- c) Conselho Fiscal.

DA ASSEMBLÉIA GERAL.

Art. 13 - A Assembléia Geral, ordinária e extraordinária, é a instância máxima de deliberação do PMM e é formada por todos os sócios, tendo poderes, dentro dos limites desse Estatuto, de discutir as questões relativas ao PMM e tomar as decisões convenientes ao seu desenvolvimento e defesa.

Art. 14 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada três (03) meses e extraordinariamente a qualquer momento.

Parágrafo Único: O quorum mínimo para deliberação será de 2/3 em primeira convocação, de 1/3 em segunda convocação e/ou qualquer número em terceira convocação. O intervalo entre cada convocação será de quinze minutos.

PROCOM - INSTITUIÇÃO DE MOR. DOS FUNC. DA UFPA
CALLE 24 BPS. BRASILEIRO 24
TAMARA ESTRELA - Tesoureiro

W. SAMPAIO
FOTOCOPIADO E DIGITALIZADO

-8 JUL 99 0162569

Almirante Luiz R. S. S. 1/2008
CAB-GO 9941 CREF 303.422/011-53

d) planejar e coordenar todas as atividades estabelecidas previamente por seus sócios, inclusive formar, orientar e fortalecer as equipes de trabalho em uma direção democrática e dinâmica;

e) compete somente aos tesoureiros abrir, movimentar e fechar contas bancárias, assinar compromissos financeiros e fazer aplicações em fundos financeiros;

f) representar o PMM em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, e praticar atos em defesa dos interesses comuns, subsidiada pela discussão da Assembléia Geral;

g) buscar, em conjunto com seus sócios, adquirir benfeitoria, urbanização, doações e outros;

h) aprovar contratos, acordos, convênios, planos, programas e projetos de interesse do PMM;

i) prestar contas aos sócios em Assembléia Geral;

j) definir, em conjunto com os associados, a utilização dos equipamentos;

l) executar as compras, conforme o planejamento do trabalho definido em reuniões;

m) apresentar a projeção financeira anual conforme plano de ação orçamentária.

Art. 22 - Os membros da Coordenação Executiva não poderão receber remuneração, bonificações ou vantagens pelo exercício do cargo.

Art. 23 - Os componentes da Coordenação Executiva perderão coletiva e/ou individualmente seus mandatos quando houver:

a) malversação comprovada dos recursos ou dilapidação do patrimônio do PMM, com desligamento imediato da Coordenação Executiva, sendo o prejuízo financeiro descontado imediatamente em sua folha de pagamento;

b) violação dos dispositivos estatutários e das determinações da Assembléia Geral;

c) abandono do cargo por faltas, sem justificativa, por um período de trinta dias consecutivos ou noventa dias alternados em um ano;

d) pedido de dispensa apresentado à Coordenação Executiva devidamente documentado;

Parágrafo Primeiro: A perda do mandato será indicada por 2/3 da Coordenação Executiva, convocada especificamente para deliberar sobre essa questão e submetida à Assembléia Geral para decisão.

Parágrafo Segundo: O indicativo de perda do cargo eletivo deverá ser precedido de notificação a fim de que seja assegurado o direito de defesa do Coordenador, junto à Coordenação Executiva, antes da apreciação em Assembléia Geral.

PROJ. MELHORIA DE MOR. DOS FUNC. DA UFG
Nº 24.835/1981/001/24

LUIS R. BORGES - Tonouralro

-8 JUL 99 0162569

CAB-GO 9511
CPF: 310.472.011/53

CAPÍTULO VIII DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 24 - O patrimônio do PMM é formado de:

- a) doações e contribuições dos sócios, de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou estrangeira;
- b) bens móveis ou imóveis adquiridos e/ou recebidos em doações ou mediante compra efetuada pelo PMM.

Art. 25 - A receita do PMM é formada por:

- a) contribuições, subvenções da União ou de pessoas físicas ou jurídicas, pública ou privada;
- b) contribuição de seus associados, de acordo com o que estabelece o art. 10, I e II.

CAPÍTULO IX DOS DIREITOS DE COMPRA E VENDA

Parágrafo Único - Na eventualidade de venda da casa, o proprietário deverá ressarcir ao PMM a cota parte do custo financeiro investido pela UFG no Programa, que formará um fundo institucional, normatizado no Regimento Interno, que será revertido para o PMM em benefícios sociais e equipamentos.

CAPÍTULO X DAS PENALIDADES

Art. 26 - O sócio que teve sua casa construída coletivamente, mas que não retribuiu ao grupo o trabalho equivalente à mão-de-obra utilizada na construção de sua própria casa, terá incluído o valor dessa mão de obra no custo de sua casa. A forma de cálculo do valor será normalizado no Regimento Interno.

Art. 27 - O sócio que descumprir o que determina o presente Estatuto estará sujeito às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

PROG MELHORIA DE MOR. DOS FUNC. DA UFG
CGC: 24.885.386/0001-24

Edson Borges
EDSON BORGES - Tesoureiro

FOTOCOPIADO E DIGITALIZADO

- 8 JUL 99 0162569

CAB-GO 25/07/99 14:00:00

III – desligamento do PMM.

Parágrafo Primeiro – A advertência será aplicada quando o sócio contrariar os incisos III, IV, V e VII do art. 10.

Parágrafo Segundo – A pena de multa será correspondente a 50% do valor devido e será aplicada quando o sócio ferir o inciso II do art. 10.

Parágrafo Terceiro – A pena de desligamento do PMM será aplicada quando o sócio contrariar o inciso I e VI do Art. 10, e só será ressarcido o recurso depositado para o material de construção coletiva, sem juros e correção monetária, em parcelas iguais às depositadas pelo sócio.

Parágrafo quarto – As penas de advertência e multa serão determinadas e aplicadas pela Coordenação Executiva. A pena de desligamento será determinada por Assembléia Geral e aplicada pela Coordenação Executiva, respeitando-se o devido processo administrativo aberto pela Coordenação Executiva do PMM.

DAS ELEIÇÕES

Art. 28 – As eleições para Coordenação Executiva serão realizadas de 3 (três) em 3 (três) anos em assembléia geral ordinária, sempre por voto secreto.

Art. 29 – Todos os associados poderão ser candidatos a cargos eletivos, desde que estejam cumprindo os deveres do Art. 10 e incisos.

Art. 30 – Será eleito o candidato que obtiver maior número de votos.

Art. 31 – A comissão eleitoral será formada 60 (sessenta) dias antes do pleito, pela Coordenação Executiva.

CAPÍTULO XI DO CONSELHO FISCAL

Art. 32 – Conselho Fiscal será constituído de 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes, que serão eleitos em Assembléia Geral 60 dias após a eleição da Coordenação Executiva.

I - A apresentação de candidatos ao Conselho Fiscal será de forma individual, sendo titulares os 03 (três) mais votados e suplentes os 03 (três) seguintes;

II - O Conselho Fiscal terá o mandato de 3 (três) anos, sendo que a primeira gestão, excepcionalmente, terá a duração de 2 anos e meio;

III - É vedada a acumulação de cargos dos membros do Conselho Fiscal com os cargos da Coordenação do PMM.

Art. 33 – O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês ou, extraordinariamente, a qualquer momento, podendo ser convocado pela Coordenação do PMM, ou pela metade mais um dos membros do Conselho.

PROTOCOLADO E DIGITALIZADO

8 JUL 99 0162569

Protocolo 2412
OAB-GO 9811/99
310.122.01-99

**CAPITULO XII
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL**

Art. 34 – Ao Conselho Fiscal compete:

- a) examinar balancetes mensais elaborados pelo setor financeiro do PMM, emitindo pareceres, lavrados em atas e informando aos sócios a atual situação financeira;
- b) analisar as prestações de contas trimestrais e anuais do PMM, encaminhando parecer à Coordenação Executiva e à Assembléia Geral;
- c) fiscalizar a gestão financeira do PMM;
- d) requerer, a qualquer momento, vistoria dos livros contábeis do PMM, tomando as providencias necessárias em caso de irregularidades;
- e) opinar e dar sugestões à Coordenação sobre qualquer assunto de interesse fiscal ou patrimonial do PMM.

**CAPÍTULO XIII
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 35 - O Residencial Nossa Morada constitui-se no primeiro Projeto habitacional do PMM e será regulamentado pelo Regimento Interno.

Art. 36 - O PMM só poderá ser extinto por decisão da Assembléia Geral, convocada para essa finalidade, com o quórum mínimo de 50% mais (1) em de seus sócios, que decidirá sobre seu patrimônio, a ser destinado para outra entidade de caráter social.

Art. 37 - Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 38 - A reformulação total ou parcial do presente Estatuto será decidida em Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim.

Art. 39 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com decisões tomadas em Assembléia Geral e/ou pela Coordenação Executiva e Conselho Fiscal.

Art. 40 - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua promulgação.

Goiânia, 17 de junho de 1999

PROG. MELHORIA DE BIOM. DOS FUNC. DA UFG

CGC: 24.885.386/0001

W. SAMPAIO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

AV. DA PÁTRIA, Nº 1.209 - CENTRO - FONE: 224.4209

Apresentado hoje, Protocolado, Registrado e

Digitalizado sob Nº 162569

Averçado no Lvº "A" de Reg. de Pessoas Jur. à

margem do Registro, Protocolado e Digitalizado

sob Nº 73481

Emolumentos R\$: 3,33

Goiânia, 08 JUL. 1999

Marcelo...

Alvaro Luiz Rodrigues Dias
OAB-GO 9571, CPF: 310.122.011-53

ANEXO 4
MÁQUINA DE FAZER TIJOLOS DE SOLO-CIMENTO E OS
ESTUDANTES DE AGRONOMIA NO GALPÃO DO RESIDENCIAL
NOSSA MORADA



ANEXO 5
FICHA DE INSCRIÇÃO NO PROGRAMA DE MELHORIA DE MORADIA
DA UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL/PROCOM

Ficha de inscrição no Programa de Melhoria da Moradia dos Funcionários da UFG.

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome _____ Data Nasc. _____

Endereço atual _____

Setor/Bairro _____ Fone _____

Estado Civil _____ Cônjuge _____

2. CONDIÇÃO DE MORADIA:

Como está morando atualmente? _____

_____ Há quanto tempo? _____

Se for de aluguel, quanto paga? _____

Se for financiada, quanto paga de prestação? _____

Fêz o financiamento quando? _____

A casa onde está morando satisfaz suas necessidades e proporciona qualidade de vida para a sua família? _____ Por quê? _____

Tem lote em algum lugar? _____ Onde? _____

Por quê não construiu ainda? _____

3. CONDIÇÃO DE EDUCAÇÃO:

Estudou até que série? _____ Se parou, por quê? _____

Tem vontade de voltar a estudar? _____

Conhece o Projeto de Alfabetização dos funcionários da UFG, desenvolvido pela PROCOM? _____

De que maneira pretende voltar a estudar? _____

4. CONDICÃO DE TRABALHO:

Cargo _____ Função _____

Local de trabalho _____ Matrícula _____

Está satisfeito com o seu trabalho? _____ Por quê? _____

Salário _____ Tem outra renda? _____

Seu(a) companheiro(a) trabalha? _____ Em quê? _____

Estudou até que série? _____ Se parou, por quê? _____

Relacione o nome de seus filhos e outros dependentes:

Como conheceu o Programa de Melhoria da Moradia? _____

Por quê optou entrar, para o Programa? _____

Você possui casa própria no município de Goiânia? _____

Pretende construir sua moradia de que maneira? _____

Como é a casa que pretende construir? _____

Qual o serviço, na área de construção civil, que você sabe fazer? _____

Você tem experiência em trabalho coletivo? _____ Como e onde foram essas experiências? _____

ANEXO 6
ROTEIRO PARA CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL DOS
USUÁRIOS DO PROGRAMA DE MELHORIA DE MORADIA DA UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Roteiro para conhecimento da realidade social dos usuários do Programa de Melhoria de Moradia dos Funcionários da UFG

Data:----/----/----

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome _____

1.1 Endereço _____

1.2 Local de Trabalho _____

1.3 Matrícula _____ Função _____

1.4. Tem outra atividade, fora da UFG: () sim Qual _____

() não

II. CONDIÇÕES DE MORADIA

2.1 Sua família está morando atualmente em, casa:

() cedida

() própria sem financiamento

() financiada Quanto ? _____

() alugada Quanto ? _____

() Conjunto Nossa Morada _____

III. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Você está participando do PMM ? sim () não ()

3.1.2. Caso participe, em que atividades:

() em reuniões () na edificação de casas () financeiramente () todas

3.1.3. Por que motivos, você e sua família, não tem participado?

() não acha interessante

() não tem necessidade de nova moradia

() não tem tempo para o trabalho

() acha difícil

() não quer morar em lugar longe

() não concorda com as regras do coletivo

() outros _____

3.1.4. Você já participou de alguma atividade do PMM? sim () não ()

3.1.5. Caso tenha participado, em quais: () em reuniões () na construção das casas

() nas oficinas () financeiramente () todas

3.1.6. Hoje, para você, qual a melhor maneira de dar continuidade à construção das casas?

() todos juntos

() grupos separados

() por conta própria

3.1.7 O que o PMM, significa para você?

() única possibilidade de aquisição de moradia

() investimento para a família

() possibilidade de morar com pessoas conhecidas

ANEXO 7
PROJETO DO PROGRAMA DE MELHORIA DE MORADIA DA UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÉ-RETORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

PROJETO DO PROGRAMA DE MELHORIA DA MORADIA DOS
FUNCIONÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Reitoria

Prof. Joel Pimentel Ulhôa

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Prof.ª Aparecida de Paula Lima Cortez

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários

Econ. Júlio Cesar Prates

Prefeitura Universitária

Prof. Lázaro Euripedes Xavier

Escritório Técnico Administrativo

Coordenador: Ricardo Fraga Bufaiçal

Coordenação do Projeto

Serviço Social da Procom

Coordenadora: Omari Ludovico Martins

ELABORAÇÃO:

ASSISTENTES SOCIAIS:

Omari Ludovico Martins - Coordenadora
Eulina Almeida Souza Coelho
Fátima dos Reis
Clêmia Borges Martins

ARQUITETOS:

Marcos Antônio de Oliveira - Coordenador
Cheila Aparecida Gomes Baillão
Sílvio de Macedo Medeiros Filho

COLABORAÇÃO:

Arquiteto: Fernando Portela Rosa
Professor: Everaldo Pastore
Administrador: Norma Menezes Nunes Vitorino
Assist. Jurídico: Fidelícia Carvalho Silva
Assist. Administração: Ivaltuir José da Rocha
Assist. Administração: Mário Borges Porto

COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DE MELHORIA DA MORADIA
DOS FUNCIONÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:

Argemaro Alves Machado

Rivino Alves Ferreira

Domingos Ferreira de Medeiros

Edson Borges Araújo

Edson Teles de Souza

José dos Anjos da Paixão

Josival Monteiro e Silva

Mancei Cândido de Melo Filho

Omari Ludovico Martins

PROJETO DE REFORMA DA MORADIA DOS FUNCIONÁRIOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

24885386/0001-24

PROJ. REFORMA DA MORADIA
DOS FUNCIONÁRIOS DA UFG

Proj. Universitária s/n.

CEP 74110

Goiânia — GO

1. C. G. C. do Programa:

2. Endereço do Programa: Coordenação do Serviço Social da
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
da UFG - Pça Universitária s/n.

3. Área Total : 124,149,28 m²

4. Área de Lazer e Comunitário : 20.000 m²

5. Número de Lotes : 240 (duzentos e quarenta)

PROGRAMA DE OBRAS NA MORADIA - UFG

Programa de obras 1983/89

	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI
Poço d'água								
Casa gerador								
Casa modelo 1								
Casa modelo 2								
Canteiro comunitário								
Oficinas construção								
Área esportes								
Casas								

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS/CENTRO COMUNITÁRIO

O canteiro de obras implantado a partir da execução do poço para abastecimento provisório d'água e da casa do gerador para abastecimento também provisório de energia terá de início caráter precário em função da escassez de recursos. A casa do gerador servirá inicialmente como ferramentaria, até a construção de local mais apropriado.

Em função dos poucos recursos a construção das duas primeiras casas, consideradas modelo se destinarão inicialmente a complementação do canteiro de obras, servindo provisoriamente de escritório almoxarifado, cantina, local de descanso. Uma destas residências será destinada a moradia de uma família cuja função será de vigilância, face ao depósito de material para obras no local. A permanência de uma família na área possibilitará também desde o início das obras a implantação de horta, criação de aves e cuidados com a área a ser reflorestada. As oficinas necessárias ao desempenho mais econômico e racional do processo de construção civil tais como: carpintaria, serralheria, peças de concreto. Serão montadas no decorrer do processo conforme condições dos recursos humanos e financeiros. Estas oficinas darão início a proposta de funcionamento do centro comunitário com atividades de produção/ensino e aprendi-

Os esforços para implantação do centro comunitário serão articulados juntamente com os esforços para construção das moradias.

A implementação das moradias será feita de acordo com as decisões tomadas em assembléia dos participantes, tendo sido aprovados alguns critérios:

1. Compra de material básico em quantidades permitidas pelo volume de recursos financeiros e de forma a completar ciclos ou etapas de construção;
2. as etapas de construção serão definidas pelo número de pessoas envolvidas no processo de construção, tanto atividades da construção em si, como as de apoio, sendo este número, atualmente de "11" participantes;
3. em cada período de construção, as discussões a cada quinzena, definirão novas estratégias;
4. A programação de tempo não será rígida em função da pouca disponibilidade de tempo do pessoal para incrementar o mutirão bem como de recursos financeiros para contratação de mão-de-obra;
5. A viabilização de financiamento ou de recursos em montante consideráveis deverão permitir a construção de forma mais acelerada, mas nunca com empreiteiras, e sim através de contratação de serviços e empreitas de operários da construção através de administração direta conduzida pela Coordenação do Programa com assessoria da Coordenação do Serviço Social da PROCOM, ETA, Prefeitura e demais órgãos que venham a participar do processo;
6. Cada participante deverá contribuir com 600 (seiscentas) horas de trabalho e o capital referente aos gastos com a construção em cada etapa para ter direito a uma moradia.

ANEXO 8
RESIDENCIAL NOSSA MORADA – GALPÃO DE USO COLETIVO E A
MATA



A mata do Residencial Nossa Morada.

ANEXO 9
RESIDENCIAL NOSSA MORADA – PROJETO DE REGULARIZAÇÃO E
MAPA

PROJETO DE REGULARIZAÇÃO
RESIDENCIAL NOSSA MORADA

PROJETO ELABORADO CONFORME LEI COMPLEMENTAR 031 DE 25/12/94
ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL - ZEIS
DECRETO Nº 1569/95 E 2290/95 - LEI FEDERAL Nº 6766

PROPRIETÁRIO:


PROGRAMA DE MELHORIA DA MORADIA DOS FUNCIONÁRIOS
DA U.F.G.

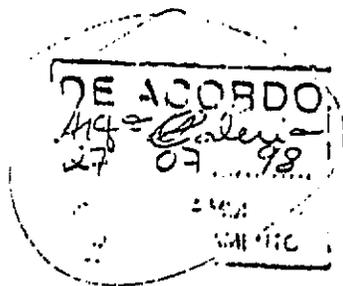
RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ESTELINO PEREIRA DE SOUZA FILHO
ARQ CREA-608766/D

DESCRIMINAÇÃO	ÁREAS	PORCENTAGEM
AREA DO TERRENO A PARCELAR	1 2 8 . 7 4 9 , 3 6 m ²	100,00 %

APROVAÇÃO:



ORGÃO PROMOTOR:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMP
PREFEITURA DE GOIÂNIA

CONTEÚDO:

LEVANTAMENTO TOPO-CADASTRAL E PROJETO DE REGULARIZAÇÃO

CONTEÚDO:

PLANTA URBANÍSTICA

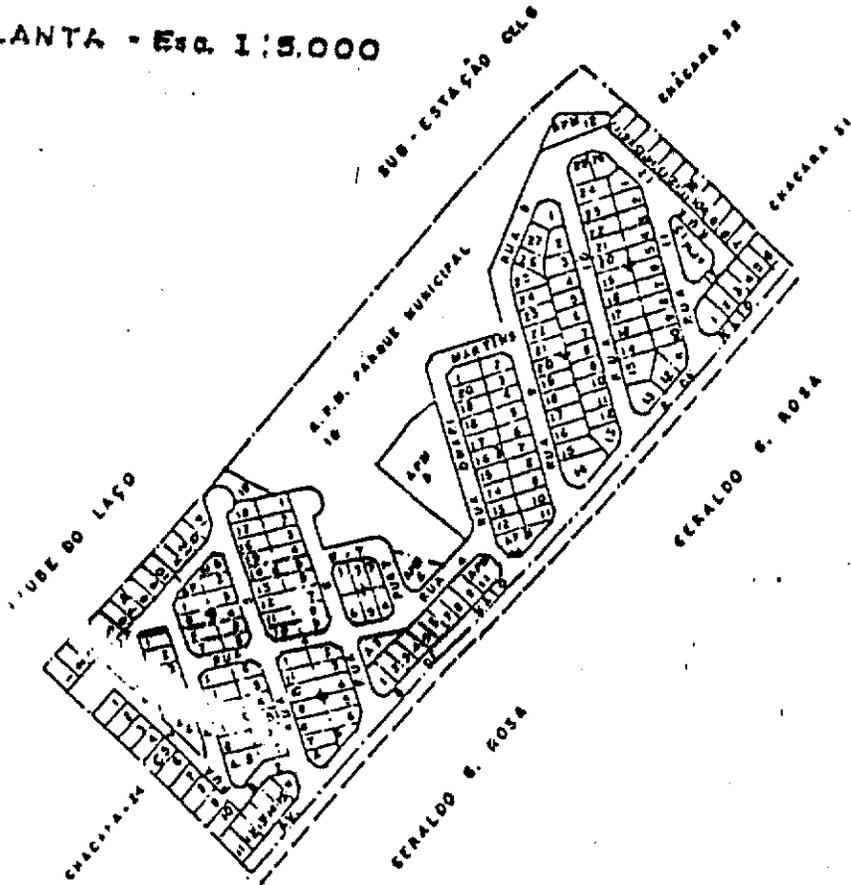
ESCALA:
1/1.000

DATA:
JUNHO/98

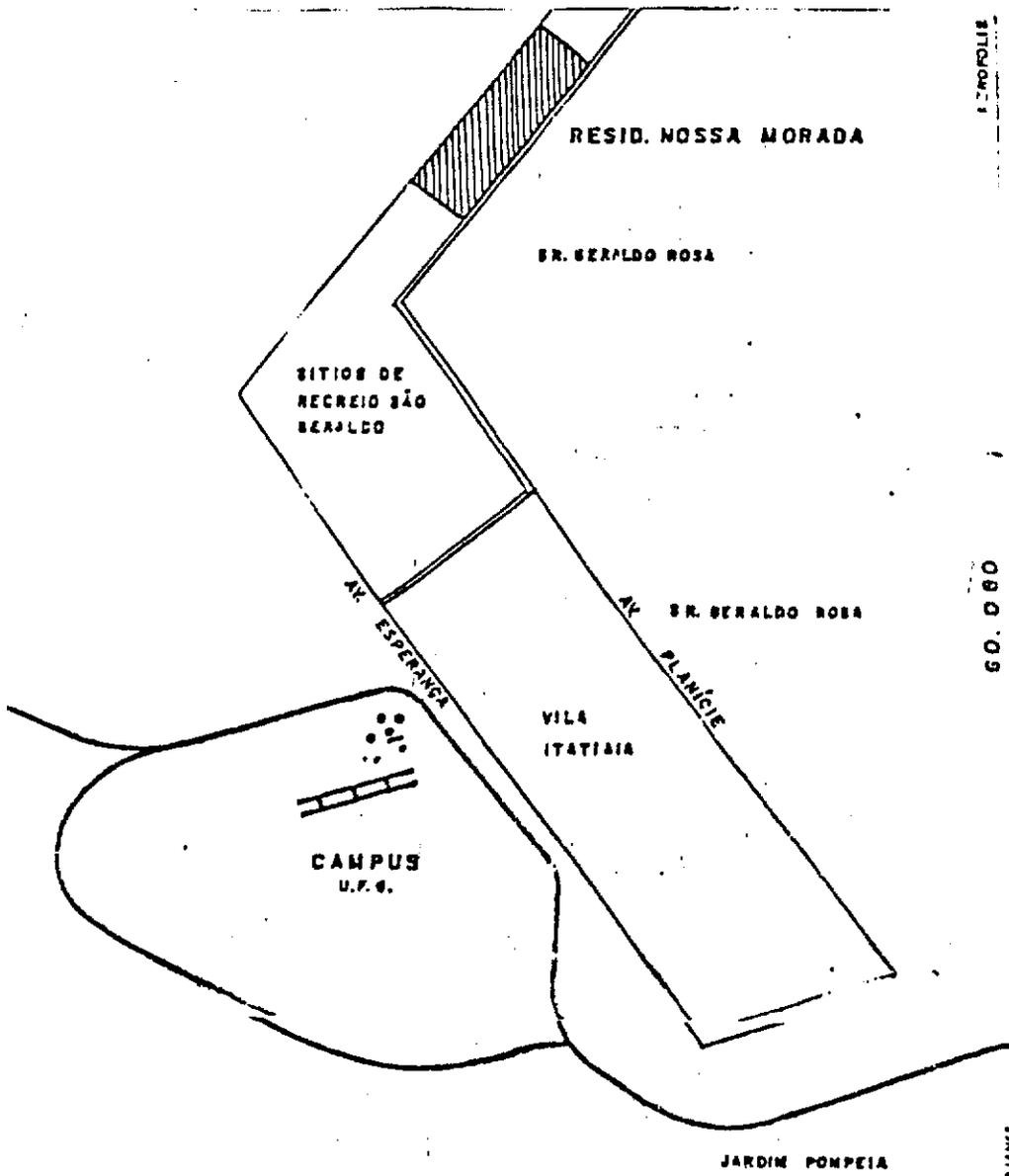
FOLHA:
ÚNICA

MUNICÍPIO:
GOIÂNIA-GOIAS

PLANTA - Esc. 1:5.000



PLANTA DE SITUAÇÃO
DO LOTEAMENTO
Esc. 1:20.000



KILOMETROS

60.000

SIAMIA

ANEXO 10
RESIDENCIAL NOSSA MORADA



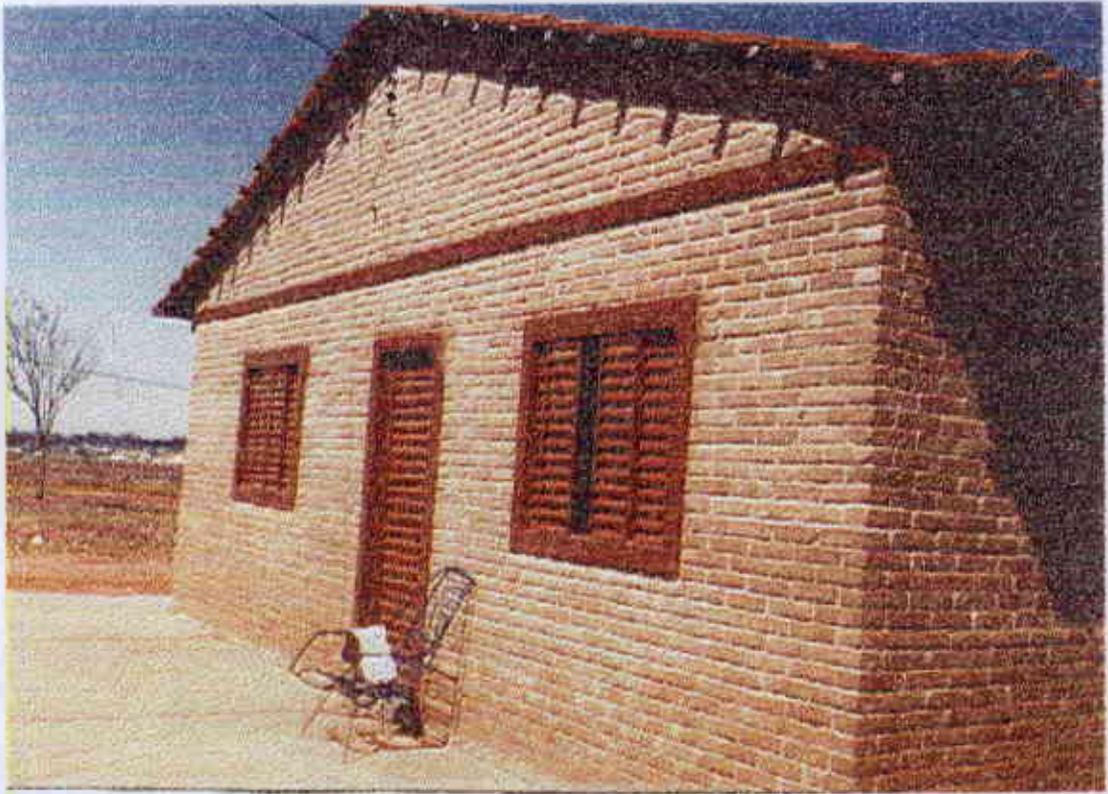
Residencial Nossa Morada em 1998

ANEXO 11
RESIDENCIAL NOSSA MORADA – GALPÃO DE USO COLETIVO



Galpão de uso coletivo, construído em regime de mutirão, onde ocorrem as reuniões, assembléias, festas e refeições coletivas nos dias de trabalho no processo construtivo.

ANEXO 12
RESIDENCIAL NOSSA MORADA
CASA CONSTRUÍDA COM TIJOLOS DE SOLO-CIMENTO



Casa construída no Residencial Nossa Morada, em regime de ajuda mútua, com tijolos de solo cimento solo cimento fabricados pelos próprios associados.

ANEXO 13
RESIDENCIAL NOSSA MORADA – CANTIRO DE OBRAS E MUTIRÃO
DE CONSTRUÇÃO



Canteiro de obras do Residencial Nossa Morada, onde trabalham homens e mulheres na construção de suas moradias em regime de ajuda mútua.

ANEXO 14
COMEMORAÇÃO DOS 10 ANOS DO
PROGRAMA DE MELHORIA DE MORADIA DA UFG

